



Instituto Nacional de
Investigação Agrária e
Veterinária, I.P.

***Rural:* rendimentos e economias, espaço e agriculturas –
dois ensaios**

Joaquim Cabral Rolo

Oeiras, 2017 [2010]

Índice

rendimentos e economias	3
Os agentes económicos, a natureza e a origem dos rendimentos no 'rural'	5
O que move as economias do 'rural' (e do 'urbano') nas zonas do rural?	9
As economias do 'rural' nas zonas do rural – síntese	15
Notas reflexivas	17
Anexo (notas metodológicas e conceituais)	19
utilização do espaço e agriculturas	27
Utilização do espaço nas zonas do <i>rural</i> do Continente português	28
Tendências evolutivas da ocupação do espaço (I)	28
Tendências evolutivas da ocupação do espaço (II): espécies florestais e aproveitamentos culturais das explorações agrícolas	29
Espaços de "produção" agrícola e florestal vs. "outros" espaços	33
O espaço da <i>Rede Natura 2000</i> : ocupações do solo e sua relevância nas zonas do <i>rural</i>	37
Elementos estruturais das explorações agrícolas nas zonas do <i>rural</i> : transformações	39
O enquadramento do <i>ajustamento estrutural</i> : saída de cena de agricultores e de população agrícola e os desafios que se colocam à sociedade	39
A base fundiária das explorações: <i>parcelamento</i> , modalidades jurídicas de gestão e de fruição da terra	40
O quadro <i>funcional</i> das unidades agrícolas das zonas do <i>rural</i> à entrada do século XXI: tipos de exploração/agricultores	43
O Programa de Desenvolvimento Rural 2007-13: Portugal no contexto da UE	46
Notas reflexivas	47
Anexo (notas metodológicas e conceituais)	51
Bibliografia	56

rendimentos e economias

Este texto* centra-se num prisma analítico do 'rural': os rendimentos, abordados segundo duas vertentes: a origem dos réditos dos residentes e a "base económica" do 'rural'. Enraíza-se no trabalho de Baptista (2010:125-143), e tem sustentação no reconhecimento de que terminou o tempo das políticas de desenvolvimento rural e regional serem exclusivamente agrícolas. Deste modo, subscreve-se a conceptualização de uma política de desenvolvimento rural assente nos mecanismos fundamentais que explicam a localização quer das atividades económicas, quer das famílias, ou seja, o desenvolvimento económico (cf. Mahé e O.-Magné, 2001: 15 e 118). Desenvolvimento que se entende como *a capacidade de fazer chegar às pessoas, onde quer que vivam, condições para as suas necessidades básicas* (incluindo: as "condições materiais de vida", a "participação no projecto social" e a "fruição de bens culturais"), no respeito da *preservação do capital da humanidade* ("capital natural", "capital cultural", "capital social" - cf: Lopes, 2003: 293-294 e Plihon, 2004: 146). E, daqui decorrente, aceita-se a noção de desenvolvimento rural como *um processo de melhoria do nível de bem-estar da população rural e da contribuição que o meio rural proporciona de forma mais geral ao bem-estar da população no seu conjunto, quer seja urbana ou rural, com a sua base de recursos* (Ceña, 1993).

Por sua vez, o termo 'rendimentos' é tomado na aceção de conjunto de proventos (de atividade produtiva e de transferências públicas e privadas, monetários ou não) auferidos pelos residentes (ou pelos que tão só trabalham) em determinado espaço. Nesta dimensão – e não apenas, como é comum, avaliado em termos de *produto interno bruto por habitante* – o rendimento constitui a *variável estratégica* para aquilatar do grau de desenvolvimento de qualquer unidade territorial (cf. Davezies, 2001: 188).

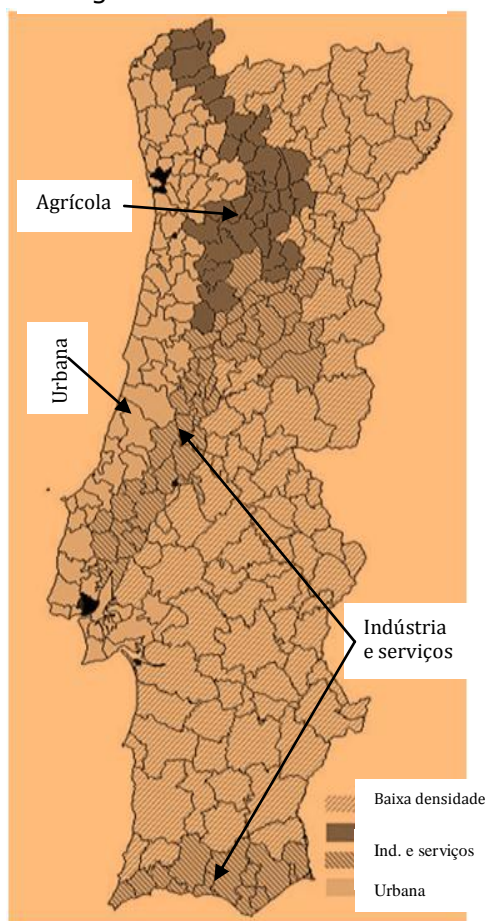
O referencial regional do Continente português – as zonas do *rural: urbana, indústria e serviços, agrícola, baixa densidade* – é o exposto em Baptista (2010: 126 e 192-3; vd. fig. 1). Entretanto, em algumas daquelas zonas também se faz referência a subunidades: no *rural de indústria e serviços*, ao "Centro/Norte"; no *agrícola*, ao "Douro"; e no *rural de baixa densidade*, às subzonas do "Sul" ("Lezíria" e "Alentejo") e do "Centro/Norte" (vd. Anexo: III. 3.). Embora a unidade elementar de elaboração da informação seja o concelho, sublinha-se, pois, que o nível de observação é a meso escala.

Por sua vez, dever-se-á ter presente que, se em "cada concelho pode haver, e é o que sucede na maior parte dos casos, população urbana e população rural ou seja, uma parte urbana e uma parte rural" (Id.: 125), também neste escrito, em cada uma daquelas circunscrições, se individualiza o 'rural' – o conjunto populacional de *aglomerados de pequena dimensão* – e o 'urbano'.

O reporte temporal é o do início do século XXI.

* Reúnem-se aqui dois textos que, no seu teor substantivo, foram concluídos em maio de 2010 e que têm sustentação em resultados sobretudo do projeto Agro *As dinâmicas socioeconómicas do espaço rural do Continente português* e, mais mitigados, do projeto da Rede Rural Nacional *Dinâmicas e Políticas para o Desenvolvimento Rural*. Projetos que envolveram na sua execução equipas da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local em Meio Rural (ANIMAR), INIAV, I.P., Instituto Superior de Agronomia (ISA) e Rota do Guadiana (Associação de Desenvolvimento Integrado). Pela leitura crítica, o reconhecimento a: Carlos Amaral, Fernando O. Baptista e Pedro Reis.

Fig. 1. As zonas do *rural*



Em trabalho anterior (Rolo, 2006: 237-247), feito à escala de freguesia (oito freguesias) naquelas zonas do *rural*, evidenciaram-se duas grandes conclusões: (i) perante diferentes 'tipos' de *rural*, diversa é a composição dos rendimentos porque diferentes são os agentes económicos em presença; (ii) em qualquer um dos 'tipos' de *rural* são outras, que não as 'atividades territoriais' (agricultura, floresta, 'turismo', indústrias extrativas), as fontes determinantes dos proventos.

É em torno delas que este texto gravita, estendendo-o à perceção dos vetores das economias regionais; contemplam-se, agora, não casos (freguesias) das zonas do *rural* mas sim o todo do 'rural' (vs. 'urbano') daquelas zonas. Retomando as ações de desenvolvimento (económico e rural) acima explicitadas, salientam-se as duas premissas que lhe estão subjacentes: o fulcro e o objetivo do desenvolvimento são as pessoas (os agentes económicos) e o seu *bem-estar* – avaliado, de modo simples, pelo rendimento; muito mitigado será o alcance do desenvolvimento rural se o mesmo se restringir a uma

visão sectorial (agrícola... - *O rural já não é sinónimo de agricultura*) e não se alicerçar numa perspetiva integradora (também de políticas públicas) no processo de coesão económica e social (eixo decisivo da *competitividade territorial*) do(s) território(s).

Como ponto de partida, emergem, assim, duas grandes questões: de que vivem os que vivem no 'rural'? – O que move as economias do 'rural'? - Nas respostas alinham-se comparações com o 'urbano'.

O texto termina com algumas notas reflexivas, em torno de ilações para o desenvolvimento rural (a política de), decorrentes do prisma analítico adotado.

No decurso das duas últimas décadas do século XX, o 'rural', tal como se definiu, experimentou uma retração generalizada: nos territórios *agrícola* e de *baixa densidade* a população residente regrediu tanto no 'rural' como no 'urbano', mas o decréscimo foi bem mais pronunciado no 'rural' (-15% e -25%, contra cerca de -10% no 'urbano' de ambas as zonas); já nas circunscrições *urbana* e da *indústria e serviços*, enquanto o 'urbano' atrai população (respetivamente, 16% e 11%), o 'rural' regista abandono (em redor de -5%). Todavia, o 'rural' persiste com expressão marcante no Continente português: na globalidade dos concelhos um significado próximo de 45%; mas, no conjunto das zonas do *rural* consignadas equivale-se com o 'urbano'. À luz do mesmo indicador (vd. Anexo: III. 4.), na zonagem fixada o grau de cobertura do 'rural' (no todo do Continente) eleva-se a 98% (contra 75% no que respeita ao 'urbano'); depois, depara-se com a enorme assimetria: a circunscrição *urbana*, com pouco mais de 15% da

superfície territorial, concentra a principal quota-parte do 'rural' do Continente (56%), em contraponto, a de *baixa densidade*, com cerca de 60% em superfície, detém uma parcela do 'rural' abaixo de 15%; o relevo do 'rural' nas zonas de *indústria e serviços* e *agrícola* situa-se, respetivamente, em 18% e em 10%.

Os agentes económicos, a natureza e a origem dos rendimentos no 'rural'

Os agentes económicos (o capital humano) - Um olhar sobre a sociedade portuguesa, à luz da variável "grupo socioeconómico do representante da família", coloca em evidência o peso do assalariamento: 48% de famílias, congregando 53% da população, tem como representante um assalariado; contudo, não deixa de ser expressiva a proporção de famílias de "pequenos patrões" e de "trabalhadores por conta própria": 12% no seu conjunto, abrangendo quase 15% da população; mas relevante é ainda a elevada quota-parte de famílias cujo representante é "inativo": perto de 40%, com 30% dos residentes em Portugal – nestas, predominam as famílias de "idosos". Assinala-se que, da população residente, 43% classifica-se como "sem actividade económica"; onde naturalmente pontificam os "reformados" (cf. Rolo, 2006: 177 e 189).

No conjunto das zonas do *rural*, e em referência aos residentes com atividade económica, os "grupos socioeconómicos" mais 'qualificados' concentram-se maioritariamente no 'urbano' (70%); o mesmo se verifica, embora de modo bem mais atenuado, no que respeita ao total dos "trabalhadores por conta de outrem" (58%); a situação tende a equilibrar-se no que respeita aos "operários" (48% no 'rural'); e inverte-se, com a supremacia do 'rural' (54%), para o agregado "pequenos patrões" e "trabalhadores independentes".

Na estrutura das sociedades, tanto a nível global, como regionalmente, o 'rural' demarca-se do 'urbano' pelas menores proporções de residentes ativos mais 'qualificados' e de trabalhadores por conta de outrem; ao invés, afora a zona de *baixa densidade*, o grupo dos "operários" assume maior relevância no 'rural' (quadro 1). A este propósito, vale mencionar que, embora seja outro o conceito de "rural" (mais de 50% da sua população vivendo em comunas rurais, i.e., zonas com menos de 150 hab./km²), em França, a maioria dos operários trabalha agora nas zonas rurais (Camagni, OCDE, 2001: 175 e 200).

Perante os setores económicos de exercício de atividade dos residentes, constata-se:

(i) Os ativos ligados ao 'complexo agro-florestal', com peso relativo mais expressivo no 'rural' (13% no conjunto das zonas do *rural*, contra 4% no 'urbano'), atingem a maior proporção no 'rural' dos territórios de *baixa densidade* (26%) e *agrícola* (22%) – 12% e 9%, respetivamente, nas zonas da *indústria e serviços* e *urbana*;

(ii) É bem inferior no 'rural' a proporção dos ativos residentes inseridos na 'economia do conhecimento' – no conjunto das zonas: 8%, 15% no 'urbano'; disparidade que se acentua nos espaços *agrícola* e de *baixa densidade*.

Uma alusão, também, à quota de "desempregados" (em 2001): é menor no 'rural' das zonas *urbana* e da *indústria e serviços*, em linha com a média global, mas nas outras zonas é mais elevada no 'rural' do que no 'urbano'.

Mas a grande clivagem entre o 'rural' e o 'urbano' é marcada pela "população sem atividade económica" (os "inativos"). É assim que - no total da população residente no Continente -, para uma proporção em redor de 50% no 'urbano', o significado dos "inativos" no 'rural' ronda os 60%. Nas zonas do *rural*: é inferior o impacte na *urbana*; no 'urbano' das três outras zonas os grupos de "ativos" e de "inativos" mantêm posições próximas, mas no 'rural' o peso relativo da "população sem atividade económica" está acima de 60% no espaço da *indústria e serviços* e supera os 65% nas zonas *agrícola* e de *baixa densidade* (61% no "Sul"; cerca de 70% no "Centro/Norte").

Quadro 1. Estruturas das sociedades ("grupos socioeconómicos" residentes) no 'rural' e no 'urbano' das zonas do rural do Continente português no início dos anos 2000

Un.: % (em coluna *)	Urbana		Indústria e serviços		Agrícola		Baixa Densidade		Total das Zonas		Continente	
	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.
Empresários	1,7	1,6	1,4	1,2	1,4	0,9	1,7	0,8	1,6	1,4	1,6	1,5
Pequenos Patrões	8,3	7,4	9,2	8,3	8,6	8,8	9,0	8,2	8,6	7,6	8,5	7,5
Trab. Conta Própria Independentes	8,4	4,8	10,5	5,6	18,2	5,9	18,3	6,9	11,0	5,1	10,9	4,8
Trab. Conta Outrem (TCO)	81,7	86,3	79,0	84,9	71,7	84,5	71,0	84,1	78,8	85,8	78,9	86,2
TCO 'qualificados' (a)	12,3	22,9	12,3	20,8	10,5	27,6	9,4	20,1	11,7	22,4	11,7	24,1
Operários	35,9	25,8	22,8	21,0	17,1	15,9	15,4	22,2	29,0	24,6	29,2	22,8
Operários 'qualificados'	31,3	22,9	19,0	18,1	13,8	13,6	12,1	18,6	24,9	21,7	25,1	20,1
Outros TCO (b)	19,0	15,0	24,5	17,0	29,4	17,0	32,1	20,5	22,7	15,9	22,7	15,9
Residentes 'qualificados' (c)	14,2	25,1	14,5	23,0	12,9	30,1	12,1	21,9	13,9	24,5	13,9	26,5
"Inativos" total (d)	56,1	47,9	61,2	49,0	66,3	52,4	65,3	52,3	59,6	48,6	59,5	49,0
'Jovens' (e)	46,0	48,8	37,0	46,2	36,5	45,4	29,0	42,8	40,2	47,6	40,3	46,0
Reformados (f)	32,7	31,8	42,3	33,5	38,0	30,3	51,5	36,9	38,5	32,7	38,3	35,0
População residente	10³ HM	2.407	3.033	798	535	467	55	693	524	4.364	4.148	4.416
	% no Continente	24,4	30,7	8,1	5,4	4,7	0,6	7	5,3	44,2	42	44,7

* Não se referindo o contrário: % no total de "população com actividade económica" (parte superior do quadro). (a) Integra "directores e quadros do Estado e das empresas", "dirigentes de pequenas empresas e organizações", "quadros intelectuais e científicos", "quadros técnicos e administrativos intermédios"; (b) Engloba trabalhadores "não qualificados" e "assalariados do sector primário"; (c) Integra TCO 'qualificados', outros grupos "com profissões intelectuais e científicas" e "com profissões técnicas intermédias"; (d) % no total da população residente; (e) % no total de "inativos" de 'estudantes com mais de 20 anos' e de população com menos de 20 anos; (f) % de "reformados/aposentados ou na reserva" no total de "inativos".

Fonte: Elaboração com base em INE, *Censos 2001*.

No âmbito dos "inativos" a quota-parte de 'jovens' é claramente superior no 'urbano' de qualquer uma das zonas: mais atenuada na *urbana*; mais vincada nas outras zonas, sobretudo na de *baixa densidade*. Claro que o contrário se regista com o estrato de "reformados/aposentados" (quadro 1): mais de 50% dos "inativos" do 'rural' (37% no 'urbano') da zona de *baixa densidade* são "reformados".

Em suma, e face ao 'urbano': a população residente no 'rural' é menos marcada pela "relação salarial", mais dependente das transferências financeiras – porque maior o peso relativo dos "inativos" – e menos 'qualificada'.

A natureza e as fontes de proventos – A formação dos réditos dos residentes no 'rural' (vs. 'urbano') traduz, naturalmente, a estrutura dos agentes económicos em presença; de modo explícito, sobressai, de imediato, a disparidade do rendimento médio global *per capita*, depois, despontam os diferentes pesos relativos das fontes de proventos (quadro 2).

Em termos de rendimento médio (por residente) sobreleva-se a inferioridade generalizada do 'rural' (a nível do Continente um rácio 'rural'/ 'urbano' de 0,6), com particular acuidade na zona *agrícola*. Nesta, os réditos, quer no 'rural', quer no 'urbano', são superiores no "Douro"; pelo contrário, no "Centro/Norte", tanto da zona da *indústria e serviços* como na de *baixa densidade*, os valores médios de rendimento situam-se abaixo das respetivas médias regionais; o rendimento *per capita* no 'rural' da "Lezíria" multiplica por 1,3 a média da zona de *baixa densidade*.

Quadro 2. Natureza dos proventos e rendimentos médios no 'rural' e no 'urbano' das zonas do rural do Continente português no início da década de 2000

Un.: % (em coluna) no total dos rendimentos	Urbana		Indústria e serviços		Agrícola		Baixa densidade		Total das Zonas		Continente	
	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.
Remunerações	55,8	60,3	49,0	57,8	50,4	65,2	44,0	56,4	52,4	59,6	52,5	59,3
Rendim. Propriedade	1,6	1,6	1,4	1,2	1,8	1,2	1,4	1,1	1,5	1,5	1,5	1,6
Rendim. Capital	0,9	0,8	0,6	0,5	1,3	1,1	0,9	0,7	0,9	0,8	0,9	0,8
Transferências - Total ^(a)	29,2	23,9	33,2	22,1	38,1	21,7	37,6	21,8	31,8	23,4	31,7	23,6
Pensões	21,7	18,7	24,1	15,6	28,2	13,4	29,2	15,8	23,7	18,0	23,6	19,6
Receitas não Monetárias	12,5	13,3	15,7	18,4	8,4	10,9	16,1	20,0	13,4	14,7	13,4	14,8
Rendimento <i>per capita</i> (€)	4.343	6.736	4.268	6.551	2.819	5.057	3.737	5.446	4.070	6.527	4.083	7.409

(a) Inclui: pensões, transferências privadas e outras transferências sociais.

Fonte: vd. Anexo (id. quadros e figuras seguintes).

Quanto à natureza dos rendimentos, apesar da relevância das "receitas não monetárias" (do autoconsumo à autolocação, do autoabastecimento aos salários em géneros), são os vetores *trabalho* ("remunerações") e "transferências" – de sobremaneira as "pensões" – que acentuam a distinção dos fluxos de sustento dos residentes no 'rural' (e no 'urbano') das zonas do *rural*. Pelo que acima se anotou para os agentes com e sem atividade económica, ressalta agora que, em qualquer uma das zonas, a importância relativa das "remunerações" no 'rural' fica aquém da do 'urbano' – ao invés do registo das "transferências"; sublinhe-se o impacte destas na vida das populações: de 22-24% no 'urbano', situam-se no 'rural' em redor de 30% nas zonas *urbana* e da *indústria e serviços*, e acercam-se do limiar de 40% nos espaços *agrícola* e de *baixa densidade*.

No que respeita aos ramos de atividade económica (vd. Anexo: III.1) que suportam os réditos dos residentes (integrando no balanço também os rendimentos dos "inativos"):

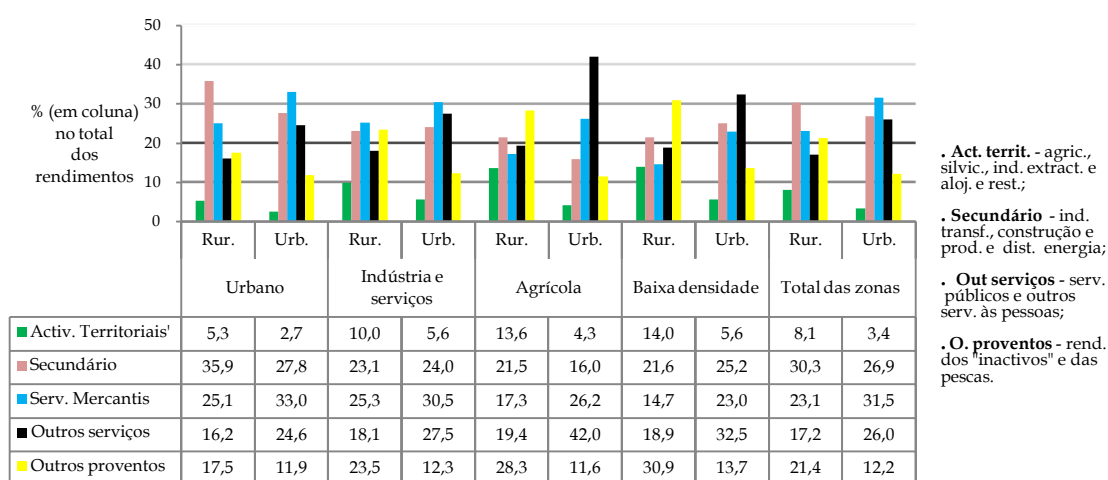
(i) A primazia, em qualquer um dos territórios, é dos "serviços" – mas com contributos no 'rural' bem inferiores ao que ocorre no 'urbano' (fig. 1).

(ii) No âmbito daquele ramo, se nas zonas *urbana* e da *indústria e serviços* (também na subzona da "Lezíria", individualizada na mancha de *baixa densidade*), tanto no 'rural' como no 'urbano', os 'serviços mercantis' são mais importantes do que os 'outros serviços' ('serviços públicos' e de 'apoio às pessoas'), o mesmo não se regista nos outros espaços regionais; nestes, a discrepância entre aqueles agregados de "serviços" é ainda mais expressiva no 'urbano' do que no 'rural' – o que é revelador da concentração dos 'serviços públicos' (e pessoais/comunitários) no 'urbano', em especial nas zonas *agrícola* e de *baixa densidade* (quadro 3).

Quadro 3. O contributo, em “2000”, dos réditos dos ‘serviços mercantis’ vs. ‘outros serviços’ no ‘rural’ e no ‘urbano’ nas regiões agrícola e de baixa densidade

Un.: % (em coluna) no total dos rendimentos da zona	Agricultora				Baixa densidade								Total das zonas	
	Total		“Douro”		Total		“Sul”		“Centro/ Norte”					
							Total	“Alentejo”						
	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.		
"Serviços" total	36,7	68,2	37,7	71,7	33,6	55,5	34,5	51,9	34,8	53,1	32,2	63,9	40,2	57,5
Serviços mercantis¹	17,3	26,2	16,0	25,6	14,7	23,0	15,5	22,7	15,2	21,8	13,4	23,7	23,1	31,5
Comércio (G)	10,5	12,7	4,5	12,9	11,4	9,8	13,9	12,1	9,3	14,2	10,1	15,7	14,8	25,9
Outros serviços¹	19,4	42,0	21,7	46,1	18,9	32,5	19,0	29,2	19,6	31,3	18,8	40,2	17,2	26,0
Serviços públicos	17,4	38,2	14,5	33,0	15,0	24,5	17,1	23,9	18,2	24,3	13,9	31,4	12,9	17,2

Fig. 1. As origens dos proventos em “2000”: os sectores de atividade dos residentes nas zonas do rural



(iii) O setor “secundário”, mercê da expressão da indústria transformadora, tem a maior vantagem no ‘rural’ da zona *urbana*; nos espaços da *indústria e serviços* e da *baixa densidade* a sua contribuição é maior no ‘urbano’ do que no ‘rural’, o que se deve à mais alta proporção de réditos originada na ‘construção civil’; entretanto, é também a ‘construção civil’ que na zona *agrícola*, com particular realce no “Douro”, coloca o “secundário” com maior influência no ‘rural’ do que no ‘urbano’ e proporciona no ‘rural’ do “Alentejo” a grande proximidade ao peso relativo do “secundário” no ‘urbano’.

(iv) Por último, a posição das ‘atividades territoriais’: uma contribuição, evidentemente, mais expressiva no ‘rural’ do que no ‘urbano’ e também nos territórios *agrícola* e de *baixa densidade*; mas, sobretudo, um impacto que é inferior, em todas as circunscrições, a qualquer um dos grandes agregados fixados na observação da proveniência dos rendimentos dos residentes (fig. 1) – atente-se, designadamente, ao confronto com o peso relativo dos réditos dos “inativos”; no ‘urbano’, a sua expressão advém, no fundamental, da componente ‘turismo’, já no ‘rural’, se nas zonas *urbana* e de *indústria e serviços* ‘turismo’ e ‘agricultura e silvicultura’ se equivalem – naquela última devido à influência do ‘turismo’ nos concelhos algarvios que nela se integram – nas regiões *agrícola* e de *baixa densidade* é a ‘agricultura e silvicultura’, embora a sua

importância pouco ultrapasse o limiar dos 10%, que influencia decisivamente o contributo das 'atividades territoriais'.

Em suma, os que residem no 'rural' auferem rendimentos (em média) bem menores do que os 'urbanos'; dependem sobremaneira das políticas distributivas de rendimento (as "transferências"); e, dos fluxos advindos do sistema produtivo: os das 'atividades territoriais' estão aquém dos canalizados pelos "serviços" - com prevalecimento dos 'serviços públicos' nos territórios *agrícola* e de *baixa densidade* -, e pelo "secundário", onde, também naqueles territórios, os gerados na 'construção civil' não se distanciam muito dos da indústria transformadora.

O que move as economias do 'rural' (e do 'urbano') nas zonas do *rural*?

Traçado o panorama sobre a natureza e a origem dos proventos dos que vivem no 'rural', passa-se, agora, à leitura das economias dos territórios nos seus fâcies 'rural' e 'urbano'. Para o efeito, acolhe-se a síntese teórica de Davezies (vd. Anexo: II.1. e 2.), tributária da "teoria da base", e, em conformidade, assumem-se os territórios como recetáculos (*suportes*) de populações dotadas de rendimentos que podem ser independentes da atividade local; ou seja, a observação das economias focaliza-se no binómio *criação-captação de riqueza*.

Com tal modelo de leitura, vão assim percecionar-se as lógicas da *produção* e do *consumo*. A propósito, e como pano de fundo, retêm-se dois planos nucleares da situação geral da economia portuguesa, por um lado, o relativo ao contexto internacional e, por outro, o atinente ao plano interno. Sobre aquele, e não perdendo de vista que no *início está a produção*, uma das características determinante da economia portuguesa é a sua progressiva "inserção no sistema transnacional de fluxos de capitais" e, daí resultante, "o diferencial crescente entre despesa e produto, entre investimento e poupança, coisa que origina uma necessidade de financiamento da economia através de recursos externos" (Reis, 2002: 12). No âmbito interno, o traço relevante é a descoincidência na "articulação" entre as "relações de produção e as relações de reprodução social", com o avanço das relações sociais, em comparação com aquelas, em termos dos "modelos e [das] práticas dominantes de consumo" (Santos, 1998: 109 e 117).

É nesta conjugação que reside a pertinência analítica do modelo operacionalizado.

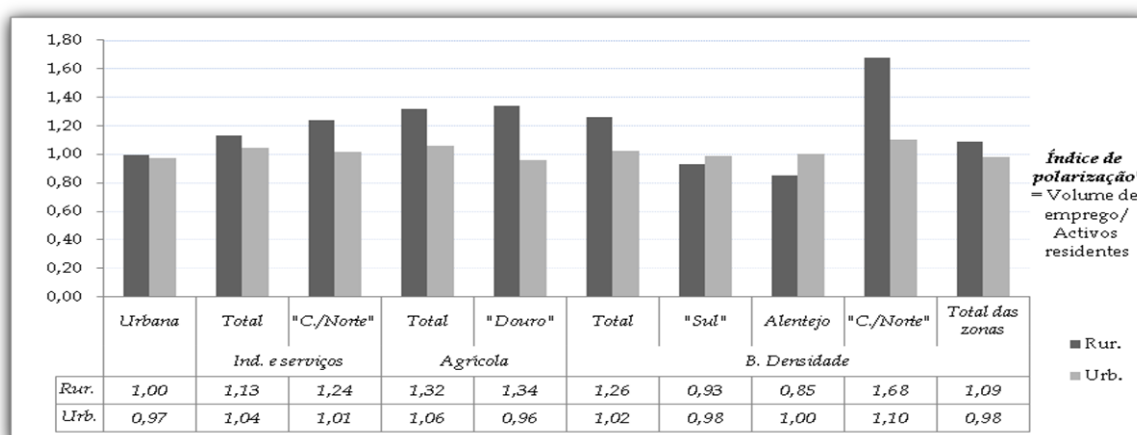
O emprego – Esta secção inicia-se, justamente, pela ótica da *produção*; a qual se sustenta na variável emprego.

Um primeiro apontamento sobre a *polarização* do emprego: o respetivo indicador revela, quer a nível global, quer regionalmente, valores ligeiramente mais elevados no 'rural' do que no 'urbano' – com desfasamentos mais acentuados nas zonas *agrícola* e de *baixa densidade*; excetua-se a esta constante, mercê do que ocorre no "Alentejo", a situação do "Sul" do espaço territorial de *baixa densidade* (fig. 2).

O índice de 'polarização', ou *taxa de absorção potencial de emprego interna* [vd. Anexo: III.1. (vii)], para além de exprimir a maior rarefação (face ao 'urbano') de população ativa residente no 'rural' em relação ao emprego disponível, indicia, também, e à escala a que se

reporta, uma maior concentração no 'rural' das atividades *intensivas em trabalho*. Esta observação deverá ser associada ao que, adiante, se referirá sobre a importância relativa das atividades "transacionáveis". Mas o indicador em apreço reflete, também, as *migrações pendulares inter-regionais*; e, assim, a constatação é a de que são mais intensas no 'urbano' do que no 'rural'. Aliás, a vista dos pesos relativos dos que residem e trabalham ou não (no concelho de residência), quer no total do volume de emprego, quer no conjunto dos ativos residentes, mostra, em média global, mais intensa mobilidade "casa-trabalho" dos que residem no 'urbano'.

Fig. 2. Os índices de *polarização do emprego* no 'rural' e no 'urbano' nas zonas do *rural* em "2000"



Contudo, tal fica a dever-se ao que ocorre, sobretudo, na zona *urbana* (no 'urbano', 55% dos ativos residentes trabalham no concelho de residência, proporção que se eleva a quase 70% no caso do 'rural'); também, mas com menor afastamento, no território da *indústria e serviços*. A situação inverte-se nas duas outras grandes manchas do *rural*, em especial na *agrícola* (75% no 'urbano', contra 67% no 'rural'); ou seja, aqui, a mobilidade é mais acentuada no 'rural'.

Uma segunda nota respeita à natureza das atividades empregadoras (vd. Anexo: II.4.).

Assim, e desde logo as atividades "transacionáveis": (i) Em qualquer uma das zonas a sua influência é mais elevada no 'rural' do que no 'urbano'. Todavia, (ii) tão só no 'rural' da zona *urbana* isso se fica a dever ao impacte da indústria transformadora: 60% do emprego nas atividades "transacionáveis"; proporção que declina para perto de 40% no território da *indústria e serviços* e para cerca de 15% nas zonas *agrícola* e de *baixa densidade*. Por conseguinte, (iii) não indo o peso relativo dos setores extrativo e das pescas além de 3,5% (no 'rural' da circunscrição *urbana*), o mais notório relevo das atividades "transacionáveis" no 'rural' deriva do emprego na "agricultura e floresta". Só que, (iv) este empolamento tem de ser visto no plano das alternativas de empregabilidade existentes e, neste domínio, o indicador relativo às 'oportunidades de

emprego não agrícola' [vd. Anexo: III.1. (viii)] evidencia de forma clara a maior fragilidade, em todas as zonas, do 'rural' perante o 'urbano': a relação entre os indicadores do 'urbano' e do 'rural' de cerca de duas vezes nas zonas *agrícola* e da *indústria e serviços*, sobe para três na *baixa densidade* e aproxima-se de nove vezes na *urbana*.

Qualquer um dos outros agregados de atividades empregadoras fixados – “atividades não transacionáveis” (“serviços internacionalizáveis” e “outras atividades/serviços”) e “serviços públicos” – manifestam-se no 'urbano', generalizadamente, com maior robustez relativa do que no 'rural' (quadro 4); destaca-se, em particular, o impacto dos “serviços públicos” no 'urbano' dos territórios *agrícola* e de *baixa densidade* – o qual é ainda maior nas subzonas do “Douro”, “Centro/Norte” e “Alentejo”.

Quadro 4. Relevância dos 'serviços' empregadores no 'rural' e no 'urbano' das zonas do rural em “2000”

Índices de especialização ^(a)	Urbana		Indústria e serviços		Agrícola		Baixa densidade		Total das zonas	
	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.
'Serviços internacionalizáveis'	0,5	1,0	0,7	1,3	0,4	0,9	0,4	0,7	0,5	1,0
'Serviços não transacionáveis'	0,9	1,0	0,9	1,0	0,6	1,1	0,6	0,9	0,8	1,0
'Serviços públicos'	0,6	0,9	0,7	1,1	0,6	1,6	0,9	1,4	0,6	1,0
Emprego 'local' ^(b)	0,8	1,0	0,9	1,1	0,6	1,1	0,6	0,9	0,8	1,0

(a) % no total do emprego no 'rural' e no 'urbano' de cada zona/% no 'urbano' do conjunto das zonas. Vd.: quadro A2 em Anexo (CAE em cada setor: 'Serviços internacionalizáveis': alojamento e restauração, transportes... e comunicações, atividades financeiras e atividades imobiliárias e de serviços às empresas; 'Serviços/atividades não transacionáveis': produção e distribuição de energia, construção, comércio e outras atividades de serviços às pessoas). (b) Emprego 'local' – vd. Anexo: III.1. (vi).

De igual modo, e no âmbito das “atividades/serviços não transacionáveis”, a importância do emprego no sector 'local'/'residencial' é superior no 'urbano'.

De reter, por fim, também como enquadramento do que se expõe em seguida, o cenário sectorial no todo da economia portuguesa nos anos iniciais da década de 2000. O traço expressivo na matéria é o forte significado dos *sectores não transacionáveis*, quer em termos de emprego, quer em valor acrescentado (VAB) – posição que, aliás, se reforçou nos anos 1995-2003 (de 56 para 58% em VAB; de 46 para quase 50% em termos de emprego). Também os *sectores não mercantis* (serviços públicos) alargaram a sua influência naquele período. Deste modo, os *sectores transacionáveis* estiveram em declínio (em VAB: 25% em 1995, cerca de 20% em 2003; em emprego: de 37% para 32% - cf. DPP, 2006: 142).

Em suma, na ótica do emprego, se na zona *urbana* e na da *indústria e serviços* a mobilidade “casa-trabalho” é mais intensa no 'urbano', nas duas outras regiões tal ocorre no

'rural'. Segue-se que, face à natureza das atividades empregadoras: o maior relevo no 'rural' das "transacionáveis" tão só na zona *urbana* advém da importância da indústria transformadora, porquanto nos demais territórios do *rural* tal fica a dever-se ao emprego na agricultura e floresta – todavia, este sobressai, sobretudo, mercê da não oportunidade de emprego não agrícola; por sua vez, os "serviços e atividades não transacionáveis" revelam-se mais influentes no 'urbano' do que no 'rural'.

As economias do 'rural' – A perspectiva analítica incidirá agora nos fluxos de proventos que circulam no 'rural' e no 'urbano' dos territórios do *rural*. Como acima se referiu, têm-se em conta os rendimentos gerados nos territórios, por via do emprego, assim como os que são captados pelos residentes (vd. Anexo: II.2. e II.3., em especial o quadro A1).

Dois grandes segmentos (*bases*) suportam as economias: a base *produtiva* associada às entidades/empresas que têm como objeto "atividades transacionáveis" - o segmento que se aproxima da *componente produção/competitividade* segregada por Baptista (2010: 141-2); a base *residencial* imbricada nos que residem no *rural* (fig. 3). Nesta última, por sua vez, confluem os rendimentos inerentes: (i) às transferências públicas auferidas por residentes que não têm o estatuto de pensionista ou reformado (a base "social"); (ii) aos empregos nos serviços públicos (a base "pública" das economias); (iii) aos reformados/pensionistas, aos ativos residentes mas que não trabalham no concelho de residência, às transferências privadas (remessas de emigrantes) de residentes não reformados e às "receitas não monetárias" (a base "consumo"); e, por fim, (iv) aos empregos nos setores "não transacionáveis" (a base "produtiva doméstica" das economias).

Um primeiro olhar aos réditos do tecido produtivo – as receitas do trabalho, da propriedade e do capital do congregado das *bases produtiva competitiva* ("atividades transacionáveis"), *produtiva doméstica* (bens não "transacionáveis") e "pública" (quadro 5): afora a situação na zona *urbana* onde o seu peso relativo se equivale no 'rural' e no 'urbano', nos restantes espaços do *rural* a respetiva influência é claramente superior no 'urbano' – mais acentuada nos territórios *agrícola* e de *baixa densidade*.

Quadro 5. A composição dos réditos (receitas do trabalho, propriedade e capital) gerados no 'tecido produtivo' do 'rural' e do 'urbano' nas zonas do *rural* do Continente português em "2000"

% (em coluna) no valor total das economias	Urbana		Indústria e serviços		Agrícola		Baixa densidade		Total das zonas	
	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.
Tecido produtivo	47,7	47,5	44,4	50,3	47,4	58,3	42,1	50,4	46,2	48,3
1. Base "pública"	7,7	5,8	6,3	10,1	9,1	20,8	9,1	12,3	7,0	7,6
2. <i>Produção doméstica</i>	16,0	28,2	19,0	29,9	13,9	29,5	13,6	25,1	16,7	27,8
3. <i>Prod. Competitiva</i>	24,0	13,4	19,1	10,3	24,4	8,0	19,4	13,0	22,5	12,9

Entretanto, excluindo daquele congregado a base “pública” constata-se que os proventos em causa, com a exceção da zona *agrícola* (assim como no “Centro/Norte” da zona de *indústria e serviços*), persistem também, comparativamente ao que se regista no ‘rural’, com maior expressão no ‘urbano’; tal situação é particularmente expressiva no “Sul” do território de *baixa densidade*, devido ao que ocorre no “Alentejo”.

Referência à base “pública” para enfatizar, em linha com o que se salientou em matéria de emprego, que a sua expressão constitui elemento diferenciador do ‘rural’ face ao ‘urbano’: na zona *urbana* é mais relevante no ‘rural’, mas nos três outros territórios o peso relativo dos réditos no ‘urbano’ dos ativos nos serviços públicos suplanta claramente o que se verifica no ‘rural’.

No que respeita ao contributo das “atividades territoriais” para as economias do *rural* sobressai a sua maior importância (quadro 6): (i) evidentemente, no ‘rural’ – mercê da quota-parte de réditos gerados na agricultura e florestas; (ii) e, depois, nas zonas *agrícola* e de *baixa densidade* (nesta, com especial relevância no ‘rural’ do “Centro/Norte”, cujo significado se abeira de 25%), comparativamente às duas outras manchas do *rural*. Salienta-se a modesta influência da componente alojamento e restauração (‘turismo’).

Na *produção doméstica* (quadro 6) impõe-se destacar no que respeita ao ‘rural’: o mais forte impacto dos “serviços internacionalizáveis” e do ramo do comércio nas zonas *urbana* e de *indústria e serviços*, em contraponto ao que sucede ao setor da construção nas circunscrições *agrícola* e de *baixa densidade* - regista-se que no ‘rural’ do “Douro”, da “Lezíria” e do “Alentejo”, o peso relativo dos proventos originados na construção superam os provenientes do comércio.

Quadro 6. Importância relativa dos réditos (receitas do trabalho, propriedade e capital) das “atividades territoriais” e da produção doméstica nas economias do ‘rural’ e do ‘urbano’ nas zonas do rural do Continente português em “2000”

% (em coluna) no total das economias	<i>Urbana</i>		<i>Ind. e serviços</i>		<i>Agrícola</i>		<i>B. densidade</i>		Total das zonas	
	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.
A) Atividades territoriais	6,9	1,7	12,4	4,1	19,6	3,8	15,9	5,5	10,4	2,4
A ₁) Agricult., silvicultura	5,1	0,3	7,6	0,8	17,1	1,3	13,2	3,5	7,7	0,7
A ₂) Ind. extrativa	0,4	0,1	0,5	0,2	0,3	0,6	0,6	0,5	0,4	0,1
A ₃) Aloj. Rest.	1,1	1,3	2,9	3,2	1,2	2,0	1,3	1,5	1,5	1,6
B) Prod. doméstica	16,0	28,2	19,0	29,9	13,9	29,5	13,6	25,1	16,7	27,8
B ₁) Serv. internacionaliz.	5,2	10,2	6,1	10,3	4,3	11,9	2,6	9,2	4,9	3,3
B ₂) Serv. não transacion.	10,8	18,0	12,9	19,6	9,7	17,6	11,0	15,9	11,8	24,5
B _{2.1}) Construção	2,0	4,6	1,9	5,6	3,3	4,6	3,7	6,3	2,3	4,9
B _{2.2}) Comércio	8,3	9,3	8,8	11,6	5,7	10,5	5,8	6,0	7,9	16,1

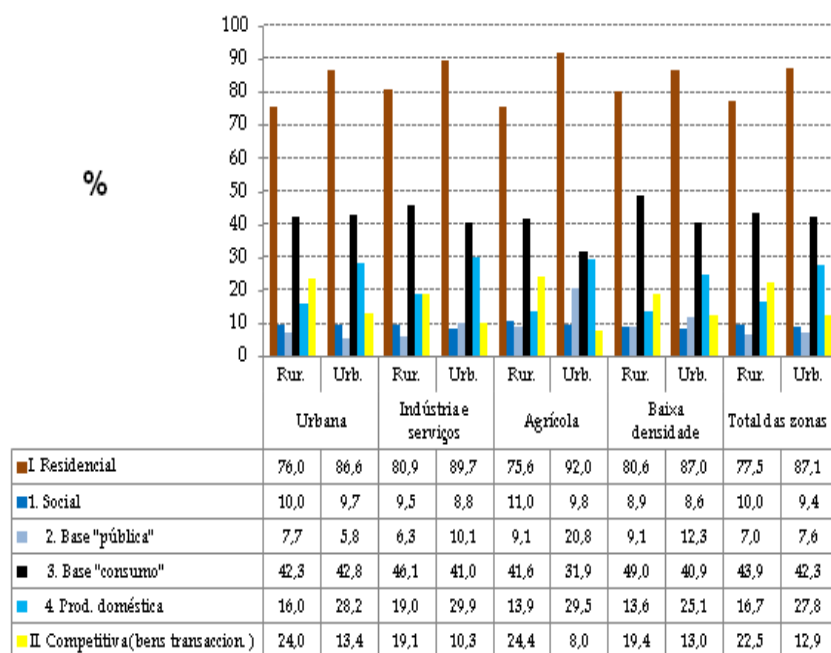
E quanto ao impacto da base *produtiva competitiva* (“atividades transacionáveis”)? - Na média global das zonas do *rural* não chega a significar 25% no total das economias dos territórios. Mas o respetivo impacto é maior no ‘rural’ do que no ‘urbano’; tal resulta dos proventos gerados na “agricultura e floresta”, já que os originados na indústria transformadora alcançam um peso relativo no ‘urbano’ bem superior ao que se assinala no ‘rural’; o contributo do conjunto dos ramos pesqueiro e extrativo apenas no ‘rural’ da circunscrição de *baixa densidade* se coloca à frente do ‘urbano’ (quadro 7).

Quadro 7. Composição dos proventos (receitas do trabalho, propriedade e capital) gerados na base produtiva competitiva das economias do 'rural' e do 'urbano' nas zonas do rural do Continente português

% (em coluna) no total de "atividades transacionáveis"	Urbana		Indústria e serviços		Agrícola		Baixa densidade		Total das zonas	
	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.
Agricultura (CAE AA)	6,9	1,7	15,2	4,0	39,6	12,0	41,4	13,8	13,6	3,1
Pescas (BB)	0,7	1,9	1,7	5,2	0,1	0,1	0,4	1,0	0,8	2,2
Indústrias Extrativas (C)	1,6	0,6	4,0	1,3	3,0	3,0	6,1	4,4	2,5	1,1
Indústrias Transformadoras (D)	90,8	95,7	79,2	89,6	57,4	84,9	52,1	80,8	83,1	93,6

Por conseguinte, o que move as economias, mais ainda no 'urbano', é a *base residencial* (fig. 3); ou seja, no binómio *criação-captação de riqueza* o pendor é claro para a *captação de riqueza*.

Fig. 3. Os segmentos (bases) das economias do 'rural' e do 'urbano' nas zonas do rural do Continente português em "2000"



E, aqui (na *base residencial*), a quota determinante situa-se na vertente "consumo": se na zona *urbana* o respetivo contributo é sensivelmente idêntico no 'rural' e no 'urbano', nas três outras unidades do *rural* a sua influência no 'rural' supera de forma nítida o registo do 'urbano' – com particular evidência na *agrícola* e na de *baixa densidade*, em especial no "Sul" (54%, contra 46% no 'urbano'; no "Alentejo": 57% no 'rural', 47% no 'urbano').

Importa, pois, observar a composição da “base consumo” (quadro 8): (i) o significado das remessas da emigração, mais expressivo no ‘rural’, tão só na zona *agrícola* chega a representar-se por um dígito (no ‘rural’ do “Douro” acerca-se de 2%); assim, (ii) para além da relevância das receitas não monetárias (autoconsumo, autolocação ...), generalizadamente maior no ‘urbano’ do que no ‘rural’, as grandes parcelas da “base consumo” são os rendimentos dos reformados/pensionistas – com natural destaque para as “transferências” – e os dos ativos residentes mas que não trabalham no concelho de residência; por sua vez, (iii) se o peso dos proventos dos reformados se adianta no ‘rural’, face ao ‘urbano’, o contrário se assinala no que respeita àquele segundo grupo; por último, (iv) atente-se no crescendo do impacte dos réditos dos reformados, designadamente no ‘rural’, nas zonas de *baixa densidade* – na “Lezíria” a sua importância ascende a 65% e no “Centro/Norte” supera os 75% – e *agrícola* face às circunscrições da *indústria e serviços* e *urbana*.

Quadro 8. Composição da base consumo nas economias do ‘rural’ e do ‘urbano’ das zonas do rural do Continente português em “2000”

% (em coluna) no total da base consumo	Urbana		Indústria e serviços		Agrícola		Baixa densidade		Total das zonas	
	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.	Rur.	Urb.
1. Receitas não monetárias ^(a)	21,7	22,9	22,8	34,0	12,0	26,1	19,8	39,1	20,9	25,8
2. Remessas de emigrantes ^(a)	0,9	0,5	0,5	0,3	1,5	1,3	0,4	0,3	0,8	0,5
3. Rendimento dos reformados	43,1	27,8	51,6	29,9	57,5	33,3	62,9	35,4	49,3	28,9
Transferências totais	36,4	23,9	42,4	24,6	48,9	27,7	50,3	28,3	41,0	24,5
4. Rendimento dos ativos residentes ^(b)	34,3	48,8	25,1	35,8	29,0	39,4	16,8	25,2	29,0	44,8

(a) De residentes não reformados/pensionistas; (b) Rendimentos dos que residem mas não trabalham no concelho de residência, excluindo receitas não monetárias e remessas de emigrantes.

Em suma, não é a *produção competitiva* mas sim o segmento *residencial* (o conjunto das bases: “social”, “pública”, “produção doméstica” e, sobretudo, a base “consumo”) que constitui o suporte determinante das economias. A sua maior relevância no ‘urbano’, face ao ‘rural’, em qualquer uma das zonas do *rural*, assenta na mais forte influência da produção de “bens e serviços não transacionáveis”. Em contraponto, a componente “consumo” – excetuando a *zona urbana* onde atinge pesos similares no ‘urbano’ e no ‘rural’ –, devido à mais forte porção de rendimentos dos reformados/pensionistas, ganha ascendente no ‘rural’.

As economias do ‘rural’ nas zonas do rural – síntese

Enunciam-se agora, em síntese, os traços da diversidade das economias do ‘rural’ nas quatro grandes manchas do *rural* (quadro 9): quais as bases mais (ou menos) determinantes em cada uma das zonas?

O segmento *produção competitiva* emerge na zona que concentra mais de metade do ‘rural’ do Continente – a *urbana* – e no território *agrícola*. Nas duas circunscrições, o seu

significado no conjunto da economia do 'rural' ronda os 25%; mas o contraste entre elas é flagrante: naquela, o contributo advindo de 'atividades territoriais' (exclui-se, no caso, o 'turismo') não vai além de 6% (18% da indústria transformadora – no total da economia), que compara com 18% na zona *agrícola* (7% da indústria transformadora). Anota-se a composição da *produção competitiva* nas duas outras manchas do *rural*: de 'atividades territoriais' – 12% na de *indústria e serviços*, 16% na de *baixa densidade*; da indústria transformadora – 11% e 5%, respetivamente. Releve-se que, no total da economia de qualquer uma das zonas, o significado dos réditos originados na pesca e na indústria extrativa é incipiente (0,7% na zona *urbana* e 0,8% no "Alentejo", respetivamente). Acentua-se o grande traço, no âmbito da *produção competitiva* e face ao padrão do 'rural' do Continente (quadro 9): enquanto na zona *urbana* desponta claramente o peso relativo da indústria transformadora, nas circunscrições *agrícola* e de *baixa densidade* tal posicionamento pertence à agricultura e floresta.

Quadro 9. Relevância ^(a) das bases das economias do 'rural' nas zonas do rural do Continente português no início da década de 2000

Zonas do rural	I. Residencial								II. Prod. Competitiva (bens transacion.)	(a) Rácios entre os pesos relativos nas zonas e na média das zonas do rural (=100): ≤80 → - - ; > 80 a <100 → - ; Média das zonas do rural = 100; > 100 a 120 → + ; > 120 a 150 → ++ ; > 150 → +++.			
	1. Base "Social"	2. Base "pública"	3. Base "consumo"					4. Prod. doméstica			Total		
			a. Rec. não monetárias	b. Rem. Emigrantes	c. Rend. dos reformados	d. Rend. dos ativos resid.	Total						
Urbana	≈	+	≈	+	-	+	-	-	-		+		
Indústria e serviços	-	-	+	--	+	-	+	+	+		-		
Agrícola	+	++	--	+++	+	-	-	-	-	+			
Baixa densidade	-	++	+	--	++	--	+	-	+	-			
Zonas do rural	"Ativ. territoriais"	Total	I.4. Produção doméstica						II. Competitiva (bens transacionáveis)				
			"Serviços internacionalizáveis"			"Outras ativ./serviços não transacionáveis"			Total	Agricultura	Pescas	Ind. Extrat.	Ind. Transf.
			Total	'Turismo'	Transp., armazen., comunic.	Total	Construç.	Comércio					
Urbana	- -	-	+	--	++	-	-	+	+	--	+	-	++
Indústria e serviços	+	+	++	+++	--	+	-	+	-	-	--	+	--
Agrícola	+++	-	-	-	-	-	++	--	+	+++	--	--	--
Baixa densidade	+++	-	--	-	+++	-	+++	--	-	+++	--	++	--

Por sua vez, o segmento *residencial* da economia ascende a primeiro plano, perante o conjunto do 'rural' das zonas do *rural*, nos espaços da *indústria e serviços* e da *baixa densidade*. Em ambas as zonas, tal advém do impacte da base "consumo"; todavia, enquanto na da *indústria e serviços*, àquele agregado se associa a produção de "bens e serviços não transacionáveis" (a *produção doméstica*), na de *baixa densidade*, com aquela, sobressai a base "pública". Aponte-se, também, a maior importância da base "pública" na zona *urbana* e, sobretudo, na *agrícola* e, nesta unidade, a da base "social". Maior dependência, pois, da base "pública" nas economias do 'rural' nos territórios *agrícola* e de *baixa densidade*.

Na *produção doméstica* demarca-se o maior impacto dos “serviços internacionalizáveis” e do ramo do comércio nas manchas *urbana* e de *indústria e serviços* em comparação com o que se assinala com o ramo da construção nas duas outras zonas do *rural*.

Individualize-se, por fim, adentro da *base* “consumo”, o ascendente na zona *urbana* dos réditos dos ativos que se deslocam para fora do concelho de residência para trabalharem, em contraponto ao que sucede com os proventos dos reformados/aposentados nas economias das três outras manchas do *rural*, em especial na de *baixa densidade*.

Notas reflexivas

Sumariaram-se ao longo da exposição os aspetos tidos como mais relevantes deduzidos do modelo analítico aprontado. Neste ponto, e retendo sobretudo o ‘rural’, a interrogação: que ilações para o desenvolvimento rural/regional-local?

(i) A eleição do território (região) como *suporte* quer de atividades, quer de populações portadoras de rendimentos, traz a primeiro plano a premência da disponibilidade de informação que possibilite o diagnóstico das situações e respetiva monitorização do seu evoluir. Tal remete para o aparelho estatístico: a concetualização do ‘rural’, a escala (geográfica/administrativa) mais pertinente de reporte de recolha da informação e, sobretudo, a consagração do “rendimento” – e das suas parcelas fundamentais – como agregado económico nuclear de referência.

(ii) Uma expressão (conceito) ressalta como fulcro do desenvolvimento, e por conseguinte das políticas: *coesão territorial* (cf., por ex., COM, 2008). Com ela quer-se relevar a via da mobilização dos agentes (e dos recursos) que moldam os territórios – na circunstância os territórios “rurais” – na sua diversidade e, em simultâneo, da cointegração de políticas (económicas e sociais) com efetiva capacidade de elevação dos níveis de desenvolvimento; nesta perspetiva, coloca-se, pois, em primeira linha a abordagem territorial em detrimento da visão setorial.

(iii) Abordagem territorial que tem a virtualidade de percecionar a articulação dos diferentes segmentos (as *bases*) das economias regionais/locais – dos sistemas produtivos à captação da riqueza pelas famílias/populações – e, em conformidade, apontar os nódulos determinantes de intervenção de políticas.

(iv) Abordagem territorial, ainda, porque com tal perceção das economias regionais/locais do ‘rural’ se evidenciam os mecanismos que podem fundar os “contornos futuros do espaço rural” assentes na perspetiva que preconiza “um *regresso à terra*, um refazer das economias produtivas das comunidades rurais, como contraposição a um sistema económico que subordina as pessoas e «as coisas, preciosas da natureza e da cultura humana», à voracidade do mercado” (Baptista, 2010a, inédito).

(v) Ficou patente o minguado contributo do segmento *produção competitiva* (a produção de “bens transacionáveis”) das economias. Sobressai, assim, como objetivo generalizadamente

reconhecido o imperativo da sua ascensão, em particular, no que respeita à produção do “complexo agro-florestal”. Para tanto, tem-se como pressuposto elementar, em linha com a perspectiva segregada no ponto anterior, a não destruição das “*terras e florestas do mundo*”, em nome da produção”, o que é dizer uma conduta sob as boas práticas agronómicas e silvícolas - no quadro mais geral da *preservação do capital da humanidade*. Com este pressuposto, alega-se como relevante o apagamento de orientações para o desenvolvimento sustentadas em determinismos do meio (por ex., potencialidades intrínsecas dos solos) e, em contraponto, sem subjugação a *normativos* apriorísticos de localizações geográficas, o incentivo ao fomento de atividades e empreendimentos agrorurais *competitivos* numa lógica empresarial e de sustentabilidade (garantia da coesão económica e social); fomento de atividades agrícolas e florestais em sentido estrito (produtos de “massa” e de “nichos” de mercado), mas também as que se focalizem em objetos emergentes (energia, sequestro do carbono) e na valorização das *amenidades rurais* (da caça e pesca, ao património edificado e ao lazer em geral).

(vi) Resulta do ponto anterior, e no respeitante ao “complexo agro-florestal”, que se preconize um forte entrosamento, no âmbito da política agrorural da União Europeia, dos instrumentos das políticas de mercados e de desenvolvimento rural. Destacam-se, em especial, dois eixos enlaçados de intervenção: (a) Em contrarresposta a lógicas segmentadas (setoriais), a adoção do primado da junção das fileiras produtivas vegetais e animais (da produção, transformação, à colocação no mercado), designadamente das dotadas de símbolos de qualidade/certificação reconhecidos (DOP, IGP, etc.), e do seu enraizamento nos territórios – a arquitectura e implementação alargada de ‘marcas territoriais’, incrustando nestas as valias da paisagem; (b) A construção do desenvolvimento rural (local) incorporando, no fundamental, os seguintes elementos: a procura da capacitação das instituições – num quadro de grande fragilidade, como se destacou, dos agente económicos do ‘rural’ (população com mais baixos níveis de proventos, de ‘qualificação’ e com maior dependência de políticas distributivas de rendimento) -, associada à congregação dos agentes que visionam um modelo de utilização do espaço rural não ditado exclusivamente pelos interesses tradicionais agrícolas; os ganhos de escala no uso dos recursos; e, mais geral, a importância da inovação, mormente na aplicação da metodologia *Leader*.

(vii) Ainda no tocante à *produção competitiva* anota-se a maior premência de articulação da política industrial com as demais políticas de incidência territorial, mormente agrícola e rural e de ordenamento, no ‘rural’ da circunscrição *urbana*; de facto, como se assinalou, é nesta zona – em menor nível na zona de *indústria e serviços* – que a indústria transformadora marca decisivamente a influência do segmento económico “atividades transacionáveis”.

(viii) Mostrou-se como, adentro da *produção doméstica*, é modesto o contributo dos “serviços internacionalizáveis”, em especial o ramo do ‘turismo’, face, em concreto, à relevância da componente “outros bens e serviços não transacionáveis”; posicionamento que ainda é mais frágil no ‘rural’ das zonas *agrícola* e de *baixa densidade*. Neste quadro, tem-se como importante

o robustecimento daquele ramo através do incentivo à diversificação da “oferta estruturada de produtos turísticos numa perspectiva territorial” em muito estreita articulação com o que se aflorou para o “complexo agro-florestal”. Por conseguinte, não será descabido que se segregue a constituição de ‘complexos turísticos-agro-florestais’ regionais – suportados nas especificidades de recursos e de agentes económicos em presença – como um dos vetores do traçado dos “contornos futuros do espaço rural”.

(ix) Da observação do segmento *residencial* das economias do *rural* frisam-se os seguintes aspetos: maior concentração no ‘urbano’, face ao ‘rural’, dos “serviços públicos e outros de apoio às pessoas”; mais intensa dependência das políticas distributivas de rendimento – a *base* “social” e a *base* “consumo” (com vulto das transferências fruídas pelos reformados e aposentados) – no ‘rural’ das diferentes zonas, em particular na *agrícola* e na de *baixa densidade*; ainda na *base* “consumo”, o peso dos réditos dos ativos que não trabalham no local de residência: de par com o maior impacte no ‘urbano’, tão só se salientam no ‘rural’ da zona *urbana*. Estes aspetos colocam no âmago dos desígnios do desenvolvimento o domínio da “qualidade de vida” e, nele enredado, em boa medida, o papel do “Estado-providência” e das políticas sociais. Retêm-se, a propósito, três desafios: (a) O aprofundamento das políticas minimizadoras da maior fragilidade do ‘rural’: sobrelevam-se as ações distributivas de rendimento centradas na conjugação das vertentes receitas familiares (transferências diretas e apropriação *in situ* dos proventos do ‘rural’) e despesas/consumos (apoios às condições de vida com o atenuar de custos a cargo do ‘rural’); (b) A não marginalização do ‘rural’ face ao ‘urbano’ construindo, para tanto, quer as bases de expansão sustentável de *serviços de proximidade*, quer as vias de articulação ‘rural’-‘urbano’ que suportem a mobilidade e a acessibilidade das populações a equipamentos, serviços e mercados – uma alusão especial, nesta matéria, à importância do estabelecimento de redes de transportes de pessoas e de mercadorias ajustadas aos espaços de rarefação populacional; (c) O robustecimento da *base* “consumo” das economias pelo aumento da componente atratividade residencial (sazonal e permanente, de ativos e reformados) do ‘rural’.

Anexo (notas metodológicas e concetuais)

I. “Rendimentos”

1. A metodologia que conduziu à obtenção dos resultados que suportam o presente texto assenta em desenvolvimento ao que se revelou em Rolo (2006: 226-234). Tem como suporte a informação, centrada em “2000”, exposta nas seguintes fontes secundárias: DETEFP/MSST (2003); INE (2002, 2002 a, 2002 b, 2004); Rodrigues (2007).

2. Retenha-se o conceito de “rendimento” a que se apela – o consignado no *Inquérito aos Orçamentos Familiares* (INE, IOF2000): “receita líquida total”, que corresponde ao conjunto dos fluxos monetários e não monetários auferidos pelos indivíduos/famílias; engloba, por conseguinte, e como abaixo se discriminam, as “receitas monetárias ordinárias” (de atividade económica e de transferências públicas e privadas), as “receitas monetárias extraordinárias” e as “receitas não monetárias”.

3. O que se revela por zonas do *rural* provem de estimativas efetuadas em referência ao ‘rural’ (o conjunto populacional de *aglomerados de pequena dimensão: isolados* e residentes em lugares com ≤ 2.000 habitantes) e ao ‘urbano’ dos concelhos do Continente.

Em termos sumários, o procedimento – que se consuma pela multiplicação de duas matrizes: uma de dados físicos (população) e outra de factores monetários (categorias de receitas) – envolveu os seguintes passos:

(a) Elaboração de matrizes com os dados físicos relativos à população residente (*Censos 2001*) (e também ao emprego no concelho: com base em INE, 2004 e 2002 a, e DETEFP/MSST) caracterizada segundo as variáveis: (a_1) com atividade económica: ramo de atividade (CAE-Rev. 2, Classificação Portuguesa das Atividades Económicas); situação na profissão (“empregador”, “trabalhador por conta própria”, “trabalhador por conta de outrem”...); profissão (CNP-94, Classificação Nacional das Profissões: “quadros superiores”, “especialistas”, “técnicos...intermédios”, “agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas”, “trabalhadores não qualificados...”...) e género; e (a_2) sem atividade económica (“inativos”): “estudantes”, “domésticos”, “reformados, aposentados ou na reserva”, “incapacitados permanentes para o trabalho” e “outros”. Para este efeito, sublinha-se que os apuramentos dos *Censos 2001* referenciados à “dimensão dos lugares” foram nucleares na quantificação, fixada nas matrizes, da população ‘rural’ e ‘urbana’.

(b) Elaboração de matriz, a partir dos microdados do *IOF2000* (NUT II; informação por *agregado doméstico privado* e por *indivíduo*), dos fatores (monetários) inerentes às várias categorias de “receita anual” por indivíduo: receitas monetárias ordinárias – trabalho, propriedade, capital e transferências periódicas (pensões, benefícios relacionados com a família – subsídio familiar a crianças e jovens, por ex. -, do estrangeiro e outras transferências; receitas monetárias extraordinárias – correspondendo às transferências não periódicas: subsídio de desemprego, rendimento mínimo garantido e “outras”; e receitas não monetárias (autoconsumo, autoabastecimento, autolocação, transferências em géneros e salários em géneros). Tais fatores foram consignados em correspondência com as variáveis de caracterização da população que se voltam a referir: “ativos” (“grupo socioeconómico” × situação na profissão × profissão × género × CAE) e “inativos” (“estudante”, “reformado”, “doméstico”, “incapacitado” e “outros”).

4. Em matéria de fixação da “receita anual” importa ainda anotar: (i) Assume-se a média ponderada das estruturas (INE, *IOF2000*) relativas aos tipos de receita por *agregado doméstico privado* (60%) e por *indivíduo*; (ii) A transposição dos valores (das várias categorias de receitas) para a escala concelhia foi sustentada na premissa: na sociedade portuguesa, a variável central do “nível de vida” (dos rendimentos) é a “relação salarial”; a qual se expressa pelo “rendimento do trabalho”, avaliado em termos de *ganho médio anual* (dos trabalhadores por conta de outrem – por CAE, profissão e género – registado pela fonte administrativa *Quadros de Pessoal*); (iii) A exceção a esta opção foi para os “inativos” – “reformados”, “domésticos”, “incapacitados” e “outros”: a passagem das estruturas de receitas do patamar meso (NUT II) para a escala concelhia ancorou-se na receita “pensões” (montantes médios/pensionista, INE, 2002 b).

5. Deixam-se indicados os títulos dos quadros (informação divulgada e apuramentos específicos) dos *Censos 2001* que alicerçaram a arrumação dos dados físicos da população (residente e emprego) pelo ‘rural’ vs. ‘urbano’ de cada concelho: *População residente, segundo a dimensão dos lugares, população isolada, (...) por condição perante a actividade económica, grupos etários e sexo*; *População residente segundo a dimensão dos lugares e população isolada (...) e sexo, por grupo sócio-económico* (“empresários com profissões intelectuais, científicas e técnicas”, “empresários da indústria, comércio e serviços”, “empresários do sector primário”..., “trabalhadores não qualificados do sector primário”, “pessoal das forças armadas”, “outras pessoas activas, n. e.”, “inactivos”); *População residente segundo a dimensão dos lugares e sexo, por ramo de actividade económica* (CAE a 3 dígitos); *População residente, por dimensão de lugares, segundo a condição perante a actividade económica, por grupos etários e sexo*; *População residente, com 15 ou mais anos, segundo a condição perante a actividade económica (sentido lato), por principal meio de vida*; *População residente segundo a dimensão dos lugares, por principal meio de vida*; *População residente activa a trabalhar no concelho de residência, por CAE* (a dois dígitos), *género e dimensão dos lugares* (apuramento específico do INE – *Censos 2001*); *População residente, com 15 ou mais anos, segundo o grupo etário, por condição perante a actividade económica (sentido lato) e sexo*; *População residente empregada, segundo a situação na*

profissão e sexo, por ramos de actividade económica e horas de trabalho na semana de referência.

Por que será utilizada na percepção dos agentes em presença regista-se a noção de *grupo socioeconómico* (INE, "MetaInformação", no sítio do INE na web): variável "estabelecida através de vários indicadores socio-económicos, que procura reflectir o universo da actividade económica, visto sob o ângulo da inserção profissional dos indivíduos. Estão presentes as seguintes variáveis primárias: profissão, situação na profissão e número de trabalhadores da empresa onde trabalha".

De mencionar as estimativas mais determinantes no processo de arrumação dos dados físicos reportados ao 'rural' e ao 'urbano' (de cada concelho): (i) a afetação dos "grupos socioeconómicos" às CAE – realizada em função da importância relativa dos residentes nelas recenseados; (ii) os tipos de "inativos" – feita em conformidade com o peso relativo da população contada em algumas das categorias da classificação "principal meio de vida"; (iii) repartição do emprego (no 'rural' e no 'urbano' de cada concelho) por CAE – efetuada, num primeiro passo, com base na variável "ativos residentes a trabalhar no concelho de residência" [inserida na seguinte expressão: ("ativos residentes que trabalham no concelho de residência" \times o seu peso relativo no total dos "ativos residentes") + ("ativos residentes" \times o complementar do peso relativo dos "ativos residentes que trabalham no concelho de residência" no total dos "ativos residentes")], com ajustamento à informação do INE (*Contas Regionais*: "Emprego total e para a Nomenclatura A₃ - CAE Rev. 2.") e, num segundo passo – para os totais das zonas do *rural* e ao nível global do Continente – já com os dados agregados pelas zonas do *rural*, com as estruturas resultantes (a que atribuímos um peso de 30%) de, em cada zona, se tomarem como referência: para o 'rural' o conjunto dos concelhos 'exclusivamente rurais' (toda a população reside em *aglomerados de pequena dimensão*) e para o 'urbano' o conjunto dos concelhos 'predominantemente urbanos' (fixando para este efeito os concelhos com mais de 55% de população 'urbana').

6. Por fim, as determinações consumadas dos valores globais de "rendimento" e das categorias de receitas (do trabalho/remunerações, da propriedade, etc.) foram compatibilizadas, mormente em termos de pesos relativos inter agregados e inter regiões (NUT II e III): (i) ao nível do Continente com os dados do *IOF2000* (Rodrigues, 2007: 134 e 139); (ii) ao nível regional (NUT II, "Contas das Famílias por região NUTS I e II - Operações e Saldos", e NUT III) com a informação do INE (2004).

II. A base económica das economias locais

1. A partir da informação reunida sobre o "rendimento" foi possível avançar para as determinações relativas às componentes das economias do 'rural' e do 'urbano' em cada uma das circunscrições do *rural*. Nesta matéria, acolhemos o referencial analítico desenvolvido por Davezies (cf., nomeadamente, Davezies: 2001, 2002, 2003, 2005 e 2008).

2. Aquele autor preconiza *um outro modelo* (analítico) *de desenvolvimento territorial, menos centrado sobre a qualidade de valorização dos fatores de produção tradicionais (capital e trabalho) ou modernos (infraestruturas, economias de aglomeração ou de localização...)* e mais focalizado na *formação do rendimento local* (2005: 42). Tal modelo, que se justapõe – ou, como escreve Glasmeier (OCDE, 2001: 223), *completa* – pois, às análises do *sistema produtivo local* ou da *nova economia geográfica*, assenta, na revisão, trazendo-a para primeiro plano, da "teoria da base económica" – a qual, na história do pensamento económico, alguns autores *fazem remontar a Cantillon e ao seu Essai sur la nature du commerce en général* (1725), e que outros atribuem a Sombart e ao seu *Der Moderne Kapitalismus* (1916), ou ainda a Hoyt (1954) que a dotou de uma verdadeira metodologia (Id., 2008: 53). A "teoria da base", enfatiza Glasmeier (OCDE, 2001: 222), *constitui uma das aproximações mais elementares mas também das mais fecundas ... para compreender o que é um processo de desenvolvimento económico e social local ou regional*.

Para uma vista de síntese das teorias da economia espacial/regional/territórios, cf. : Lainé e Tillard, 1999: 59-63; OCDE, 2001 – em especial, os cap. 4 (Davezies), 5 (Camagni) e 6 (Glasmeier): 135-230; Rolo, 2006: 78-91.

No que respeita à "teoria da base", seu desenvolvimento e aplicações – mormente em relação à "economia residencial", cf.: François, 2001; Costa *et al.*, 2002: 793-801; IREPP, 2004;

Behar, 2004; Calzada e Blanc, 2006; Fu e Calzada, 2007; Fricotteau, 2007; Jean, 2008; Harrous, 2008.

A "teoria da base", ainda com Davezies (2008: 53), sustentava que *o desenvolvimento das cidades depende do montante dos rendimentos externos que as vêm irrigar. A economia das cidades é dividida em dois setores, um contribuindo para captar os rendimentos do exterior, o outro trabalhando para satisfazer a procura local. O primeiro setor, a "base económica", é vetor de desenvolvimento, o segundo, ou "setor doméstico", é induzido, arrastando por efeitos multiplicadores crescimento do rendimento, do emprego e do povoamento.* Transposta para a atualidade, e firmado na observação do *conjunto dos desenvolvimentos mais ou menos silenciosos dos níveis e da esperança de vida, dos orçamentos públicos e sociais, do direito do trabalho, dos instrumentos técnicos da mobilidade e ainda de outros fatores*, aquele autor coloca no âmago do modelo de análise o balancear entre o peso dos *rendimentos gerados pelos setores expostos à concorrência e os rendimentos indirectos que são protegidos* (Id.: 52-3). E, mais ainda, em detrimento da *leitura económica do território exclusivamente tributária da representação de um território-suporte de atividades geradoras de rendimento*, faz emergir a leitura do *território-suporte de populações dotadas de rendimentos que podem ser independentes da atividade local* (Id.: 55); na mesma linha adianta Figueiredo (2002: 488): " (...) parece ser relevante a orientação dos que entendem a [competitividade territorial] como algo mais vasto e exigente do que a mera concentração num dado território de empresas competitivas". Subjacente àquele posicionamento está, também, por um lado, a controvérsia – recentemente avivada pelo Relatório de Stiglitz *et al.* (2009) – em torno do instrumento de medida do desenvolvimento de um dado espaço territorial: o produto interno bruto (PIB) vs. o rendimento dos residentes; por outro lado, e a ela associada, a constatação de que, nas últimas décadas, se acentuou a divergência das dinâmicas territoriais avaliadas pelo PIB e pelo rendimento (cf.: Glasmeier, OCDE, 2001: 222; Davezies, 2005: 41; Id. 2008: 10-2).

Uma última nota clarificadora do contributo de Davezies: *para analisar a economia local é necessário distinguir três tipos de atividades: as que se localizam para produzir (e não para vender no mercado local...) e aquelas que se localizam para vender (as atividades privadas ao serviço da população local) ou para servir (as atividades públicas ao serviço da população)* (Id., 2005: 33-4); entretanto, *se uns territórios se especializam na criação de riqueza, outros especializam-se na sua captação e, em consequência, há que trazer a primeiro plano, além das atividades económicas, outros fluxos de proventos confluentes no "território-suporte de populações": transferências (públicas e privadas), réditos das populações que residem (ou estão presentes em determinados períodos) mas são ativas fora desse território (a dissociação entre local de trabalho e local de residência), receitas do turismo.* Em resumo, *os dois fatores de desenvolvimento local, no sentido da "teoria da base" são: (i) o rendimento básico e (ii) a propensão do rendimento local a ser consumido localmente. (...) Às análises dos fatores de localização das empresas convirá acrescentar as condições de localização das famílias* (Id.: 57).

Uma menção à caracterização da economia portuguesa no contexto internacional e interno (na introdução ao título "O que move as economias do 'rural'..."): segue-se a síntese que se divulgou em Rolo (2006: 41-60) na qual, entre outras, constituíram referências: Santos (1998) e Reis (2002).

3. Com base nos trabalhos indicados no ponto anterior firmou-se a seguinte arrumação/classificação de fluxos de rendimento – a *base económica dos territórios* – a partir da qual se faz a leitura das economias ('rural' e 'urbana') das zonas do *rural*. Assim, a *base económica* integra duas grandes componentes: a "base residencial" – que, por sua vez, congrega as *bases*: "social", "pública", "consumo" e a "*produtiva doméstica*" – e a *base* "atividades/bens transacionáveis". As categorias de receitas consignadas (vd. I) a cada uma das *bases* identificam-se no quadro A1.

Quadro A1 - Componentes da *base* económica e correspondência com as categorias de receitas

Base	Base		Categorias de receitas
Residencial	“Social”		Transferências totais associadas a residentes não pensionistas/reformados, com exclusão de ‘remessas de emigrantes’
	“Pública”		Receitas monetárias ordinárias (trabalho, propriedade, capital) do nº de empregos em serviços públicos (CAE: LL, MM e NN)
	“Consumo”	Total	Receitas não monetárias e ‘remessas de emigrantes’ de residentes não pensionistas/reformados, receitas totais de pensionistas/reformados e receitas dos ativos que residem mas não trabalham (com exclusão de receitas não monetárias e ‘remessas de emigrantes’)
		Pensionistas/Reformados	Receitas totais de pensionistas/reformados
		Ativos residentes no concelho e não trabalham no concelho	Receitas dos ativos que residem mas não trabalham (no concelho de residência)
	“Produtiva - Atividades não transacionáveis” (doméstica)		Receitas monetárias ordinárias (trabalho, propriedade, capital) do nº de empregos em sectores não transacionáveis (CAE: EE, FF, GG, HH, II, JJ, KK, OO e PP)
Produtiva – Atividades transacionáveis			Receitas monetárias ordinárias (trabalho, propriedade, capital) do nº de empregos em sectores transacionáveis (CAE: AA, BB, C e D)

4. Revela-se que a classificação, no quadro A1, das atividades/setores segundo o *grau de transacionabilidade* foi construída a partir de referências do Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP; vd. quadro A2) – cf. no sítio do DPP na *web*: Ribeiro, 2003; DPP, 2006; AA.VV (Proença, Coord.), 2006; Alvarenga (Org.), 2008; como se escreve neste trabalho (p. 7), a "desagregação sectorial desta nomenclatura [CAE], segundo os 31 ramos das Contas Nacionais, consta do Anexo «Agrupamentos por Ramos de Actividade» do trabalho (...) DPP, 2006 e resulta de uma metodologia desenvolvida no DPP no âmbito dos estudos de Ribeiro, J. F. e outros (2003) e Proença, M. (2004)"; AA.VV (Ribeiro, Coord.), 2009.

Quadro A2 – Correspondência entre CAE e setores segundo o *grau de transacionabilidade*

Setores (transacionabilidade)	CAE
Atividades transacionáveis	AA - Agricultura, produção animal, caça e silvicultura BB - Pesca C - Indústrias extrativas D - Indústrias transformadoras
Atividades não transacionáveis	"Serviços não transacionáveis" EE - Produção e distribuição de eletricidade, gás e água FF - Construção GG - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico OO - Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais PP - Famílias com empregados domésticos
	"Serviços internacionalizáveis" HH - Alojamento e restauração II - Transportes, armazenagem e comunicações JJ - Atividades financeiras KK - Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
	"Serviços não mercantis" (Serviços Públicos) LL - Administração pública, defesa e segurança social obrigatória MM - Educação NN - Saúde e acção social

De salientar que aquela classificação "*privilegia como critérios de agregação dos produtos e serviços os mercados a que se destinam (doméstico ou internacional), a respectiva natureza em termos mercantis, bem como, ainda que parcialmente, o conteúdo tecnológico e os respectivos factores de competitividade*" (DPP, 2006: 139). Como se elucida em AA.VV (DPP, 2006: 7): "Numa primeira abordagem poderíamos classificar como "*bens transacionáveis*" todos aqueles que, sendo objecto de uma operação comercial ou não, comportem um movimento de mercadorias captado/registado através das estatísticas do comércio internacional"; por sua vez, no referencial de aplicação de políticas públicas em Portugal adota-se o seguinte conceito de "Bens e serviços transacionáveis ou internacionalizáveis": os bens e serviços produzidos em sectores expostos à concorrência internacional e que podem ser objecto de troca internacional (Decreto-Lei n.º 287/2007 do MAOTDR).

Importa, entretanto, sublinhar o carácter relativo (*esquemático*) da agregação de setores económicos: se, genericamente, o emprego nas "atividades transacionáveis" segue as

empresas e o emprego na “esfera da economia residencial” segue a população, também não deixa de ser verdade que todos os sectores são produtivos porquanto criadores de valor acrescentado; os serviços às pessoas como o turismo não estão ao abrigo da conjuntura internacional; o conteúdo em actividades da função pública é também muito diverso e a localização dos empregos públicos pode obedecer a lógicas variáveis consoante prevaleçam imperativos de proximidade ou de centralidade (INSEE, www.insee.fr/fr/methodes/default.asp?page=definitions/sphere.htm, acedido em Agosto 2009).

Um último apontamento para frisar a diferença metodológica face ao que seguiu Baptista (2010: 141-2) – cujos dados de base em que assenta o procedimento, assim como a respetiva escala (a freguesia) são distintos dos utilizados neste texto: aqui, segue-se a ‘natureza’ das atividades, atribuída *a priori*, em conformidade com o que se explicitou; Baptista sustenta a clivagem “componente residencial” vs. “componente produção/competitividade” nos dados de trabalho de campo de inquirição aos agentes económicos/entidades que revelaram o âmbito geográfico (local, regional, nacional...) de influência/inserção das entidades/empresas que desenvolvem as atividades.

III. Outras notas

1. Conceitos

(i) ‘Atividades territoriais’, consignado no quadro do projeto *Agro 62* “As dinâmicas socioeconómicas dos espaços rurais do continente português”: as atividades que se expandem (utilizadoras do) pelo espaço, aqui tendo o suporte físico (como a agricultura, floresta e as indústrias extrativas) ou dele fruindo (como as atividades turísticas e de lazer, para as quais se adotou como indicador de avaliação os réditos dos residentes que exercem profissão na atividade económica “alojamento e restauração”).

(ii) ‘Complexo agro-florestal’: o conjunto das CAE agricultura e silvicultura (cód. CAE – cf. INE, “Classificações” –: 011 a 015 e 020), ‘indústrias alimentares’ (151 a 160) e ‘indústrias florestais’ (201 a 205 e 211) – cf. AA.VV (Dimas, Coord.) (2001).

(iii) Setores da ‘economia do conhecimento’ – cf.: AA.VV (Mateus, Coord. geral) (2006), Vol. I, Parte I: 56-7; e, ainda, AA.VV (Ribeiro e Proença, Coord.) (2007), Anexo D: o conjunto de CAE de “alta tecnologia” (por ex., produtos farmacêuticos, equipamentos electrónicos...: 244+300+321 a 323+331 a 335+353+362), “média-alta tecnologia” (por ex., máquinas e aparelhos eléctricos, automóveis e componentes...: 241 a 246+291 a 297 + 310 + 311 a 316+341 a 343+352+354+355), “serviços avançados” (serviços, por ex., nas áreas da I&D, dos serviços informáticos...: 721 a 726+731+732+741 a 744) e “serviços de suporte” (por ex.: “correios e ...:641+642+651+652+660+671+672+745+746+747+748).

(iv) Atribui-se o epíteto de ‘qualificado’ aos “grupos socioeconómicos”: com “profissões intelectuais e científicas”, “diretores e quadros superiores”, “dirigentes de pequenas organizações” e “quadros intermédios”.

(v) Ramos de atividade económica também fixados (vd. fig. 1): “secundário” – conjunto das CAE indústria transformadora (D), ‘construção’ (F) e ‘produção e distribuição de energia’ (E); ‘serviços mercantis’ – CAE ‘comércio’ (G), ‘transportes’ (I), ‘atividades financeiras’ (J) e ‘atividade imobiliárias e de apoio às empresas’ (K); ‘outros serviços’ – ‘serviços públicos’, o agregado de CAE ‘administração pública’ (L), ‘educação’ (M) e de ‘saúde e acção social’ (N), e ‘atividades de apoio às pessoas’ (O).

(vi) Na observação da natureza do emprego, fixaram-se, ainda, as atividades de índole ‘local’/‘residencial’, ou seja, atividades de (maior) ‘proximidade’ ao apoio às populações (congregação das CAE, a 3 dígitos): ‘construção de edifícios’ (452); ‘comércio local’ – ‘comércio de peças’, ‘manutenção e reparação de veículos’, ‘comércio a retalho’ (502+503+504+521+522+523+524+525+527); “alojamento e restauração” (HH); “agências de viagens e de turismo” (633); ‘aluguer de bens de uso pessoal e doméstico’ (714); outras ‘atividades de serviços locais’ – “saneamento, higiene pública”, ‘atividades culturais, recreativas e desportivas’ (900+913+925+926+927+930+950).

(vii) O índice de polarização [tomado de AA.VV (Mateus, Coord. geral) (2006), Vol. III, Parte II: 106], referido em matéria de emprego, corresponde ao quociente entre o volume de emprego (estimado) e o volume de ativos residentes; tal índice, como se refere naquele trabalho, “reflecte, a relevância das migrações pendulares interregionais”. Anota-se a

similitude deste indicador à *taxa de absorção potencial de emprego interna* (nº de ativos a trabalhar na zona em % do n.º de ativos residentes) - Cordovil, 1991, Vol. III: 14.

(viii) O índice de “oportunidade de emprego não agrícola”, que se menciona a propósito do emprego nas atividades “transacionáveis”, resulta da média dos quocientes: unidades trabalho ano (UTA) familiares e UTA assalariadas que trabalham em explorações agrícolas mais de 50% do tempo de atividade /emprego não agrícola e UTA familiar total/emprego não agrícola. As UTA no 'rural' e no 'urbano' – e, neste caso, também do emprego não agrícola – foram estimadas com base na informação (INE, RGA1999) dos concelhos, respetivamente, 'exclusivamente rurais' e 'predominantemente urbanos' incluídos em cada zona. O inverso do indicador revela a “não oportunidade de emprego fora da agricultura”.

2. No ponto introdutório, em matéria de enquadramento do artigo, as referências aos conceitos de desenvolvimento (económico e rural) sumariam o que se expôs em Rolo (2006: 8) com base, entre outros, Mahé e O.-Magné (2001); Lopes (2003); Plihon (2004); Ceña, 1993, *apud*. Correa (2002).

3. A composição concelhia das manchas do rural:

A. Rural de Baixa Densidade – onde se demarcaram as subunidades: “Centro/Norte”, integrando os concelhos: Boticas, Chaves, Montalegre, Murça, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar, Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova, Sertão, Vila de Rei, Vila Velha de Ródão; “Lezíria”, formada pelos concelhos: Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Golegã e Salvaterra; “Alentejo”: Aljustrel, Almodôvar, Alentejo, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira, Mértola, Moura, Odemira, Ourique, Serpa, Vidigueira, Alter do Chão, Arronches, Avis, Campo Maior, Castelo de Vide, Crato, Elvas, Fronteira, Gavião, Marvão, Monforte, Nisa, Porte de Sôr, Portalegre, Sousel, Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vila Viçosa, Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines. A que acrescem os concelhos: Góis, Pampilhosa, Almeida, F. C. Rodrigo, Guarda, Meda, Pinhel, Sabugal, Trancoso, V. N. Foz Côa, Penedono e Sernancelhe. Alcoutim, Aljezur, Monchique, Abrantes, Mação, Sardoal, Alfândega da Fé, Bragança, Carraceda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vimioso, Vinhais, Penedono, Sernancelhe, Almeida, Figueira Castelo Rodrigo, Guarda, Meda, Pinhel, Sabugal, Trancoso, Vila Nova de Foz Côa, Góis, Pampilhosa da Serra.

B. Rural Agrícola - Arouca, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Aguiar da Beira, Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Mondim de Basto, Ribeira de Pena, Castro Daire, Cinfães, Mortágua, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Resende, São Pedro do Sul, Sátão, Tabuaço, Tarouca, Tondela, Vila Nova de Paiva, Vouzela. E, com o “Douro”: Alijó, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Armamar, Lamego, Moimenta da Beira e São João da Pesqueira.

C. Rural da Indústria/Serviços - A subzona “Centro/Norte”: Arganil, Lousã, Miranda do Corvo, Oliveira do Hospital, Penacova, Penela, Tábua, Vila Nova de Poiares, Alvaiázere, Ansião, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Porto de Mós, Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Manteigas, Seia, Carregal do Sal, Mangualde, Nelas, Santa Comba Dão, Viseu, Belmonte, Covilhã, Fundão. A que se juntam os concelhos: Alcanena, Cartaxo, Constância, Ferreira do Zêzere, Rio Maior, Santarém, Tomar, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha, Ourém, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Vila Franca de Xira, Albufeira, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo, Vila Real de Santo António.

D. Rural Urbano - Caminha, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa do Lanhoso, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde, Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Marco de Canaveses, Matosinhos, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Póvoa de Varzim, Santo Tirso, Valongo, Vila do Conde, Vila Nova de Gaia, Águeda, Albergaria-a-Velha, Anadia, Aveiro, Castelo de Paiva, Espinho, Estarreja, Santa Maria da Feira, Ílhavo, Mealhada, Murtosa, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga, Vagos, Vale de Cambra, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, Soure, Alcobaça, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Peniche, Pombal, Cascais, Loures, Lourinhã, Mafra, Oeiras, Sintra, Sobral de Monte Agraço,

Torres Vedras, Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal.

Tenha-se em conta que na zonagem do *rural* – referenciada a “2000” – foram excluídos nove dos 278 concelhos do Continente: Amadora, Entroncamento, Lisboa, Maia, Odivelas, Porto, S. João da Madeira, Trofa e Vizela. Deixa-se também anotado que a zona do *urbano* será apelidada de *urbana* no intuito de sobrelevar a destriça com o conceito de ‘urbano’ (a população não ‘rural’).

4. A constatação do significado do ‘rural’, no contexto do Continente e das zonas fixadas, sustenta-se no indicador elaborado como a média simples do peso relativo das variáveis (n.º): residentes (45% no Continente; 51% no total das zonas do *rural*), total de ativos residentes (41%, 47%), ativos que residem e trabalham no concelho de residência (45; 51%) e empregos (43% no Continente; 50% no conjunto dos territórios do *rural*). O registo da evolução da população residente no período 1981-2001 teve por base a informação do INE, *Censos da População* (1981, 1991 e 2001).

5. Nas “Notas reflexivas” do ensaio: (a) Na alusão à *coesão territorial* toma-se como referência o documento COM (2008); cf., também, Ad Urbem (2009). (b) Acolhem-se perspectivas focadas no Relatório Final do Projeto *Agro 62* “As dinâmicas socioeconómicas do espaço rural do Continente português” e no trabalho relativo à componente “agricultura e desenvolvimento rural” desenvolvido no quadro da elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro (PROTCentro) – este e aquele projeto tiveram a coordenação de Fernando O. Baptista.

utilização do espaço e agriculturas

As profundas transformações que vêm ocorrendo no *rural*, em particular desde os anos de 1980, desembocaram no panorama que se resume: a *agricultura não é agora sinónimo de rural, nem hegemoniza a utilização do espaço* (Baptista, 2010: 125). Focalizado nesta dimensão - a utilização do espaço e a sua relação com a *agricultura* (e a *floresta*) no Continente português - o que se segue tem como intuito fundamental mostrar, ao nível regional, as extensões relativas das componentes que nela se demarcam; ou seja, o que está em apreço situa-se no domínio das *funções*, ainda com aquele autor, *que, actualmente, sintetizam as expectativas da sociedade em relação ao espaço rural*: a “produção agrícola (e não a agricultura)”, a “produção florestal (e não a floresta)”, a “proteção da natureza e conservação ambiental”, o suporte de lazer territorial (caça e diversos outros desportos) e de (re)construções da “herança rural (patrimónios material e imaterial)”. *Funções* que se incrustam na grande problemática do *ordenamento do território* no seu significado abrangente de *relação da sociedade com o espaço*.

O referencial regional da exposição é o indicado no texto “rendimentos e economias”. Neste contexto, ressalva-se que é ao todo territorial das referidas circunscrições que este escrito se reporta e não ao *espaço rural* no entendimento de *conjunto do espaço agro-florestal e do rural* – concebido este como o *conjunto dos aglomerados de pequena dimensão*.

Entretanto, na primeira parte do ensaio, abordam-se as grandes tendências na ocupação do espaço, segregando as mutações ocorridas na “floresta” e nos aproveitamentos culturais das explorações agrícolas. Destas, pelas implicações na modelação do uso (das *funções*) do espaço, retém-se, depois, algumas mutações estruturais e, pelo impacte que nelas pode ser expectável, alude-se à arquitetura financeira dos programas de desenvolvimento rural 2007-2013 em Portugal e no âmbito da União Europeia.

Em síntese, o texto organiza-se em duas grandes secções. A primeira sobre a utilização do espaço nas zonas do rural do Continente português. A segunda sob o título elementos estruturais das explorações agrícolas nas zonas do rural: transformações. Termina-se com algumas notas reflexivas: sobre o plano mais geral do *ordenamento do território*, que pistas para a cerzidura da sociedade com o seu espaço?

Pese embora a influência em termos de representação social e cultural que o setor agrícola ainda detém na sociedade portuguesa, é evidente o crescente fosso da *agricultura* com o *rural* em referência à respetiva valia económica. Com efeito, o contributo da *agricultura*, quer para a riqueza gerada, quer para o emprego da população, minguou significativamente, em concreto nos três últimos decénios. É assim que, nos nossos dias, sob a ótica dos fluxos económicos gerados em seu torno - o balanço “recursos-empregos” entre atividades - a *agricultura* não se eleva a motor determinante de dinamização de outros ramos das economias dos territórios [cf. Anexo: 8 (i)]; e, como se revela no texto “rendimentos e economias”, também não é da *agricultura* que os que vivem no *rural* retiram o fundamental dos seus rendimentos.

E quanto à sua relevância espacial? – O olhar sobre a proporção de espaço com ocupações classificadas como ‘agrícolas e ou florestais’ (*o conjunto da área agrícola, dos espaços florestais e das áreas com matos e pastagens naturais pobres*) induz a resposta: tal relevância é esmagadora; de facto, as determinações disponíveis mostram que aquela proporção ascendia em 2000 a 94,3% (96% por meados da década de 1980) da superfície territorial de Portugal continental (cf. PNPOT, 2007: 73). Mas este imenso predomínio não tem correspondência, como se assinalou, com a produção de bens (alimentos e outras matérias-primas) e a inerente valorização económica. Por sua vez, se a *agricultura* “também já não hegemoniza a utilização do espaço” emerge então a questão nuclear: que usos se congregam naquela tão grande proporção de espaço ‘agrícola e ou florestal’?

Utilização do espaço nas zonas do *rural* do Continente português

Tendências evolutivas da ocupação do espaço (I)

Uma vista da evolução, de meados da década de 1980 a 2000, do peso relativo das grandes classes de uso do solo da superfície do Continente português mostra (cf. Id.: 72-76): (i) um ligeiro declínio (em redor de 2%) das “áreas agrícolas” e de “povoamentos florestais” – ocupações que, no seu conjunto, significavam em 2000 cerca de 75%; (ii) um aumento dos ‘espaços florestais degradados’; (iii) “um crescimento muito forte dos *territórios artificializados*” (tecido urbano, infraestruturas e equipamentos...).

Em observação mais fina à escala concelhia sobressai: (i) “cerca de 11% da superfície total registou alterações de tipo de ocupação” – o que, “para um curto período de 14 anos, revela uma dinâmica muito marcada”; (ii) o maior dinamismo, na mudança de usos, nas envolventes dos centros urbanos de Lisboa e Porto – mas num contexto em que a extensão dos espaços *artificializados* aumentou em todo o país; (iii) uma “forte alteração em algumas manchas do interior onde domina a floresta, sobretudo regiões montanhosas do Norte”; (iv) a maior persistência do tipo de uso onde é mais importante “o peso da ocupação agrícola” (casos do Alentejo, Trás-os-Montes e “uma parte da Beira Litoral”); (v) no cômputo da “área agrícola”, cujo peso relativo na superfície total do Continente não chega a diminuir 1%, atenua-se o relevo das “culturas anuais de sequeiro e a agricultura com espaços naturais” e, ao invés, ganham peso as culturas anuais de regadio e o cultivo da vinha; (vi) assim, sobressai que a “intensificação agrícola” em alguns concelhos ocorre em simultâneo com as “tendências de extensificação em vários municípios, onde a área de pastagens naturais aumentou”; (vii) salienta-se, ainda, a relevante mutação nas classes de ocupação que integram a “floresta”: “aumento das manchas de floresta degradada”, mas, em contraponto, registo de “algumas dinâmicas mais fortes de crescimento ditadas quer pela procura industrial” (eucalipto), quer pelo apoio de políticas públicas (montado, pinheiro manso); (viii) em alguns concelhos o enorme impacte (acima de 25%) detido pela classe de ocupação “matos e vegetação esclerofítica” – classe que no período em observação se caracterizou “por uma acentuada dinâmica, com áreas a entrar e a sair da classe”: de “matos”

para “pastagem e vice-versa, passando frequentemente a floresta degradada”, “áreas ardidas” transformadas em “matos”.

Tendências evolutivas da ocupação do espaço (II): espécies florestais e aproveitamentos culturais das explorações agrícolas

A parte mais substantiva da ocupação do espaço de Portugal Continental congrega, como se assinalou, o conjunto de “áreas agrícolas” e de “povoamentos florestais”. São as alterações registadas nestas classes de uso do solo que aqui se apontam. As mudanças no bloco “áreas agrícolas” seguem o registo dos aproveitamentos culturais das explorações agrícolas e o seu enunciado faz-se na parte final deste ponto. Começa-se, pois, pela “floresta”, dando conta das mutações operadas - recuando aos anos ‘1980’ - na composição do coberto florestal nas zonas do *rural* (cf. Anexo: 7.).

Assim, a área registada com espécies florestais no todo dos territórios do *rural*, após um ligeiro acréscimo do seu peso relativo na superfície territorial no período ‘1980’ a ‘1995’, situa-se em ‘2005’ ao nível daquele primeiro momento temporal (35%). Regionalmente, aquele padrão, de aumento seguido de recuo, subsiste na *baixa densidade* – o que se fica a dever ao que se passou no “Centro/Norte” (de 26% em ‘1980’ e 31% em ‘1995’, desce para 25% em ‘2005’), já que no “Sul”, em particular no “Alentejo”, verifica-se um crescimento contínuo (40%, 42% e 44%); na zona *agrícola* (38% para 34%), sobretudo no “Douro”, e na *urbana* (40%, 35%) a importância da superfície florestal esteve sempre em declínio; ao invés, no território de *indústria e serviços* a tendência é de estabilidade (28% em ‘1980’, 29% em ‘2005’) – em nítido contraste, contudo, com a subunidade nele individualizado, o “Centro/Norte” (um pouco acima de 40% em ‘1980’, 34% em ‘2005’).

O território de *baixa densidade* reforça a sua posição dianteira na concentração da superfície florestal do Continente português (59% em ‘1980’, 62% em ‘2005’), em detrimento, sobretudo, da zona *urbana* (de 19% para 17%); a quota-parte detida pela circunscrição de *indústria e serviços* praticamente não se altera (12%) e a da *agrícola* experimenta um declínio ligeiro.

Quanto à distribuição geográfica das espécies florestais, se a zona *urbana* se aproxima da de *baixa densidade* na liderança das porções relativas de pinheiro bravo e de eucalipto, o domínio daquela última zona é claramente preponderante no que respeita às espécies de crescimento lento: para os “castanheiros e carvalhos” pela posição do “Centro/Norte”, para as demais pela contribuição do “Sul” (quadro 1).

Atente-se, entretanto, ao crescimento, nos anos de ‘1995’ a ‘2005’, da quota-parte detida pelas zonas de *indústria e serviços* e *agrícola* no que se refere ao pinheiro bravo e ao eucalipto; em contraponto, no que respeita ao grupo de “castanheiros e carvalhos”, enquanto a participação daquela zona na extensão no Continente tem um recuo assinalável, o território *agrícola* alarga a sua influência.

Face à composição por espécies da superfície florestal do Continente, despontam a nível regional as muito fortes ‘especializações’: da zona *urbana* no pinheiro bravo e no eucalipto; do território de *indústria e serviços*, de sobremaneira do “Centro/Norte”, no pinheiro bravo; também nesta espécie, e mais ainda no grupo de “castanheiros e carvalhos”, da zona *agrícola*.

A observação dos valores absolutos fecha este ponto e permite sumariar a trajetória da ocupação do espaço pela “floresta” desde os anos de ‘1980’:

- (i) Estabilidade na extensão global do Continente (-2% entre ‘1995 e ‘2005’, para uma variação de 1% no transcurso de ‘1980’ a ‘2005’);
- (ii) Enorme quebra na influência do pinheiro bravo – a espécie que mais contribui, negativamente, para aquela variação global da superfície florestal -, que foi generalizada em todas as zonas do *rural* mas com maior intensidade na *urbana*, seguida das subunidades do “Centro/Norte” e do território *agrícola*;

Quadro 1. Evolução (‘1980’ a ‘2005’) da repartição por zonas do *rural* da extensão no Continente português de espécies florestais

A = % no total do Continente; B = Índice de especialização = % na superfície florestal da zona/% na superfície florestal do Continente		Urbana		Indústria e serviços				Agrícola		Baixa densidade						Continente % na superfície florestal
				Total		C./Norte				Total		Sul		C./Norte		
		A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B			
Pinheiro Bravo	'1980'	34	1,7	20	1,7	17	2,1	17	1,8	28	0,5	7	0,2	21	1,4	43,1
	'1995'	29	1,7	19	1,6	15	2,1	15	1,8	37	0,6	10	0,2	27	1,5	30,5
	'2005'	31	1,8	20	1,6	16	2,4	17	2,1	32	0,5	8	0,2	23	1,6	22,6
Sobreiro	'1980'	5	0,3	5	0,4	0	0,0	0	0,0	90	1,5	84	1,9	6	0,4	21,6
	'1995'	3	0,2	5	0,4	0	0,0	0	0,0	92	1,5	85	1,9	7	0,4	22,3
	'2005'	3	0,2	4	0,3	0	0,0	0	0,0	93	1,5	89	1,9	3	0,2	23,5
Azinheira	'1980'	0	0,0	1	0,1	0	0,0	0	0,0	99	1,7	91	2,1	9	0,6	17,2
	'1995'	0	0,0	1	0,1	0	0,0	1	0,1	98	1,6	88	2,0	10	0,6	14,4
	'2005'	0	0,0	2	0,2	0	0,0	1	0,1	97	1,6	88	1,9	9	0,6	12,4
Eucalipto	'1980'	34	1,7	16	1,3	6	0,8	4	0,5	46	0,8	38	0,9	8	0,5	8,0
	'1995'	30	1,7	16	1,3	8	1,1	8	1,0	45	0,7	32	0,7	13	0,7	21,0
	'2005'	32	1,9	18	1,4	9	1,4	10	1,2	40	0,7	28	0,6	13	0,9	20,6
Castanheiro e carvalhos	'1980'	5	0,3	6	0,5	5	0,7	16	1,7	73	1,2	11	0,3	62	3,9	3,7
	'1995'	8	0,4	16	1,3	12	1,7	18	2,1	59	0,9	2	0,0	57	3,1	5,4
	'2005'	5	0,3	9	0,8	9	1,3	26	3,1	60	1,0	3	0,1	57	3,9	4,7
Outras espécies	'1980'	14	0,7	11	0,9	3	0,4	16	1,7	59	1,0	47	1,1	12	0,8	6,4
	'1995'	20	1,1	12	1,0	5	0,6	13	1,6	55	0,9	37	0,8	18	1,0	6,5
	'2005'	18	1,0	15	1,2	4	0,6	9	1,0	58	0,9	42	0,9	16	1,1	6,2

Fonte: vd. Anexo (id. quadros seguintes).

- (iii) Acentuado declínio do azinhal, mercê, claro, do que ocorreu no “Alentejo”;
- (iv) As contribuições positivas (na variação da superfície florestal do Continente no período ‘1980’ a ‘2005’) situam-se nas dimensões de “castanheiros e carvalhos”- expansão na zona *agrícola* e nos territórios do “Centro/Norte”, que contrabalança o recuo no “Alentejo” -, de sobreiro e, mais ainda, de eucalipto;
- (v) Em referência ao eucalipto, destaca-se que a quebra de cerca de 4% entre ‘1995’ e ‘2005’ foi muito ténue face ao acréscimo - comum a todas as zonas, mas onde se sobrelevam os contributos da circunscrição *agrícola*, mais vincado no “Douro”, e das subunidades do “Centro/Norte” - que ocorreu nos quinze anos precedentes (em redor de 170%).

Agora, as mudanças nos aproveitamentos culturais das explorações agrícolas.

Desde logo, coloca-se em primeiro plano o pano de fundo – a retração espacial da *agricultura*:

- (i) Na entrada do século XXI a ‘superfície agrícola cultivada’ (os cultivos temporários e arbóreo-arbustivos) no Continente cifra-se em 75% do que, em estimativa, se contava por ‘1960’

– rácio que ronda os 90% na zona *agrícola*, 80% na de *baixa densidade*, 60% na *urbana* e pouco mais de 50% no território de *indústria e serviços*.

(ii) Em momentos mais próximos, do final da década de 1980 para 2005, a superfície total (ST) circunscrita em explorações agrícolas regride 10% na média global dos territórios do *rural*, mas com diferenças relevantes entre eles: -3% no de *baixa densidade*, -16% no *agrícola* (mas tão só -3% no “Douro”), -22% no de *indústria e serviços* e um pouco mais de -30% na zona *urbana*.

(iii) O conjunto das terras aráveis, de culturas permanentes e de pastagens permanentes - a superfície agrícola utilizada (SAU) - acompanha, embora com menor intensidade, a trajetória da superfície total.

(iv) Contudo, ainda mais esclarecedor da retração espacial da *agricultura* é, porventura, o indicador relativo à “superfície irrigável”: no período consignado, afora o crescimento no “Sul” - no fundamental entre 1989 e 1999 (a abeirar-se de 30%, que compara com 4% entre 1989 e 2005) -, derivado do que ocorreu no “Alentejo”, a regressão é generalizada (-30% em média geral, -12% na zona de *baixa densidade*, -35% na de *indústria e serviços*, perto de -40% na *urbana* e acima de -50% na circunscrição *agrícola*).

Na partição da superfície total das explorações agrícolas não se registam mudanças expressivas nos pesos relativos das duas grandes utilizações (o significado das “áreas sociais” e da “SAU já não cultivada” não chega a 10% na zona em que assume maior relevância, a de *indústria e serviços*): a SAU e as “terras com matas e florestas estremes” (estas, na cifra em redor de 20% da ST). A maior estabilidade assinala-se na *baixa densidade* - o “Alentejo” marca o território -, onde a SAU atinge a maior proporção relativa (80%); por sua vez, sendo ténues as oscilações, a importância relativa das “matas e florestas estremes” declina nas zonas *urbana* e *agrícola* (do nível dos 30% em 1989 para um pouco acima de 25% em 2005) e aumenta no território de *indústria e serviços* (de 24 para 27%).

Entretanto, é no âmbito da ocupação da SAU que têm lugar as mais notáveis mutações (quadro 2):

(i) Recuo generalizado em todas as zonas do *rural* da proporção das “terras aráveis com culturas temporárias”;

Quadro 2. Os usos da superfície agrícola utilizada (SAU) das explorações agrícolas nas zonas do *rural* do Continente português nos anos de 1989 e 2005

% na SAU de cada zona		Urbana	Indústria e serviços		Agrícola		Baixa densidade				Total das zonas
			Total	Centro/ Norte	Total	Douro	Total	Sul		Centro/ Norte	
								Total	Alentejo		
Terras aráveis (a)	1989	65	49	63	43	23	56	58	59	50	55
	2005	57	42	43	20	10	32	34	34	28	35
Culturas permanentes	1989	27	43	27	29	67	18	13	12	27	23
	2005	24	40	34	28	66	14	9	9	28	18
Pastagens permanentes (b)	1989	8	8	10	28	11	27	28	28	23	22
	2005	19	18	24	51	24	55	57	58	44	47
Pastagens permanentes pobres	1989	3	3	6	17	5	12	12	12	12	10
	2005	11	17	17	44	25	40	43	46	31	36

(a) Com culturas temporárias ou em pousio e “horta familiar”;

(b) Semeadas e pastagens pobres (“pastagens permanentes de crescimento espontâneo utilizadas, periódica ou permanentemente, para alimentação de gado que não são melhoradas por adubações, cultivos, sementeiras ou drenagens; situam-se frequentemente em zonas acidentadas” - INE).

(ii) Fortalecimento da importância das culturas permanentes tão só nas subunidades do “Centro/Norte”;

(iii) Avanço enorme – comum a todas as zonas, embora com maior impacto na *agrícola* e na de *baixa densidade* (uma ascensão para mais de metade da SAU) - da ocupação com pastagens permanentes, em particular as de crescimento espontâneo.

Por seu lado, na paisagem arbóreo-arbustiva o reforço de influência dos pomares de macieiras na zona *agrícola*, de pereiras na *urbana* e de cerejeiras nos territórios de *indústria e serviços* e *agrícola* não foi suficiente para obstar à diminuição global do peso relativo dos frutos frescos (quadro 3). Os citrinos, embora com crescente impacto na zona de produção mais relevante – a de *indústria e serviços*, devido aos concelhos algarvios -, também atenuam a sua presença no todo das zonas do *rural*. De igual modo, esbate-se em todas as zonas a visibilidade da vinha - pese o ganho de porção relativa dedicada à produção de vinhos de qualidade (VQPRD), que é muito relevante nas circunscrições *urbana* e de *baixa densidade*.

Quadro 3. Mudanças (1989-2005) no panorama arbóreo-arbustivo das zonas do rural do Continente português

% no total de culturas permanentes		Urbana	Indústria e serviços		Agrícola		Baixa densidade				Total
			Total	Centro/ Norte	Total	Douro	Total	Sul			
								Total	Alentejo	Centro/ Norte	
Frutos frescos	1989	23	13	17	7	7	5	5	3	5	10
Total (a)	2005	19	9	11	8	8	2	2	1	3	6
Macieiras	1989	10	3	7	5	6	2	1	0	3	3
	2005	8	2	3	6	6	1	0	0	1	2
Pereiras	1989	8	2	1	0	0	0	0	0	0	2
	2005	9	2	1	0	0	0	0	0	0	2
Pessegueiros	1989	4	3	6	0	0	2	3	1	1	2
	2005	1	1	3	0	0	0	1	0	0	1
Cerejeiras	1989	0	1	3	1	0	0	0	0	0	0
	2005	0	1	5	2	1	0	0	0	1	1
Citrinos	1989	3	9	0	1	0	2	3	2	0	3
	2005	2	11	0	0	0	1	2	1	0	3
Frutos secos total	1989	0	14	2	5	6	11	3	1	20	9
	2005	1	14	2	6	6	13	3	1	22	11
Castanheiros	1989	0	0	0	1	1	3	0	0	6	2
	2005	0	0	1	3	3	7	0	1	13	5
Olival total	1989	7	34	46	17	16	63	77	86	49	44
	2005	10	42	58	16	17	65	78	82	53	49
Vinha total	1989	66	30	35	70	70	19	12	8	26	34
	2005	62	25	30	67	66	19	16	14	22	30
Vinha VQPRD	1989	29	6	20	61	64	3	0	0	6	13
	2005	42	10	24	63	65	10	8	8	12	19

(a) Não inclui os citrinos.

Em contraponto, o quadro arbóreo-arbustivo das zonas do *rural* enriquece-se com as fruteiras de frutos secos – sobleva-se o ganho de importância relativa do castanheiro nos territórios *agrícola* e das subunidades do “Centro/Norte”- e com o olival.

Duas últimas ilações: (i) No período 1989 a 2005, as utilizações do solo com maior exigência anual de mobilização de fatores de produção, excluindo, portanto, a superfície de pastagens permanentes, tenderam a concentrar-se na zona de *baixa densidade* (de 64% para 67%), em concreto no “Sul”; ou seja, todas as outras zonas perderam influência na repartição da extensão global das terras dedicadas às culturas temporárias e permanentes. (ii) Estes cultivos,

no contexto das zonas do *rural*, se em 1989 se situavam na linha dos 70% da SAU nos territórios *agrícola* e de *baixa densidade* e superavam os 90% nas duas outras zonas, em 2005, nestas últimas a proporção descia para o patamar de 80% e naquelas outras fixavam-se abaixo de 50% (quadro 2).

Espaços de “produção” agrícola e florestal vs. “outros” espaços

Concretizado o retrato das recentes transformações na utilização do solo, passa-se à componente nuclear deste escrito: na vastidão de ocupações ‘agrícolas e ou florestais’ (94% da superfície territorial de Portugal continental), quais as proporções relativas da *função* de “produção” (agrícola e florestal) e do outro conjunto de *funções* nas zonas do *rural*?

Antes, porém, importa deixar as seguintes anotações:

(i) Entende-se a *função* “produção” como aquela em que os agentes económicos se orientam, exclusiva ou predominantemente, pela obtenção de bens valorizados pelo mercado existente – o *mercado* é o *referencial* da lógica de disponibilizar os bens à sociedade -, ou seja, e no caso das estimativas empreendidas sobre a “produção agrícola” (vd. Anexo: 4), as eventuais ajudas financeiras por via de medidas de políticas públicas não são determinantes, face aos preços de mercado, dos atos produtivos.

(ii) Em linha com a anotação anterior e como primeira ilustração da separação entre produção (vegetal e animal) e uma parte expressiva de extensão de terra que subsiste sob a designação de superfície *agrícola* (utilizada) resulta do confronto entre as superfícies dedicadas às atividades vegetais e pecuárias e os respetivos contributos para o agregado económico Produção do Ramo Agrícola (PRA – cf. Baptista *et al.*, 2007): fixando os produtos que, na média do triénio 2003-05, tinham um nível de ajudas financeiras acima de 20% conclui-se que tais produtos detinham uma quota da PRA que não chegava a 20% mas ocupavam uma extensão de superfície que superava os 70%.

(iii) As extensões circunscritas das *funções* não têm, naturalmente, um carácter de exclusividade, isto é, uma mancha de ‘espaço agrícola-florestal’ – porque são *ecossistemas* que estão em causa (cf. Santos, 2009: 19) – não envolve apenas o desempenho de uma *função* única (“fornecimento de alimentos” ou “conservação ambiental”, por ex.).

(iv) Todavia, é possível constatar o uso/ocupação determinante do espaço e que subordina a valoração potencial de outras *funções* (cf., por ex., o dispositivo relativo ao *regime de uso do solo* estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 316/2007 e, com especial incidência nos planos municipais de ordenamento do território, o Decreto Regulamentar n.º 11/2009).

(v) E, na circunstância, o que se tem em vista é tão só fixar uma aproximação, ao nível dos territórios do *rural*, ao que se encobre sob a designação de *agricultura* (e *floresta*): a extensão de uso do solo, na atualidade, em produção de bens que são de sobremaneira valorizados pelo mercado, em contraponto à área onde se sobrepõem outros *serviços/funções* à sociedade mas que estão fora ou na margem do(s) mercado(s) e, por conseguinte, não têm um móbil de alcance de um *resultado económico* assente em racionalidade comercial.

(vi) Em continuação, e no fundo, o propósito explicitado remete para a sua confluência (a das *funções*) com a “questão fundiária” – a terra: de um lugar em tempos nuclear para a agricultura, emerge no presente no âmago da *relação da sociedade com o seu espaço* – e, com ela, com as questões atinentes aos “direitos de propriedade” e aos *agentes gestores* do fundiário; questões que trazem a primeiro plano o desafio que se coloca à sociedade: o suporte dos custos e a apropriação dos benefícios decorrentes de políticas públicas com incidência no espaço ‘agrícola-florestal’ (cf.: Baptista, 2010: 166-8; Id. *et al.*, 2007).

Segue-se, então, a apreciação das quantificações resultantes do ensaio empreendido.

Cabe, de imediato, mencionar que a globalidade das zonas do *rural* congrega (quadro 4) a quase totalidade das extensões do Continente português dos usos/ocupações do espaço que se consignaram (acima de 99%); a exceção reporta-se, evidentemente (pelo peso dos concelhos marcadamente urbanos que foram excluídos das zonas do *rural*), às “áreas sociais” (93%). Claro que estas, na partição pelos territórios do *rural*, alcançam a maior proporção (51%) na circunscrição *urbana*.

Quadro 4. Partição pelas zonas do *rural* dos usos/ocupações do espaço do Continente português

Un.: % (em linha) nos totais do Continente	Urbana	Indústria e Serviços	Agrícola	Baixa Densidade	Continente (10 ³ ha)
1. Superfície Territorial	16	14	10	59	8.869
2. Espaços agrícolas-florestais (3. + 4. + 8.)	15	14	10	61	8.317
3. Espaços de “produção”	19	14	10	58	3.735
3.1. Povoamentos florestais	21	14	9	56	2.429
3.2. Superfície Agrícola ^(a)	15	13	11	60	1.306
4. Outros espaços agrícolas-florestais	13	8	7	71	2.122
4.1. Florestais	13	9	9	69	1.014
4.2. Superfície Agrícola ^(a)	13	7	6	74	1.108
5. Águas interiores	26	18	3	53	144
6. Áreas sociais	51	20	5	17	274
7. Improdutivos	14	20	21	44	134
8. ‘Incultos’	12	19	12	57	2.460

(a) Superfície agrícola em explorações agrícolas.

A mais vasta zona do *rural* – a de *baixa densidade* – detém, também, as mais elevadas porções relativas, quer de “espaços de produção” (58%), quer, sobretudo, de “outros espaços agrícolas-florestais” (71%), ou, ainda, de “incultos”. Releva-se que se o “Alentejo” marca generalizadamente a posição da zona de *baixa densidade*, face aos três outros grandes territórios do *rural*, o “Centro/Norte” equipara-se-lhe na quota de “espaço de produção agrícola” e sobrepõe-se-lhe no que se refere aos “improdutivos” e aos “incultos”.

Uma primeira imagem das similitudes e dissemelhanças no uso do espaço nas zonas do *rural* revela-se no quadro 5.

Face ao padrão do conjunto do *rural* deixa-se apenas o registo do contraste entre as zonas *urbana* e de *baixa densidade*: naquela a maior relevância da *função* “produção”; na segunda, a superioridade da influência de outras *funções* (os “outros espaços agrícolas-florestais”).

Quadro 5. Diferenciação regional nos usos do espaço

Índices de especialização (peso relativo em cada zona/peso relativo no conjunto das zonas) ^(a)	Urbana	Indústria e serviços		Agrícola		Baixa densidade				Total das zonas (% na sup. territ.)
		Total	Centro/ Norte	Total	Douro	Sul			Centro/ Norte	
						Total	Lezíria	Alentejo		
1. Espaços agrícolas-florestais (2. + 3. + 7.)	≈	≈	≈	≈	≈	≈	≈	≈	≈	94
2. Espaços de "produção"	+	≈	≈	≈	+	≈	++	≈	≈	42
2.1. Povoamentos florestais	+	≈	+	≈	-	≈	+++	≈	-	27
2.2. Superfície agrícola	≈	≈	-	+	+++	-	-	-	++	15
3. Outros espaços agrícolas-florestais	-	--	--	-	-	++	»	++	≈	24
3.1. Florestais	-	--	-	≈	++	++	--	++	≈	11
3.2. Superfície agrícola	-	--	--	--	--	++	+	+++	≈	12
4. Águas interiores	+++	++	--	--	--	≈	--	+	--	2
5. Áreas sociais	+++	++	--	--	--	--	--	--	--	3
6. Improdutivos	-	++	+++	+++	+++	--	--	--	++	2
7. "Incultos"	--	++	++	+	≈	-	--	--	++	28

(a) <0,75 → -; >0,75 a 0,9 → -; >0,9 a 1,1 → ≈; >1,1 a 1,25 → +; >1,25 a 1,5 → ++; >1,5 → +++

Ainda sob a ótica da repartição dos usos do solo ao nível de cada uma das circunscrições do *rural*, sublinham-se quatro constatações (quadro 6):

(i) o progressivo aumento de importância relativa do conjunto dos "espaços agrícolas-florestais" à medida que se passa, sucessivamente, da zona *urbana* para a de *indústria e serviços*, para a *agrícola* e para a de *baixa densidade*; o que

(ii) se compagina com a diminuição do peso dos "outros espaços" (águas interiores, improdutivos e, sobretudo, "áreas sociais");

(iii) a clivagem entre a zona *urbana* e os três outros territórios do *rural* advinda da maior influência que nela assumem, como já se expressou, os espaços de "produção" (agrícola e florestal); assim,

(iv) naqueles outros territórios do *rural* prevalecem, pois, ocupações do solo cujas *funções* determinantes são outras que não a *função* "produção" – atente-se, em especial, à zona de *baixa densidade* (56% da respetiva superfície territorial).

Quadro 6. Importância relativa dos grandes usos do espaço nas zonas do rural

Un.: % (em coluna) no total da superfície territorial de cada zona	Urbana	Indústria e serviços	Agrícola	Baixa densidade				Total das zonas
				Total	Sul		Centro /Norte	
					Total	Alentejo		
1. Espaços agrícolas-florestais (2. + 3.)	87	92	94	97	97	97	96	94
2. Espaços de "produção"	48	41	42	41	42	41	39	42
3. Outros <i>espaços agrícolas-florestais</i> (a)	39	51	52	56	54	56	58	52
4. Outros Espaços (b)	13	8	6	3	3	3	4	6

(a) Florestais + superfície agrícola (explorações agrícolas) + 'incultos'. (b) Águas interiores + improdutivos + áreas sociais.

Depois, a vista aos usos do solo que integram aquelas grandes *funções* revela (quadro 7): em primeiro lugar, o generalizado maior impacte, face à componente "superfície agrícola", da extensão de "povoamentos florestais" na *função* de "produção"; em segundo lugar, a assimetria regional no impacte das ajudas financeiras públicas, às atividades vegetais e animais, por via da política agrícola da União Europeia (PAC) (vd. Anexo, 4. (b)): tão só na zona de *baixa densidade*, mercê do que ocorre no "Alentejo", o contributo da "superfície agrícola" predominantemente

orientada pelo mercado (*função* de “produção”) é suplantado pelo da “superfície agrícola” com outras *afetações funcionais* *prevalecentes*. A este propósito, os dados relativos à distribuição de

Quadro 7. Importância relativa nas zonas do rural dos usos do solo nos espaços de “produção” e nos “outros espaços agrícolas-florestais”

Un.: % (em coluna) no total da superfície territorial de cada zona	Urbana	Indústria e serviços	Agrícola	Baixa densidade			Total das zonas	
				Total	Sul			Centro/ Norte
					Total	Alentejo		
1. Espaços produção	48	41	42	41	42	41	39	42
1.1. Povoamentos florestais	34	28	25	26	30	27	19	27
1.2 Superfície agrícola ^(a)	13	13	17	15	12	13	20	15
2. Outros espaços agrícolas-florestais	39	51	52	56	54	56	58	52
2.1. Florestais	9	7	11	13	15	16	11	11
2.2. Superfície agrícola ^(a)	10	6	8	16	18	19	11	12
2.3. 'Incultos'	20	37	34	27	22	21	36	28

(a) Superfície agrícola de explorações agrícolas.

ajudas pelo *rural* do Continente português são esclarecedores. Com efeito, no ano de 2005, perto de 50% dos apoios financeiros - captados por cerca de 15% do universo de beneficiários - foram imputados ao “Sul” do território de *baixa densidade* (quadro 8). Mais ainda: num contexto em que 90% dos beneficiários auferiu, em média, uma ajuda inferior a 5 000€, menos de 1% dos que dispõem de terras naquela subunidade acolheram um apoio médio acima de 50 000€, envolvendo 30% do montante financeiro total das ajudas públicas distribuídas no período em referência. Acresce, como mostram os dados disponibilizados a uma outra escala (freguesia; cf. Rolo, 2006: 245-6), que uma fatia substancial das ajudas tem beneficiado agentes não residentes no *rural*.

Quadro 8. Repartição das ajudas públicas ao sector agrícola pelas zonas do rural no ano de 2005

% de beneficiários e de montante de ajudas nos totais do conjunto das zonas do rural		Urbana	Indústria e serviços		Agrícola		Baixa densidade				Total das zonas
			Total	Centro/ Norte	Total	Douro	Total	Sul		Centro/ Norte	
								Total	Alentejo		
<= 5 000 €	N.º	26	16	10	15	5	33	10	8	22	89,9
	€	7	3	2	5	2	11	3	3	7	25,3
5 000 a <= 50 000	N.º	2	1	0	1	0	5	3	3	2	8,6
	€	6	3	1	2	1	21	14	13	7	31,6
> 50 000 €	N.º	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1,0
	€	4	5	0	0	0	33	30	25	2	42,1
Total	N.º	28	17	10	16	5	39	14	11	25	99,6
	€	16	11	3	7	3	64	47	40	17	99,0
Individuais	N.º	27	17	10	16	5	37	13	10	24	97,3
	€	12	5	3	7	2	44	29	27	15	68,0
Outros (Sociedades ...) (a)	N.º	1	0	0	0	0	1	1	1	0	2,3
	€	5	6	0	1	0	20	19	14	1	31,0

(a) Inclui todas as entidades não identificadas em nome individual (sociedades, cooperativas, fundações). A informação (MADRP, *Pagamentos das Ajudas, Prémios e Subsídios*) reporta-se ao período 1.3.2005 a 14.2.2006.

De volta aos usos do espaço, é de aludir à individualidade do “Douro”, na zona *agrícola*, e da “Lezíria”, no âmbito do território de *baixa densidade*: em ambas as subunidades o relevo dos espaços de “produção” (com pesos de 48% e 58%, respetivamente) supera as médias regionais; todavia, se no “Douro” tal maior relevância deriva da superior influência da “superfície agrícola” (33% da superfície territorial), no caso da “Lezíria” é a extensão relativa dos “povoamentos

florestais” que a impõem (47%); anota-se, ainda, que nestas duas subunidades os ‘incultos’ registam pesos relativos inferiores (26% no “Douro”, 16% na “Lezíria”) aos das zonas onde se incluem (vd., de novo, o quadro 5).

Já se sublinhou que é na zona *urbana* que os espaços de “produção” alcançam a maior importância relativa, mas a situação assume ainda mais visibilidade com a contabilização dos concelhos, integrantes de cada uma das circunscrições do *rural*, à luz da partição do “espaço agrícola-florestal” por estratos de extensão relativa da *função* “produção” (quadro 9).

Na realidade, enquanto naquele território quase 60% da superfície “agrícola-florestal” está abrangida por aquela *função* na quota superior a 50%, em qualquer uma das outras zonas idêntica situação fixa-se no patamar dos 25% da superfície total dos “espaços agrícolas e ou florestais”.

Quadro 9. Repartição dos concelhos das zonas do *rural*, e inerente quota-parte de superfície agrícola-florestal, por estratos de dimensão relativa dos espaços de “produção”

Espaços de “produção” (% na superfície total agrícola-florestal, incl. ‘incultos’)	Urbana		Indústria e serviços		Agrícola		Baixa densidade		Total das zonas	
	N.º de concelhos	% sup. agrícola-florestal	N.º de concelhos	% sup. agrícola-florestal	N.º de concelhos	% sup. agrícola-florestal	N.º de concelhos	% sup. agrícola-florestal	N.º de concelhos	% sup. agrícola-florestal
<35	10	6	13	26	8	25	26	25	57	22
35 a 50	28	35	20	47	18	49	47	50	113	47
>50	42	58	22	27	10	26	25	25	99	30
Total	80	100	55	100	36	100	98	100	269	100

Resta fixar uma síntese deste ponto: na enorme extensão de espaço classificado como de uso ‘agrícola-florestal’ (de 87% do território da zona *urbana* a 97% no da *baixa densidade*), tão só na circunscrição *urbana* a função “produção” (agrícola e florestal) ultrapassa o limiar dos 50%; ou seja, em 85% do “espaço agrícola e ou florestal” do Continente português (o que se congrega nas três outras zonas do *rural*) prevalecem outras *afetações funcionais* do solo, que não a “produção”; por sua vez, da “superfície agrícola” (em explorações agrícolas) a quota-parte em “produção” – para uma média global em redor de 55% – ronda os 60% na zona *urbana*, eleva-se a perto de 70% nos territórios de *indústria e serviços* e *agrícola*, mas fica-se abaixo do limiar de 50% na zona de *baixa densidade* – onde é claro o contraste entre o “Alentejo” (40%) e o “Centro/Norte” (acima de 60%).

Perante a expressão territorial dos “outros espaços agrícolas-florestais”, que significado da *afetação funcional* prevalecente “proteção da natureza e conservação ambiental” nas zonas do *rural*? – A resposta ensaia-se no ponto seguinte suportada na informação sobre a *Rede Natura 2000* no Continente português.

O espaço da *Rede Natura 2000*: ocupações do solo e sua relevância nas zonas do *rural*

O significado, avaliado pelas superfícies territorial e de “espaços agrícolas e ou florestais”, da extensão integrada na *Rede Natura* atinge, globalmente, 20% e é também neste patamar que se situa nas circunscrições *agrícola* e de *baixa densidade*; bem acima (cerca do dobro) do que ocorre nas duas outras zonas do *rural* (quadro 10).

Quadro 10. Usos do espaço na Rede Natura 2000 e respetiva importância relativa no contexto das zonas do rural

A = % na superfície territorial da Rede Natura 2000; B = usos do espaço da Rede Natura 2000/ usos do espaço nas zonas do rural (%)	Urbana		Indústria e serviços		Agrícola		Baixa densidade		Total das zonas	
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
1. Superfície Territorial	100	10	100	10	100	22	100	23	100	21
2. Espaços Agrícolas-florestais (3. + 4.)	72	8	88	8	84	20	94	22	90	20
3. Espaços "produção"	35	7	39	7	24	13	21	12	25	12
3.1. Povoamentos Florestais	27	8	20	8	21	19	13	11	16	12
3.2 Superfície agrícola	8	6	20	6	4	5	8	12	9	13
4. Outros espaços agrícolas-florestais	38	32	48	59	60	54	73	64	65	59
4.1. Florestais	7	7	5	7	8	17	6	10	6	11
4.2. Superfície agrícola	19	19	21	19	18	52	50	73	39	66
4.3. "Incultos"	12	6	22	6	34	23	18	15	20	15
5. Águas interiores	17	68	7	68	1	43	3	51	5	61
6. Áreas sociais	8	8	3	8	4	55	1	24	2	15
7. Improdutivos	2	18	2	18	11	70	2	36	3	38

Mas, pelas consequências para as ações de política (a confluência no território do sectorial agrícola vs. proteção e conservação ambiental) e a inerente afetação/apropriação de ajudas financeiras públicas, o que se entende mais relevante destacar respeita:

(i) À expressão (40%) de "outros espaços agrícolas e ou florestais" não incluídos na Rede Natura 2000, o que é dizer, não afetados à função prevalecente "proteção da natureza e conservação ambiental";

ii) Mais ainda, adentro daqueles espaços, da componente florestal (cerca de 90%), já que em referência à "superfície agrícola" a quota-parte, embora expressiva (em redor de 35%), é bem mais diminuta.

Ao nível dos territórios do rural, releva-se a mais elevada proporção de "outros espaços agrícolas-florestais" englobados na Rede Natura no de baixa densidade – proporção que no "Alentejo" sobe acima de 70% e no "Centro/Norte" ronda os 55% - comparativamente ao que se constata na zona urbana.

Na partição do espaço, por usos do solo, da Rede Natura nos territórios do rural – em linha com o padrão destes – emerge o crescendo de importância de "outros espaços agrícolas-florestais" no trajeto da zona urbana para a de indústria e serviços, e desta para a agrícola e para a de baixa densidade. Mas ressalta também: (i) no que respeita aos espaços de "produção" que o seu maior impacte na zona de indústria e serviços supera o registo da zona urbana; (ii) o grande relevo dos 'incultos' na circunscrição agrícola; e (iii) a configuração da paisagem da zona de baixa densidade com 50% do respetivo território em "superfície agrícola" à margem da função "produção".

Elementos estruturais das explorações agrícolas nas zonas do rural: transformações

Mostrou-se ao nível das unidades agrícolas a utilização do solo e as mutações recentes. Assinalou-se, portanto, a sua relevância na modelação da paisagem e deixou-se explicitada, no seu âmbito, a destriça quantificada da função “produção”. Agora, vai subordinar-se esta secção ao tema do *ajustamento estrutural* das explorações agrícolas, na perspetiva da confluência no quadro geral do (re)estabelecimento de laços entre a *sociedade e o espaço*.

O enquadramento do *ajustamento estrutural*: saída de cena de agricultores e de população agrícola e os desafios que se colocam à sociedade

Uma primeira grande constatação: a trajetória evolutiva das explorações agrícolas portuguesas, mormente no período subsequente à segunda metade da década de 1980, não desembocou na consolidação do modelo de “uma agricultura familiar, tecnicamente modernizada e competitiva no plano económico”. Ao invés, veio a consumir-se na situação atual de diversidade, onde se cruzam: (i) “modalidades de articulação não-agrícolas (trabalho e rendimentos) das famílias agrícolas ao sistema económico”, (ii) formas de fruição da terra (*conta própria, arrendamento e outras*) e de trabalho na exploração (familiar, assalariado; a tempo inteiro ou parcial) e (iii) diferentes graus de relação com os mercados (agrícolas e outros); ou seja, um panorama de vincado *pluralismo funcional* das explorações agrícolas (cf. Baptista, 2005: 200).

Neste panorama ainda desponta, como se aludiu, a influência da agricultura na sociedade portuguesa em termos de representação social. Porém, são notáveis as grandezas dos que deixaram os campos, assim como as mutações dos que prestam trabalho nas explorações agrícolas. Com efeito, no último quarto de século, saíram de cena perto de 490 000 titulares de explorações agrícolas no Continente português - cerca de 250 000 no período 1989-2005. O declínio, nas zonas do *rural*, foi mais pronunciado na *urbana* (-55% nos anos de 1989 a 2005), seguindo-se-lhe a de *indústria e serviços* (-50%), a *agrícola* (-44%) e a de *baixa densidade* (um pouco acima de -30%). Em linha com tão acentuado desaparecimento do número de explorações, o *rural* deixou de contar, no decurso dos anos de 1989 a 2005, com mais de um milhão de pessoas de algum modo ligadas a unidades agrícolas (a “população agrícola”: as pessoas da família de titulares singulares de explorações e os trabalhadores assalariados). Neste contexto, o emprego, avaliado em unidades de trabalho anual (UTA), decresce em cerca de 30%; decréscimo mais pronunciado nas zonas *urbana* e de *indústria e serviços* (acima de 55%). E vai modificar-se a origem da prestação de trabalho:

(i) Excetuando os casos do “Douro”, na zona *agrícola*, e do “Centro/Norte”, no território de *baixa densidade* – em ambas as situações é a influência marcante da vitivinicultura – esbate-se o apelo à mão-de-obra familiar e aumenta a relevância do recurso ao assalariamento;

(ii) No âmbito do trabalho assalariado, emerge o ganho de expressão dos trabalhadores permanentes (tão só na zona de *baixa densidade* se ficam, em 2005, abaixo do limiar de 50%), em claro detrimento da dependência dos assalariados temporários;

(iii) Aumenta a externalização da prestação de trabalho na exploração agrícola (os “assalariados não contratados diretamente pelo produtor agrícola”) – generalizada na década de

1990, mas regredindo no período 1999-2005 nas zonas *urbana* e de *indústria e serviços*, em ascensão contínua nos territórios *agrícola* e de *baixa densidade* (não no “Alentejo”) - onde se destacam, respetivamente, o “Douro”, a “Lezíria” e o “Centro/Norte”;

(iv) No quadro do trabalho familiar, acentua-se a dependência do desempenho do *produtor* (em 2005, apenas na zona *agrícola* o respetivo contributo nas UTA familiares fica ligeiramente abaixo de 50%), com quebra da participação de *cônjuges* (que não se regista na zona *agrícola*, designadamente no “Douro”, e no “Centro/Norte” da *baixa densidade* – é a expressão da falta de emprego feminino não agrícola e do trabalho de mulheres idosas) e, sobretudo, de *outros membros* do agregado doméstico do agricultor.

Mas, neste cenário, e sob a ótica sinalizada da relação sociedade-espço, quer-se demarcar o vetor nuclear: a base fundiária das explorações agrícolas. É nele que entroncam dois grandes reptos que se colocam à sociedade. O primeiro reporta-se à inversão da pronunciada desigualdade dos rendimentos agrícolas – na formação dos quais a componente de auxílios financeiros, por via de mecanismos de redistribuição pública, conta de forma substancial - entre estratos de agricultores e regiões, em Portugal, como acima se anotou, e no quadro da UE, derivada da disparidade de estruturas de produção, em especial no que se refere à base fundiária das unidades agrícolas. O segundo repto – que traz para primeiro plano a imbricação da *política de estruturas* com as *políticas de desenvolvimento rural* - respeita à opção: continuidade do prevalecimento do estímulo exclusivo do mercado e ou de intervenção pública no sentido estrito setorial de aumento da dimensão física (e económica) das unidades de produção, com o prosseguimento da eliminação de agricultores; ou, a alteração de comportamentos e atitudes, por parte dos agentes económicos e dos decisores políticos, no sentido da articulação dos propósitos “modernização de explorações” e “gestão dos territórios rurais” sob o grande objetivo da coesão económica e territorial.

A base fundiária das explorações: *parcelamento*, modalidades jurídicas de gestão e de fruição da terra

É, pois, pela confluência no domínio da mobilidade/reorganização da base fundiária das unidades primárias agrorurais (e dos espaços) que se focalizam, em seguida, as variáveis estruturais das explorações e inerentes dinâmicas: dimensão física, *parcelamento*, *natureza jurídica* e *forma de exploração*; remata-se a observação com a mostra, nas zonas do *rural*, do quadro *funcional* das explorações agrícolas à entrada do século XXI.

O acentuado decréscimo do número de explorações que se assinalou, e apesar da retração, também explicitada, da superfície envolvida, conduziu ao resultado de aumento expressivo da dimensão média das unidades agrícolas que subsistem.

E quanto à respetiva organização parcelar? – Releve-se, em primeiro lugar, que o *parcelamento* tem sido focado como um entrave – pelas implicações, entre outras, na implantação dos caminhos de acesso e de outras infraestruturas - à funcionalidade das explorações agrícolas, ao seu redimensionamento, e também ao funcionamento do mercado fundiário. Com esta visão, de há décadas que, em Portugal, têm sido enormes os esforços de

intervenção pública direcionados ao emparcelamento com fins agrícolas; mas os resultados, com custos muito elevados, têm sido bem modestos. Retendo apenas os anos de 1990, o movimento da composição de *blocos* das explorações, em número e no seu dimensionamento, foi bem menos intenso do que o que se registou nas unidades agrícolas no seu todo (quadro 11): aumenta o número médio de *blocos* por exploração e o acréscimo de superfície média das unidades agrícolas cifrou-se bem acima, em qualquer uma das zonas do *rural*, do que se constata na dimensão dos *blocos*. Deste modo, a informação reunida indicia que o aumento da extensão média das explorações ficar-se-á a dever, no fundamental, à persistência das unidades de maiores dimensões que incorporaram uma pequena parte das terras – a de *blocos* com maiores superfícies – de explorações que desapareceram, já que não deixa de ser relevante o número de *blocos* que terão deixado de ser agricultados.

Quadro 11. As alterações (1989-99) no parcelamento das explorações nas zonas do *rural*

Blocos com SAU			Urbana	Indústria e serviços		Agricultura		Baixa densidade				Total das zonas	
				Total	Centro/ Norte	Total	Douro	Total	Sul		Centro/ Norte		
									Total	Lezíria			Alentejo
SAU/ expl.	ha	1999	2,4	3,9	3,1	3,0	3,3	19,2	39,3	22,9	48,2	7,7	8,4
	Var. (%)	1999/89	33	27	24	26	22	33	41	79	39	21	45
SAU/ bloco	ha	1999	0,6	0,9	0,7	0,5	0,6	3,0	14,9	9,7	20,5	0,9	1,7
	Var. (%)	1999/89	20	20	14	10	5	16	22	59	9	8	27
Bloco/ expl.	N.º	1999	4	4	4	6	6	6	3	2	2	9	5
	Var. (%)	1999/89	10	5	9	15	17	14	16	12	27	12	14

Sob a ótica da titularidade jurídica da gestão das explorações vai recuar-se ao final da década de 1970 na observação das mudanças das posições relativas das modalidades em presença (quadro 12). Assim, sobressai:

- (i) O robustecimento das formas societárias;
- (ii) Afora a zona *urbana*, a quebra do envolvimento dos agricultores *empresários*;

Quadro 12. Evolução (1979-2005) do estatuto jurídico e da dimensão média das explorações agrícolas nas zonas do *rural*

% no total de produtores individuais (autónomos e empresários) e sociedades			Urbana	Indústria e serviços		Agricultora		Baixa densidade					Total das zonas
				Total	Centro/ Norte	Total	Douro	Total	Sul			Centro/ Norte	
									Total	Lezíria	Alentejo		
Agricultores Autónomos (familiares)	1979	N.º	94,3	92,5	92,3	89,8	76,4	92,0	90,2	90,8	88,2	93,3	92,7
		ha	77,3	72,8	79,2	58,7	75,3	55,1	56,9	47,7	31,7	47,6	75,8
	2005	N.º	94,6	95,7	97,4	94,1	88,8	92,6	84,7	75,7	84,1	96,9	94,0
		ha	73,4	74,1	85,4	83,4	76,1	46,9	35,2	17,3	35,8	82,1	53,5
Agricultores Empresários	1979	N.º	5,4	7,1	7,6	10,0	23,2	7,3	8,3	7,3	9,9	6,6	6,9
		ha	15,0	22,2	19,4	34,0	22,2	40,0	35,4	42,2	46,7	43,1	21,3
	2005	N.º	3,7	2,7	1,7	4,8	9,5	5,3	10,3	17,4	10,6	2,5	4,2
		ha	16,0	12,7	7,7	11,0	15,3	28,9	34,3	33,9	34,8	12,5	25,4
Sociedades	1979	N.º	0,3	0,4	0,2	0,2	0,4	0,7	1,5	1,9	1,9	0,1	0,4
		ha	7,7	5,0	1,4	7,2	2,5	4,9	7,8	10,1	21,6	9,3	2,9
	2005	N.º	1,7	1,6	0,9	1,2	1,7	2,1	5,0	6,9	5,3	0,6	1,8
		ha	10,6	13,2	6,9	5,6	8,6	24,2	30,5	48,8	29,4	5,4	21,1
Superfície total exploração/N.º explorações (ha)		1979	2,6	3,8	2,9	3,3	3,6	17,1	30,2	18,0	41,0	7,8	6,6
		1999	3,1	4,3	3,5	3,7	4,5	21,1	43,9	26,8	52,9	8,3	9,7
		2005	3,9	5,6	4,5	5,0	4,8	24,7	51,8	34,9	60,7	9,9	12,0

(iii) Em contraste com aquela zona e com o “Sul” do território de *baixa densidade*, o reforço do posicionamento da “agricultura familiar” na circunscrição *agrícola* e nas subunidades do “Centro/Norte”;

(iv) Em consonância, a “agricultura empresarial” (as explorações de agricultores *empresários* e sob o título de *sociedades*) atenua substancialmente a sua influência no espaço da zona *agrícola* (de cerca de 40% em 1979, para pouco mais de 15% da superfície em 2005) – mas não é esse o registo no “Douro” -, mantém a posição na circunscrição de *indústria e serviços* e alarga, de modo expressivo, o respetivo domínio territorial na zona *urbana* e, sobretudo, no “Sul” (de 43% para 65%).

A *forma de exploração* tem constituído a variável nuclear na mobilidade da terra ao reportar-se, no fundamental, às duas vias de lhe ter acesso: a *conta própria* e o *arrendamento*. O mercado de terras, por compra-venda ou por arrendamento, é assim tido como um dos modos decisivos para o redimensionamento de explorações agrícolas.

Ora, a vista do período de 1989 a 2005 não mostra mudanças muito expressivas nos moldes de fruição do fundiário (quadro 13). De facto, persiste o claro prevalecimento da *conta própria*; e, assim, o *arrendamento*, ao contrário do que sucedeu nos últimos decénios na maioria dos países da UE não emergiu, no *rural* português, como o grande impulsionador do processo de *redimensionamento das explorações*; sobressai apenas o aumento contínuo do seu peso relativo na “Lezíria”.

Quadro 13. Importância relativa das formas de exploração nos anos de 1989, 1999 e 2005 nas zonas do rural

% no total da SAU		Urbana	Indústria e serviços	Agrícola	Baixa densidade					Total das zonas
					Total	Sul			Centro/ Norte	
						Total	Lezíria	Alentejo		
Conta-própria	1989	72,6	81,2	83,2	66,3	61,1	73,4	59,9	80,3	69,6
	1999	74,1	78,8	90,0	71,5	67,6	67,9	67,2	82,9	73,3
	2005	74,6	77,3	92,0	68,5	63,3	66,2	62,7	83,0	71,2
Arrendamento	1989	22,0	15,2	9,3	26,8	30,6	19,7	31,7	16,6	24,0
	1999	18,2	14,4	4,1	24,0	27,5	22,3	28,2	13,9	21,6
	2005	20,7	15,8	4,1	26,3	31,1	27,3	31,8	13,0	23,6
Outras (a)	1989	5,4	3,6	7,5	6,9	8,3	7,0	8,5	3,1	6,4
	1999	7,8	6,8	5,9	4,5	5,0	9,9	4,6	3,1	5,1
	2005	4,7	6,9	3,9	5,2	5,7	6,5	5,6	4,0	5,2

(a) “Outras formas de exploração da SAU: inclui as terras cedidas gratuitamente, salvo as provenientes de membros da família do produtor, que são registadas em conta própria, e também as superfícies exploradas mediante licença de cultura e os arrendamentos de parceria” (INE, 2006, IEAA2005: 14).

Naquele período, a relevância territorial da *conta própria* reforça-se, em contraponto com os respetivos decréscimos do peso relativo do *arrendamento*: não tanto na zona *urbana*, sobretudo na zona *agrícola* e no “Centro/Norte” da circunscrição de *baixa densidade*; cabe salientar, entretanto, o posicionamento evolutivo da *conta própria* no “Alentejo”, porquanto não lhe será alheio a alocação regional das ajudas públicas inerentes à PAC: forte aumento no decurso dos anos de 1990, seguido de retrocesso, em benefício do *arrendamento* e de *outras*

formas, no período seguinte. Por sua vez, o significado de *outras formas de exploração* da terra, cujo aumento contínuo de expressão apenas se regista na zona de *indústria e serviços*, deverá ser observado com a prudência inerente à interpretação dada aos conceitos de tal designação e de *conta própria* aquando dos registos nas operações censitárias que se tomam por referência (vd. Anexo: 8.(v)). Prudência que deriva da interrogação: em que medida “terras cedidas gratuitamente para cultivar” - a inscrever, com maior cabimento, em *outras formas de exploração* - não têm sido recenseadas “como exploradas por conta própria (...) pelo produtor a título de usufrutuário, superficiário ou outros títulos equivalentes”, isto é, no entendimento amplo de *conta própria* que vai além da “SAU que é propriedade do produtor”? - A ser assim, para além da *conta própria* - correspondendo ao “direito de plena propriedade” -, será a modalidade de “propriedade familiar” que se amplia; esta, poderá ser “uma forma de exploração da terra comum em fases de transição de geração nas quais a partilha de bens não foi ainda feita” (cf. Rodrigues, 2000: 103-4), mas também poderá constituir um modelo que congrega, sob uma gestão unificada, os bens fundiários de parentes e “vizinhos” ou de partilhas familiares consumadas, juridicamente registadas ou não.

A mescla de *formas de exploração* - das que envolvem uma *renda*, às “cedências informais”, da *conta própria* (‘propriedade plena’), à ‘propriedade familiar’ - remete para o campo da clivagem entre os interesses (e os direitos) fundiários/patrimoniais e os de produção/exploração e, com ela, para a procura das vias de apropriação profícua do espaço pela sociedade. É neste quadro que se ergue a questão - colocada por Baptista (2010: 146; cf., também, Id., 2006: 97-9 e Id. et al., 2007) a propósito da “transformação da terra agrícola em propriedade ambiental” - da “redefinição do exercício dos direitos de propriedade” e se incrusta a dicotomia “espaços de produção” vs. “outros espaços” abordada na secção anterior. Por conseguinte, será neste referencial que se terão de encontrar: (i) ainda os mecanismos minimizadores dos obstáculos, pelo lado da oferta e da procura, do funcionamento do mercado fundiário do ‘espaço agrícola-florestal’ por compra-venda e por arrendamento; e, (ii) sobretudo, as modalidades *outras* que, articulando *formas de exploração* diversas e estatuto jurídico de gestão (por ex., adentro das fórmulas societárias), aplainem a dissociação do *rural* (e do *urbano*) com o espaço - a dissociação, como acentua aquele autor, da “economia da população rural” da “economia do espaço”.

O quadro funcional das unidades agrícolas das zonas do rural à entrada do século XXI: tipos de exploração/agricultores

Na primeira metade da década de 2000 prossegue no *rural* o crescimento da importância da *grande* agricultura (quadro 14); a *pequena* agricultura, embora globalmente em quebra, devido ao seu peso social ainda mantém uma relevância expressiva, mas é claro o seu declínio, quer em termos territoriais, quer, sobretudo, na valia económica. Ressalve-se, contudo, que a inclusão das ajudas financeiras na determinação da valia económica, feita em termos de margem bruta padrão, empola o relevo das explorações de maiores dimensões.

Quadro 14. Importância relativa, na primeira metade dos anos 2000, da *pequena* e da *grande* agricultura nas zonas do *rural*

Un.: % em coluna nos totais de cada zona (a)			Urbana	Indústria e serviços		Agrícola		Baixa densidade					Total das zonas
				Total	Centro/ Norte	Total	Douro	Total	Sul			Centro/ Norte	
Pequena	N.º expl. (2005)		91	95	97	97	95	91	82	70	81	96	93
	SAU	1999	62	65	78	68	71	36	24	11	24	70	43
		2005	57	65	77	56	57	33	21	12	21	66	39
	MBt	1999	43	48	75	70	62	42	21	14	23	70	46
		2005	33	39	63	60	53	30	15	10	16	63	35
Global	1999	72	76	87	83	81	66	54	43	55	84	69	
	2005	68	74	84	77	75	61	50	41	50	81	65	
Grande	N.º expl. (2005)		3	2	1	1	2	4	9	17	9	1	3
	SAU	1999	22	22	9	17	14	45	56	79	55	14	39
		2005	25	21	10	30	30	49	60	76	59	18	43
	MBt	1999	37	38	13	16	19	42	63	71	60	14	37
		2005	49	48	24	25	27	54	70	80	67	20	49
	Global	1999	16	16	6	9	9	23	33	44	32	7	20
		2005	20	18	9	14	15	28	37	48	36	10	24

(a) MBt = Margem bruta total das explorações. Global (importância relativa) = (n.º de expl. * 0,5) + (SAU * 0,25) + (MBt * 0,25).

Pequena agricultura = as explorações agrícolas com dimensão económica <16 Unidades de Dimensão Económica, UDE;

Grande agricultura = ≥ 40 UDE (1 UDE = 1 200€). A diferença para 100 corresponde ao peso da *Média agricultura*.

Em todo o caso, importa salientar a quota-parte de superfície agrícola utilizada que é do domínio da *pequena* agricultura; mais ainda quando se observa que naquele grupo de unidades agrícolas prevalece – exceto no “Sul” – o conjunto das explorações de menores dimensões (< 4 unidades de dimensão económica, UDE) e que as mesmas, na primeira metade da década de 2000, em contraste com o contributo económico, aumentaram, em todas as zonas do *rural*, o respetivo peso territorial.

Entretanto, a conjugação da dimensão económica das explorações com o seu estatuto jurídico e os respetivos processos de articulação ao sistema económico, por via dos rendimentos das famílias, é reveladora do *pluralismo funcional* da agricultura no *rural* do Continente português a que acima se fez referência (quadro 15).

Assim,

(i) derivado do que ocorre no “Sul”, os agentes económicos que assentam os seus rendimentos sobretudo nas atividades da *grande* exploração colocam-se no lugar cimeiro no todo do *rural*;

(ii) o significado de idêntica situação para o conjunto da *pequena* e *média* agricultura cifra-se entre os 5%, no “Sul”, e os 21% no “Centro/Norte”, também na zona de *baixa densidade*;

(iii) marcante, contudo, no cenário agrícola das zonas do *rural* é a influência da *pequena* agricultura que tem no exterior à atividade na exploração a quota-parte fundamental dos rendimentos familiares: de 33% na zona de *baixa densidade* (mas 56% na subunidade do “Centro/Norte”), a sua importância relativa abeira-se de 45% na zona *urbana*, de 50% na de *indústria e serviços* e de 55% na circunscrição *agrícola*;

(iv) mais ainda, no agregado anterior, é o destaque das unidades que assumem as reformas e as pensões sociais como principal fonte de proventos.

Quadro 15. Modalidades funcionais de agricultura (dimensão das explorações e fontes de rendimento dos agentes económicos) no início do século XXI: importância relativa nas zonas do rural

A = Índices de especialização; B = % no total da zona	Urbana		Indústria e serviços		Agrícola		Baixa densidade						Total das zonas
							Total		Sul		Centro/ Norte		
	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	B		
Grande - Exploração	-	18	-	19	--	8	+	24	+++	34	--	7	22
Pequena - Pensões	+	19	+	20	++	22	-	15	--	10	++	24	17
Pequena - Salários	+	15	++	16	+++	18	-	10	--	6	++	18	12
Grande - Outras	-	7	--	7	--	6	+	11	+++	15	--		10
Pequena - Outras	+	10	++	12	+++	15	-	8	--		+++	15	9
Pequena - Exploração	+	8	+	9	+++	14	-	6	--		+++	14	7
Média - Exploração	+	8	-	6	--		-	6	-	5	+	7	6
Grande - Salários	--		--		--		+	6	+++	8	--		5
Média - Outras	+		--		++	6	-		+		-		5
Média - Salários	-		--		--		+		++	6	--		4
Média - Pensões	+		-		--		+		+		--		2
Grande - Pensões	-		-		--		+		+++		--		2

Os índices de especialização reportam-se à importância territorial (superfície agrícola utilizada, SAU) e económica (Margem Bruta total, MBt) = (% SAU + % MBt) / 2 - e resultam da divisão do peso relativo em cada zona pelo peso relativo no conjunto das zonas: <0,75 → --; ≥0,75 a <1 → -; >1 a <1,25 → +; ≥1,25 a <1,5 → ++; >1,5 → +++.

A dimensão económica das explorações: Pequena = <16 UDE; Média = ≥16 a <40 UDE; grande = ≥40 UDE (1 UDE = 1 200€). Os agentes económicos estão classificados segundo a natureza jurídica das explorações e a fonte principal ou exclusiva do rendimento do agregado doméstico do agricultor a título *individual* (cf. GPPAA, 2002): “exploração” - os agricultores, familiares e empresários, cuja fonte principal ou exclusiva dos proventos do seu agregado familiar é a exploração agrícola, a que se associam as explorações com a natureza jurídica de *agricultura de grupo* e de *sociedade*; “salários” - os agricultores título *individual* cuja fonte principal ou exclusiva dos proventos do seu agregado familiar reside nos salários auferidos nos sectores secundário e terciário; “pensões” (reformas e pensões sociais) - idem, que assumem esta fonte de réditos; “outras” - os agricultores a título *individual* cuja fonte principal ou exclusiva dos proventos do seu agregado familiar reside em juros e remessas da emigração, a que se juntam as unidades agrícolas com estatuto jurídico ainda não referenciado (baldios, Estado, ...).

Se assim é na procura exterior às explorações de fontes de rendimento, qual a situação no que respeita à busca de alternativas de proventos no seu seio? - Ou seja, o caminho da *diversificação* em torno de atividades “que não sejam agricultura, mas que estejam diretamente relacionadas com a atividade agrícola e que utilizem os recursos da exploração”. Ora, a informação relativa ao número de unidades agrícolas que no *rural* declararam desenvolver “atividades lucrativas não agrícolas” revela que, à entrada do século XXI, a situação era modesta (9% em 1999, 9,5% em 2005). Contudo, a incidência era diferenciada entre as zonas do *rural*: menor na *baixa densidade*, mais marcante na *urbana* (quadro 16). Diferenciação, também, quanto ao tipo de atividades: embora a “transformação de produtos agrícolas alimentares” tenha a primazia em qualquer um dos territórios, a sua importância atenua-se no “Sul”, em confronto com as outras zonas, em benefício quer do “turismo rural”, quer do “aluguer de equipamento”, quer, sobretudo, de “outras atividades”.

Quadro 16. Importância relativa das “atividades lucrativas não agrícolas” nas explorações agrícolas nas zonas do rural no início do século XXI

% (valores médios de 1999 e 2005)	Urbana	Indústria e serviços		Agrícola		Baixa densidade					Total das zonas
		Total	Centro/ Norte	Total	Douro	Total	Sul			Centro/ Norte	
							Total	Lezíria	Alentejo		
Expl. c/ actividades lucrativas ñ agrícolas ^(a)	16	7	10	11	3	4	3	5	3	5	9
Turismo rural ^(b)	2	3	3	2	7	5	11	4	13	2	2
Transform. de produtos ^{(b) (c)}	90	81	86	90	83	68	41	42	34	81	86
Aluguer de equipamento ^(b)	4	8	6	3	7	13	18	14	24	12	6
Outras ^{(b) (d)}	4	8	5	4	3	13	29	41	29	5	6

^(a) % de explorações (n.º) com “atividades lucrativas não agrícolas” no total de explorações agrícolas recenseadas; ^(b) % no total de explorações que declararam desenvolver “atividades lucrativas não agrícolas”. Integrou-se em turismo rural as atividades segregadas nos Inquéritos (INE, RGA99 e IEAA2005): “turismo rural e atividades relacionadas” e “artesanato e transformação de produtos não alimentares”; ^(c) Congrega as atividades: “Transformação de produtos agrícolas alimentares certificados” e idem “não certificados”; ^(d) Engloba: “Transformação de madeira”, “Aquacultura”, “Produção de energias renováveis” e “Outras atividades lucrativas”.

Por conseguinte, a maior incidência da *diversificação* nas explorações agrícolas surge associada ao quadro da *grande* agricultura (o “Sul” da zona de *baixa densidade*) – atente-se, por exemplo, no peso do segmento turismo rural no conjunto das explorações que declararam “actividades lucrativas não agrícolas” (11%, contra 2% na média do total das zonas); por sua vez, nas restantes zonas marcadas pela *pequena* agricultura com proventos advindos em grande medida de fora da exploração, a enorme relevância que manifesta a “transformação de produtos agrícolas alimentares” poderá decorrer das *práticas tradicionais orientadas para o autoconsumo* e, assim sendo, não refletirem um significativo incremento de *articulação com novos mercados* (cf. Baptista *et al.*, 2007).

Ainda nas modalidades *funcionais* de agricultura e sob o tema central deste texto, a utilização do espaço, cabe fixar a partição da SAU e salientar (quadro 17): (i) a grandeza territorial fruída pelas modalidades não focalizadas predominantemente na atividade na exploração agrícola – apenas na “Lezíria” detém menos de 50% da SAU; (ii) e, em tão vincado prevalecimento, a extensão do domínio da *pequena* agricultura – afora o “Sul”, detém mais de metade da área de cultivos herbáceos e arbóreo-arbustivos.

Quadro 17. O domínio territorial das modalidades *funcionais* de agricultura nas zonas do rural no início do século XXI

Un.: % no total de cada zona		Urbana	Indústria e serviços		Agrícola		Baixa densidade				Total das zonas	
			Total	Centro/ Norte	Total	Douro	Total	Sul		Centro/ Norte		
								Total	Lezíria			Alentejo
Pequena	“Exploração”	11	11	17	16	13	6	3	1	3	15	7
	“Outras” (a)	51	54	62	52	58	30	21	10	21	56	36
Média	“Exploração”	8	6	7	4	6	7	6	2	7	7	7
	“Outras”	9	7	6	11	9	12	14	8	14	9	12
Grande	“Exploração”	13	14	5	5	11	25	31	54	29	7	22
	“Outras”	8	8	4	12	4	20	25	25	25	7	18
TOTAL	“Exploração”	32	31	28	24	29	37	40	57	39	29	35
	“Outras”	68	69	72	76	71	63	60	43	61	71	65

(a) Congrega os agentes cujas fontes fundamentais de rendimento dos agregados familiares são outras que não as atividades na exploração agrícola (reformas/pensões sociais, salários na indústria e serviços, juros...), assim como as unidades agrícolas não tituladas juridicamente em nome *individual*, *agricultura de grupo* ou *sociedade* (cf. quadro 15).

O Programa de Desenvolvimento Rural 2007-13: Portugal no contexto da UE

Perante a situação que se acaba de traçar e os desafios expostos no ponto subordinado ao “enquadramento do *ajustamento estrutural*”, sob a ótica do refazer a relação da sociedade com o seu espaço, que contributos poderão advir da arquitetura financeira, para o período 2007-13, das ajudas por via da PAC?

A maior fatia das ajudas financeiras decorre do primeiro pilar daquela política – consubstanciado, na atualidade, no regime de pagamento único (RPU) – e a situação de pronunciada desigualdade na sua afetação, derivada da base fundiária das explorações agrícolas, não se perspetiva que venha a ter inversão significativa nos anos em referência.

Resta o segundo pilar da PAC – e o respetivo instrumento: os programas de desenvolvimento rural (PDR 2007-13) –, o que reporta mais especificamente às medidas de política de estruturas agrárias; portanto, o de presumível maior impacte no processo de *ajustamento estrutural* da agricultura (das explorações agrícolas).

Vale atentar, em primeiro lugar, que os montantes financeiros que lhe estão consignados, embora longe dos propiciados pelo primeiro pilar, não deixam de ser relevantes. Assim é que, no que respeita a Portugal tal relevância exprime-se, em média anual do hexénio, em cerca de 30% do valor acrescentado bruto, a preços de base, do ano de 2007, dos ramos agrícola e silvícola. Todavia, a vista da sua afetação por grandes orientações estratégicas (os designados eixos temáticos – quadro 18) e, depois, ao nível das cerca de 40 medidas em que se desdobram, não indicia alterações de significado expressivo no caminho da articulação efetiva das vertentes “modernização de explorações” e “gestão dos territórios rurais”; e, assim, em matéria de estruturas, em concreto na componente fundiária, ressalta o prevalecimento do sentido estrito sectorial (agrícola) de aumento da competitividade, através do reforço das unidades produtivas de maiores dimensões e a contínua saída de cena de agricultores.

Quadro 18. Partição financeira por grandes domínios de medidas dos Programas de Desenvolvimento Rural (2007-13) da UE27: Portugal no contexto de grupos de Estados Membros

%	Eixo 1: Competitividade	Eixo 2: Ambiente e ordenamento	Eixo 3: Qualidade de vida e diversificação	LEADER	Assistência técnica e Rede Rural
Portugal	43,6	36,6	7,6	9,2	2,9
UE Med 6 ^(a)	42,8	35,2	11,7	8,0	2,3
UE Norte e Centro ^(b)	22,5	58,1	13,7	4,8	0,9
PECO 10 ^(c)	40,4	31,8	21,3	3,9	2,5
UE27	33,4	44,0	15,3	5,4	1,8

^(a) UE Mediterrânica: Portugal, Grécia, Itália, Espanha, Chipre e Malta; ^(b) Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Irlanda, França, Luxemburgo, Holanda, Áustria, Finlândia, Suécia e Reino Unido. ^(c) Bulgária, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa e Roménia. Os eixos: eixo 1 – *aumento da competitividade do sector agrícola e silvícola*; eixo 2 – *melhoria do ambiente e da paisagem rural*; eixo 3 – *promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação da economia rural*.

Fonte: Ramos Real *et al.*, 2009: 58.

Face à moldura exposta das modalidades *funcionais* de agricultura, mormente em termos de extensões relativas que detêm, anote-se, a título de exemplo, que o propósito de se privilegiar “o apoio a intervenções integradas, em detrimento de investimentos isolados, de forma a obter uma escala adequada de ordenamento e gestão” – alusão que se faz no domínio da floresta (cf. Proder, 2009: 209) – tem previsto acolher apenas 8% do montante global consignado pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) para o Continente português.

Notas reflexivas

O texto partiu das constatações: (i) é enorme a vastidão do território do Continente português cujas ocupações são classificadas como ‘agrícolas e ou florestais’; (ii) mas, na atualidade, tal vastidão – onde a componente fundiária circunscrita por explorações agrícolas assume grande relevância – *não é hegemonizada pela agricultura*, ou seja, pela função “produção” (agrícola e florestal).

Em tal contexto, emerge uma problemática que se tem como peça nuclear do desenvolvimento: perante a dissociação existente entre a *economia da população rural* (e *urbana*) e a *economia do espaço*, que caminhos para a aplainar; ou seja, que diligências para a refundação da *relação da sociedade com os usos* (as “funções”) do seu espaço.

Assim, adotando como referencial regional as zonas do *rural*, a sequência expositiva: abordou as mutações que ocorreram, nas duas últimas décadas, na enorme extensão das ocupações 'agrícolas e ou florestais'; evidenciou o quão mitigada é a dimensão da função "produção" perante o claro prevalecimento de outras *afetações funcionais* do solo; depois, sob o tema do *ajustamento estrutural* das explorações agrícolas revelou que o mercado e as políticas públicas conduziram a um quadro de marcado *pluralismo funcional* das unidades agrícolas, em grande escala não dependentes dos proventos nelas gerados; e, por fim, aflorou a inexistência de medidas de política, incrustadas no envolvimento dos agentes em presença, que objetivamente articulem aquele quadro, a sua base fundiária, com o propósito de gestão (ordenamento) dos territórios.

No que se segue reflete-se, pois, em torno de perspectivas da cerzidura da *sociedade com o seu espaço*.

(i) A problemática da utilização do espaço não pode omitir a complexa "questão da terra". Complexa, desde logo, nos domínios teórico-jurídicos: natureza do *bem* terra – mercadoria/património/investimento *refúgio*, direitos de propriedade, impacte das políticas públicas, formação/captação de *rendas*. Mas, também, no caso português, na vertente instrumental: por um lado, a muito *escassa* e desatualizada *cobertura territorial do cadastro predial* - só agora estão a ser dados os primeiros passos (em fase experimental) do Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SINERGIC - cf. Anexo: I. 9. (viii)); por outro lado, ao contrário do que ocorre em outros Estados Membros da UE, a ausência de procedimento institucionalizado (transparente) de monitorização do mercado fundiário (preços, volume de transações e características dos intervenientes) referenciado a categorias e ordens funcionais de uso do solo.

(ii) Sem deixar de relevar a importância dos esforços que devem prosseguir em torno do que se expôs no ponto anterior, salienta-se, contudo, o entendimento de que as políticas públicas deverão privilegiar, em primeira linha, a vertente *funcional*, seja ao nível das diferentes escalas da gestão (ordenamento) dos territórios, seja ao nível das "unidades primárias" que moldam os territórios em causa; isto é, e sob aquela perspetiva, face à premência de não acentuar o fosso entre a sociedade e o espaço 'agrícola e ou florestal' coloca-se, no imediato, o apelo às políticas e inerentes instrumentos (também financeiros) que já estão à mercê dos decisores institucionais.

(iii) Elucida-se o que se quer expressar com a primazia à vertente *funcional* sublinhando que a utilização do espaço 'agrícola e ou florestal' não pode continuar a ser encarada numa ótica sectorial (*agricultura*) e dissociada dos instrumentos de "política de ordenamento do território". É neste posicionamento que se subscreve o objetivo central dos "Planos Regionais de Ordenamento do Território": a coordenação das políticas, nomeadamente, a "co-integração de políticas sectoriais e territoriais aplicadas à região" (PNPOT, 2007: 232); criando, para tanto, os mecanismos da respetiva aplicação adaptados às condições objetivas dos diferentes territórios, mormente em face dos agentes económicos em presença. Conflui, aqui, naturalmente, a relevância da articulação, no âmbito da Política Agrícola Comum, dos instrumentos das políticas

de “mercados” e de “desenvolvimento rural” (cf. Notas reflexivas em “rendimentos e economias”).

(iv) Primazia ainda à vertente *funcional*, com reporte à “exploração agrícola”, insistindo na importância de procurar dirimir a conflitualidade entre interesses fundiários/patrimoniais e interesses produtivos explorando as vias da heterodoxia do estatuto da sua base fundiária (*formas de exploração, natureza jurídica, parcelamento*); heterodoxia entendida como um campo aberto de possibilidades – por ex., a conjugação de *direitos* sobre o fundiário com *formas de exploração* (“conta própria”, “propriedade familiar”, etc.) e com o estatuto jurídico da organização/gestão das entidades possíveis.

(v) Considera-se, pois, que as vias esboçadas nas duas notas precedentes poderão sustentar – no intuito de impulsionar a reorganização fundiária como instrumento do estabelecimento de laços da sociedade com o seu espaço – *a criação de formas inovadoras de gestão integrada, de base local, incentivando as parcerias entre Estado, Autarquias Locais, empresas e particulares em sociedades, cooperativas ou outras entidades a criar* (PNPOT, 2007: 149). Com este propósito, sustenta-se o alargamento à globalidade do espaço ‘agrícola e ou florestal’ dos ensinamentos das figuras jurídicas que estão a ser concretizadas: “reservas de caça” e “zonas de intervenção florestal (ZIF)”.

(vi) Entretanto, no que respeita à “política de ordenamento do território” – com incidência especial no espaço ‘agrícola e ou florestal’ – acentua-se a importância de concatenar os grandes referenciais territoriais de planeamento existentes como são as Unidades Homogéneas de Planeamento dos Planos de Bacia Hidrografia e as Zonas Homogéneas dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal, e a respetiva articulação das zonas delimitadas dos produtos com epítetos de ‘qualidade’ (DOC, DOP, IGP); mas, quer-se acentuar, sobretudo, o dispositivo relativo ao *regime de uso do solo* estabelecido pelo Decreto - Lei n.º 316/2007 – cuja configuração de aplicação veio a ser fixada pelo Decreto Regulamentar n.º 11/2009.

(vii) É naqueles normativos jurídicos que entronca a temática nuclear deste texto, as *afetações funcionais* do solo, designadamente, a destriça entre as funções de “produção” e “outras”. Com efeito, o seu conteúdo respeita à “classificação” e “qualificação do solo” (rural e urbano) assente em categorias definidas pela atividade dominante do uso. E é em torno da definição daquelas categorias que se adiantam algumas anotações.

(a) Não é o potencial produtivo intrínseco do solo que determina, em exclusivo, o seu uso; tal pode não coincidir com o critério económico, o qual é, de sobremaneira, condicionado por fatores como os mercados (agrícolas e florestais, turísticos, residenciais), as políticas públicas e o seu enquadramento legislativo, os agentes institucionais e económicos em presença, as tecnologias disponíveis e o histórico da respetiva ocupação.

(b) Face ao desígnio de assegurar uma gestão propiciadora da criação de bens económicos e ambientalmente sustentável em todo o espaço designado como ‘agrícola e ou florestal’ – circunscrito ou não em “explorações agrícolas” (em atividade ou inativas) – então exige-se que nele se opere a separação, com a objetividade possível, entre utilização na “produção”

de bens agrícolas e florestais e “outros” usos, nomeadamente, “proteção e conservação” e “atividades territoriais”.

(c) Como procedimento daquela destriça entende-se que as categorias de “qualificação do solo rural” deveriam ter uma conexão mais explícita com os “recursos territoriais” identificados nos *instrumentos de gestão territorial*; atente-se, em concreto, aos segmentos “recursos e valores naturais” e “estrutura ecológica” que se identificam em “recursos territoriais”, enquanto como *categorias de solo rural* se individualizam, entre outras, a de “espaços naturais” e a de “espaços destinados a (...) outros tipos de ocupação humana (...), designadamente permitindo usos múltiplos em actividades compatíveis com espaços agrícolas, florestais ou naturais” (cf. sobre o Dec. - Lei n.º 316/2007, Anexo: 8. (viii)).

(d) Nesta linha, e assumindo as *categorias de solo rural* na ótica da utilização, releva-se o especial interesse de objetivar as definições das *categorias*: “espaços agrícolas ou florestais” (englobam os espaços “afectos à *produção* ou à *conservação*” – itálico nosso); “espaços naturais”; e “espaços ... permitindo usos múltiplos em actividades compatíveis com espaços agrícolas, florestais ou naturais”.

(viii) Por conseguinte, destaca-se que a não demarcação, com o maior rigor possível, de espaços de usos produtivos de bens e serviços tangíveis – com segregação dos que, por um lado, originam produtos/matérias-primas agrícolas e florestais, e, por outro lado, dos dedicados prevalentemente a atividades territoriais de lazer (caça, turismo da natureza...) – e espaços de proteção/conservação, acarreta fortes implicações em termos de políticas públicas, nomeadamente no tocante ao ordenamento do território. Um contributo para a demarcação em causa poderia advir da redefinição das *categorias de solo rural* em função dos critérios ocupação e tipo (dominante/principais) de *bem* originado. Para tanto, tem-se como pertinente a introdução, para efeitos de especificação das *categorias de solo rural*, da classificação *CORINE Land Cover*; à qual se aplicaria a “Classificação Nacional de Bens e Serviços” (eventualmente conjugada com a “Lista Nacional de Matérias-Primas”).

(ix) Como se assinalou, a entidade “exploração agrícola” é determinante na modelação do espaço ‘agrícola e ou florestal’. Neste sentido referiu-se a alternativa - face ao que vem ocorrendo nos *campos* portugueses: eliminação de agricultores e abandono e ou expansão de outras *afetações funcionais*, que não a “produção”, de uso do solo – da articulação dos objetivos “modernização de explorações” e “gestão dos territórios rurais” sob o grande desígnio da coesão económica e territorial. Em conformidade, a “unidade primária” (exploração agrícola) deveria ascender a figura determinante nos diversos instrumentos de “política de ordenamento do território”, de modo especial, ao nível dos “planos municipais”. Isto porque se entende que é nela (e através dela) que se concretiza, em boa medida, a “classificação” e a “qualificação do solo” com as quais se estabelece o “regime de uso do solo”, dando assim “expressão territorial” a uma “estratégia de desenvolvimento local” (cf. Decreto Regulamentar n.º 11/2009).

(x) Sublinha-se, portanto, que é no referencial territorial (regional/local) que se pode: em primeiro lugar, pugnar pelos estatutos mais adequados de “unidade primária” – permitindo o

desempenho de funções que a sociedade dela reclama: produção de bens alimentares e outras matérias-primas, retenção do carbono, de biótopos (biodiversidade), de elementos naturais (água), de espaços de vida, de paisagens e de recreio; em segundo lugar, congregar as medidas preconizadas nas estratégias nacionais de políticas públicas – e os seus instrumentos de financiamento – em sintonia com as funções efetivamente desempenhadas pelas “unidades primárias”; por fim, fixar os padrões de rendimento (vias mercado e ajudas públicas) dos agentes detentores de “unidades primárias” ajustados àquelas funções, mitigando as situações de formação e apropriação de *rendas* associadas à *propriedade* de recursos fundiários.

(xi) Uma última nota para vincar a importância de “produzir e difundir o conhecimento sobre o ordenamento e o desenvolvimento do território” (PNPOT, 2007: 221) e, por conseguinte, o relevo da informação. Neste domínio, importa assinalar as diligências: (a) com vista à integração no *Observatório do Ordenamento do Território e do Urbanismo* (cf. Id.), a informação resultante de diversos instrumentos de monitorização de gestão territorial, como são os preconizados nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal e nos Planos de Bacia Hidrográfica, e dos já implementados como é o caso do Sistema Integrado de Gestão e de Controlo (SIGC), relativo aos regimes de apoio direto no âmbito da política agrícola comum e instituído pelo Regulamento (CE) n.º 1.782/2003, do Conselho, de 29 de Setembro; (b) no sentido de se estabelecer um novo conceito de “unidade primária” (exploração agrícola) e uma nova profissão (de agricultor para “empreendedor do território rural”?) – o que, desde logo, remete para a mudança no aparelho estatístico de recolha de informação: os inquéritos de estrutura; as contas económicas; os inquéritos aos orçamentos familiares/rendimento global dos agregados domésticos – em particular dos “agrícolas”.

Anexo (notas metodológicas e concetuais)

1. Este texto (utilização do espaço e agriculturas) tem como referências seminais: Baptista, 2010; Id. (2001); Id. *et al.* (2007). Acolhe também perspetivas expostas em: Rolo (2006: 106-123) – no caso, com base substantiva em Baptista (2005: 193-220); Id. (2009); e no trabalho empreendido na componente “agricultura e desenvolvimento rural”, cuja coordenação esteve a cargo de F. O. Baptista, do Plano Regional de Ordenamento do Território da Região Centro (PROTCentro). Em relação à base informativa de suporte ao texto, cf.: Rolo (2006); Id. (2003). A avaliação dos diferentes usos do espaço – retoma-se, no que se segue, Rolo (2007) – sustentou-se nas seguintes fontes: (i) DGRF (DGF, 2001 – *AreaStat* ...) e Id. *Resultados do IFN 2005/06*; (ii) INE, 2001 – CD – ROM, RGA89/99 e Id. *Inquérito de Estruturas 2005 (IEEA2005)*. Na fase de indagação da quota-parte da superfície agrícola utilizada (SAU) orientada, sobretudo, pela valorização pelo mercado dos bens produzidos – em contraponto à que tem subjacente um elevado nível de suporte à produção por via das ajudas decorrentes de medidas de política da UE (PAC) – acolhem-se elementos de (iii) Baptista (2003: 54) e (iv) Avillez *et al.* (2004: 198).

2. Salienta-se que a informação para 2005/06 se reporta:

(A) A que tem origem no *Inventário Florestal*:

(i) Ao nível das Unidades Territoriais de nível II (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) NUT II: (a) “uso do solo” – “floresta”, “matos”, “agricultura”, “áreas sociais e outras” [inclui improdutivo] e “águas interiores”; (b) “áreas por tipo de floresta” – “povoamentos”, “áreas ardidas de povoamentos”, “áreas de corte raso” e “outras áreas arborizadas”; (c) “áreas florestais por espécies” – “povoamentos puros, mistos dominantes e jovens”;

(ii) Ao nível de NUT III – “distribuição geográfica das espécies” (povoamentos puros e mistos dominantes de: pinheiro bravo, eucalipto, sobreiro, azinheira, pinheiro manso, outras resinosas, carvalhos, castanheiro e outras folhosas).

(B) A proveniente do *Inquérito de Estruturas* (2005, *IEEA2005*) está referenciada à circunscrição região agrária (no caso da Região Norte, NUT II: Entre Douro-e-Minho e Trás-os-Montes; no caso Região Centro: as regiões agrárias da Beira Litoral e da Beira Interior).

Assim, o reporte desta informação para o nível administrativo inferior (NUT III e concelhos) e a desagregação e especificação de variáveis (por ex., a caracterização de povoamentos florestais em função do "coberto arbóreo") fez-se com base nas fontes de informação com datas imediatamente anteriores (*Inventário Florestal 1995/8* e *RGA99*) – admitindo, portanto, as relações de proporcionalidade direta reveladas por estas fontes; um exemplo: o valor de "áreas sociais e outras" (inclui improdutivos) apurado pelo *Inventário Florestal de 2005/6* foi desagregado em "áreas sociais" e "improdutivos" a partir das respetivas proporções mostradas no *Inventário Florestal de 1995/98* (*AreaStat ...*).

Em síntese, a avaliação das ocupações territoriais deduz-se: a SAU das explorações agrícolas, do *Inquérito de Estruturas 2005* e *RGA99* (INE); os demais usos, do *Inventário Florestal de 2005/6* conjugado com o de 1995/98. Resta acrescentar que se tomou a superfície territorial total, das diferentes circunscrições administrativas, revelada pelo *Inventário Florestal*.

3. Os conceitos

(i) No domínio florestal acolhem-se os conceitos compilados no glossário do *Inventário Florestal* [*AreaStat*]. Reproduzem-se os fundamentais:

Áreas Sociais – Áreas ocupadas por zonas urbanas e pequenos agregados populacionais, portos, aeroportos, equipamentos sociais e grandes vias de comunicação.

Floresta – Classe de uso do solo que identifica as áreas dedicadas à actividade florestal. A classe floresta inclui os seguintes tipos de ocupação do solo: povoamentos florestais, áreas ardidas de povoamentos florestais, áreas de corte raso e outras áreas arborizadas.

Improdutivos – Áreas estéreis do ponto de vista da existência de comunidades vegetais ou com capacidade de crescimento extremamente limitada, quer em resultado de limitações naturais, quer em resultado de acções antropogénicas (ex: afloramentos rochosos, praias).

Incultos – Áreas ocupadas por matos e pastagens espontâneas. Inclui: pousios agrícolas, pastagens espontâneas e terrenos abandonados. [No *Inventário Florestal de 2005/6* estão identificados como "matos"].

Outras áreas arborizadas – Áreas de uso florestal com um coberto vegetal superior a 10%, que ocupam uma área superior a 0,5 ha e largura superior a 20 metros, mas que na maturidade não atingem 5 metros de altura. Inclui as áreas ocupadas por medronheiro e quercíneas diversas (carrasco).

Percentagem de coberto arbóreo – Razão entre a área da projecção horizontal das copas das árvores e a área de terreno respectiva (unidades: %).

Anota-se que o *Inventário Florestal de 1995/98* (*AreaStat...*) revela informação para os povoamentos florestais, por espécies, segundo a classificação de "coberto arbóreo": "> 50% - floresta densa", "> 30% a <50% floresta pouco densa" e "10 a 30% floresta aberta".

Povoamentos florestais – Área ocupada com árvores florestais com um grau de coberto no mínimo de 10%, que ocupam uma área no mínimo de 0,5 ha e largura não inferior a 20 metros. As árvores devem atingir na maturidade uma altura mínima de 5 metros. Inclui: os povoamentos naturais jovens e plantações, que no futuro atingirão uma densidade de pelo menos 10% de coberto e uma altura superior a 5 metros; os pomares de sementes e viveiros florestais; os quebra-ventos e as cortinas de abrigo desde que respeitem os critérios estabelecidos pela classe de uso florestal.

(ii) Por sua vez – e no domínio agrícola – a SAU tem o entendimento consignado pelo INE nos *Inquéritos às Explorações Agrícolas* (*Recenseamentos Gerais* e *Inquéritos de Estrutura*) e corresponde à superfície total das explorações agrícolas com exclusão das áreas sociais, da superfície agrícola [já] não utilizada e das terras com matas e florestas sem culturas no sob coberto, ou seja, o conjunto de áreas de terras aráveis, de culturas permanentes e de prados e pastagens permanentes. Sublinha-se que este conceito integra os *pousios* e as *pastagens pobres*.

(iii) Explícite-se, por fim, o entendimento de superfície de produção 'efetiva' de bens alimentares e de outras matérias-primas. Trata-se da extensão territorial que, na atualidade, tem um uso florestal ou agrícola – ou, na terminologia do Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de Maio, uma "afecção funcional prevalecente" – predominantemente orientado para e pelo mercado [é "o mercado como referencial" – na expressão de Baptista (2003: 54)]; ou seja, as produções

obtidas são valorizadas, sobretudo, pelos preços de mercado e, por conseguinte, as ajudas (subsídios) financeiras de que, eventualmente, beneficiem são secundárias na motivação dos agentes económicos. Adiante, descreve-se a metodologia seguida na estimativa da sua quantificação.

4. Foram consignadas as seguintes ocupações territoriais (com determinações à escala do concelho): 'espaços agrícolas-florestais' - na aceção fixada no PNPOT (MAOTDR, 2007: 73): "o conjunto da área agrícola, dos espaços florestais e das áreas com matos e pastagens naturais pobres" -, "área social", "águas interiores" e "improdutivos"; por seu turno, no âmbito dos 'espaços agrícolas-florestais' individualizaram-se: a superfície florestal (na qual se segregam, diretamente do *Inventário Florestal*, a extensão de povoamentos florestais - puros e mistos dominantes - e "outras áreas arborizadas"), a "superfície agrícola" (das explorações agrícolas recenseadas pelos *Inquéritos de Estrutura*) e os "incultos".

De salientar que, (i) da SAU (das explorações agrícolas) foi excluída a componente relativa ao sob coberto florestal - a qual é integrada na superfície florestal -, pelo que se designa esta utilização por "superfície agrícola" das explorações; (ii) depois, a extensão de "incultos" (vale atentar no conceito do *Inventário Florestal* - abrange parcelas, como são os casos dos *pousios* e das *pastagens permanentes pobres*, que, como já se referiu, nos *Inquéritos às Explorações* do INE são registadas na SAU) é avaliada como remanescente da superfície territorial após dedução de todo o conjunto de ocupações enunciadas.

Pode-se agora sumariar a forma de obtenção dos dados relativos às utilizações do espaço:

(a) Diretamente do *Inventário Florestal*: as "superfícies florestais" - que compreendem dois grandes blocos: o dos "povoamentos florestais" e o de "outras ocupações" (correspondendo estas à soma das seguintes parcelas: "áreas aridas de povoamentos florestais", "áreas de corte raso" e "outras áreas arborizadas") -, as "áreas sociais", as "águas interiores" e os "improdutivos";

(b) Do *Inquérito de Estruturas* (INE): a "superfície agrícola" das explorações.

Resta, portanto, a abordagem dos espaços de produção 'efetiva' (orientada exclusiva ou predominantemente pelo mercado).

Na componente exploração florestal - individualizadas que foram as "outras ocupações" - há, agora, que olhar aos "povoamentos". Nestes, fixou-se, como espaço de produção 'efetiva', a extensão correspondente à soma das áreas de povoamentos puros e mistos dominantes da classe de "coberto arbóreo" > 50% ("floresta densa") de todas as espécies florestais individualizadas no *Inventário Florestal*, com exceção do sobreiro e da azinheira, adicionada da área de povoamentos puros e mistos dominantes de sobreiro das classes de "coberto arbóreo" > 30% ("floresta densa" e "floresta pouco densa"), da estimativa da área de "floresta densa" das designadas (no *Inventário Florestal de 2005/6*) "outras formações lenhosas e diversas" e da área de "povoamentos jovens"; esta estimativa assenta no peso relativo do total de povoamentos 'densos' individualizados - o qual foi determinado, sublinha-se, pela estrutura do *Inventário Florestal 1995/98*.

Quanto à componente "superfície agrícola" a estimativa da dimensão da parcela de produção 'efetiva' tem por base dois ensaios: (i) Um, em que se toma a avaliação de Baptista (2003), ao nível do Continente, da SAU em que as ajudas financeiras totais (em 1999) eram inferiores a 50% do Rendimento Líquido Total; valor este que se ventitou, regionalmente (à escala de concelho), com base na SAU das "explorações agrícolas profissionais" - considerando como tal "As explorações agrícolas de produtor singular, autónomo ou empresário, detendo, pelo menos, a dedicação de um dos elementos da população agrícola familiar a tempo inteiro; as explorações agrícolas de agricultura de grupo e outras sociedades, do Estado ou Pessoa Pública, de outros regimes de agricultura (GPPAA, 2002, a partir de INE - RGA99). (ii) O segundo ensaio, consistiu em tomar a classificação das explorações agrícolas (fixando a variável SAU) segundo a Orientação Técnico-Económica (OTE) e atribuir-lhe os respetivos *indicadores de suporte directo* (ISD) revelados no trabalho de Avillez et al. (2004) - refira-se que, de acordo com estes autores, o ISD corresponde ao "valor, em percentagem, da relação entre as transferências de rendimento geradas pelas medidas de política directamente ligadas à produção que incidem sobre cada OTE e a respectiva margem bruta standard". Neste ensaio, e num primeiro passo, os dados da classificação das OTE apurados pelo *Inquérito de Estruturas de 2005* ao nível de região agrária foram transpostos para os concelhos e NUT III aceitando a proporcionalidade com os que revela o RGA99 para as explorações que no ano agrícola de 1998/99 "recorreram a subsídios". Depois, e numa aceção lata de OTE 'competitivas', aceitou-se a SAU em produção com "o mercado como referencial" das OTE com os seguintes escalões de ISD: <20%, 20 a 40% e metade da SAU das

OTE com $ISD > 40$ e $\leq 60\%$; o que significa a inclusão neste conjunto das seguintes OTE: "horticultura", "viticultura", "olivicultura", "culturas permanentes diversas", "granívoros", "polipecuária-granívoros" e "policultura", a que adicionámos 50% da extensão das OTE em que o ISD já se situa (em "2000") acima de 47% ("culturas agrícolas diversas", "ovinos/caprinos/outros herbívoros", "polipecuária-herbívoros", "agricultura geral e herbívoros" e "culturas diversas e gado").

O resultado dos dois ensaios mostra-se similar (no Continente, e em SAU, 1.309.517 ha seguindo os elementos de Avillez *et al.*; 1.412.261 ha partindo da referência de Baptista). Assumiu-se este último valor ao nível do Continente, que depois se ajustou à "superfície agrícola" total, e para as regiões NUT II adotou-se o valor médio dos dois ensaios.

5. O confronto entre superfícies ocupadas por cultivos vegetais (incluindo os forrageiros/atividades animais) e o seu contributo para o valor económico da produção do ramo agrícola (PRA a preços de base) – sugerido pelo trabalho de Baptista *et al.* (2007) – tem por base a informação do INE (*Contas Económicas da Agricultura*, anos de 2003 a 2007, e dos *Inquéritos à Estrutura das Explorações Agrícolas*, IEEA, anos de 2005 e 2007). As alterações da política agrícola comum (PAC), decorrentes da reforma de 2003, com o desligamento das ajudas aos produtos e a institucionalização do regime de pagamento único (RPU), refletiram-se, naturalmente, nas relações quota de participação na PRA de produtos com mais elevados níveis de subsidiação (fixados no patamar de 20%) e respetivas superfícies ocupadas. Assim: (i) em média no triénio 2003/05 – 18,9% da PRA (valor que desce para 13,7% se a PRA for avaliada não a preços de base mas a preços ao produtor, ou seja, com exclusão dos subsídios) e 72,8% da superfície; (ii) em média no triénio 2003/06 – 16,3% da PRA e 47,4% da superfície; (iii) em média de 2005/06 – 9,9% da PRA e 42,3% da superfície.

De registar que a mostra da afetação regional das ajudas públicas se alicerça na informação divulgada pelo MADRP: *Divulgação dos Pagamentos das Ajudas...* (no período de 01.03.2005 a 14.02.2006), in <http://www.min-agricultura.pt> - extração, tratamento e classificação de dados [ao nível de concelhos] de Victor C. Martins, Março 2006 – DEEESA/EAN/INIAP.

6. Quanto às determinações relativas aos usos do espaço na *Rede Natura 2000* – a "rede ecológica que tem por objectivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos *habitats* naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia" [congrega os *sítios* e as zonas de proteção especial (ZPE) do "Plano Sectorial da Rede Natura 2000"] – as mesmas estão sustentadas na informação que consta na *Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008* (D.R., 1.ª série, n.º 139, 21 de Julho de 2008), em particular no seu Anexo II.

7. Na observação da evolução, anos '1980' a 2005/06, da superfície de espécies florestais já aludimos às fontes de informação para os anos '1995' (1995/98) e '2005' (2005/06), cabe agora mencionar que para '1980' se fez uso dos dados (a nível concelhio), com origem no *Inventário Florestal* (DGF) e *Recenseamento Agrícola do Continente de 1979* (INE), que suportaram a regionalização do Valor Acrescentado Bruto da agricultura e floresta em "1980" (cf. Rolo e Cardoso, 1985: 63-70). Por sua vez, a informação relativa às explorações agrícolas tem origem nos *Inquéritos/Recenseamentos Agrícolas* (INE) – cf. Rolo (1996: 77-157) e Id. (2003).

8. Mais algumas notas:

(i) A metodologia de estimativa dos resultados que na exposição sustentam a alusão aos fluxos económicos do relacionamento da agricultura com os demais ramos das economias regionais (concelhos) consta em Rolo (2006a, não divulgado). Tais resultados – que correspondem à relação entre a soma dos valores da CAE AA (Agricultura, floresta...) fornecedora de produtos (a outras CAE) e dos valores dos consumos (de outras CAE) pela CAE AA e o valor acrescentado bruto do conjunto das atividades económicas (VAB, em 1999) – alicerçam-se nos coeficientes deduzidos do "quadro de recursos-empregos" das *Contas Nacionais* (INE) e nos valores regionalizados (por concelho) do VAB (total e por CAE).

(ii) Derivado da não uniformidade de apuramento de informação, mormente no *Inquérito às Explorações Agrícolas de 1968* face aos Inquéritos subsequentes, e, portanto, para efeitos de comparabilidade inter anos, o indicador de retração espacial da agricultura 'superfície agrícola cultivada' corresponde à soma da superfície agrícola utilizada (SAU) com a superfície de culturas permanentes com culturas temporárias (ou pousio) no sob coberto.

(iii) A informação sobre as explorações agrícolas em 2005 (INE, 2006, *IEEA2005*), cujo apuramento se reporta às Regiões Agrárias, foi ventilada por concelhos, como já se aludiu, com base nos dados do RGA99.

(iv) Em matéria de “personalidade jurídica do responsável jurídico e económico da exploração”, isto é, a “pessoa física ou moral por conta e em nome da qual a exploração produz, retira os benefícios e suporta as perdas eventuais, tomando as decisões de fundo relativas ao sistema de produção, investimentos, empréstimos, etc.” (cf. INE, 2006, *IEEA2005*: 13) retiveram-se apenas os *produtores individuais* e as *sociedades*, arredando, por motivos de comparabilidade entre *Inquéritos* (INE), as “outras formas” [incluindo: *baldios*, *Estado* e *peças públicas* e *outras entidades*, “como seminários, conventos, mosteiros, escolas privadas...”] cujo significado em 2005 se media, ao nível do conjunto das zonas do rural, em 0,4% do número total de explorações e em 5,5% em termos de superfície; atente-se que no *Recenseamento Agrícola de 1979* a componente *baldios* foi muito subavaliada e, por sua vez, as unidades constituídas no processo de Reforma Agrária, entretanto dissolvidas, foram arroladas sob aquela designação.

(v) No que se refere às *formas de exploração*: na publicação do INE relativa à análise dos resultados do RGA89 o conceito de *conta própria* é explicitado da seguinte forma: “SAU que é propriedade do produtor”; todavia, no CD-ROM (INE) com os *Dados comparativos RGA1989-99*, assim como na publicação de *Análise de Resultados do RGA99* (INE, 2001), especifica-se o entendimento “SAU explorada por conta própria”: SAU da exploração “que é propriedade do produtor. Considerou-se também, como exploradas por conta própria, as terras cultivadas pelo produtor a título de usufrutuário, superficiário ou outros títulos equivalentes, em que: - usufrutuário é o beneficiário de um direito denominado usufruto que consiste no direito de converter em utilidade própria o uso ou o produto de um bem alheio, cabendo-lhe todos os frutos que o bem usufruído produzir; - superficiário é o beneficiário de um direito de superfície, ou seja, o direito de uma pessoa ter a propriedade de plantações feitas em terreno alheio, com autorização ou consentimento do proprietário. Inclui: as terras de uma herança indivisa que constituem a parte pertencente ao produtor; as terras que são propriedade (indivisa ou não) de um membro da família do produtor desde que não dê lugar a qualquer forma de pagamento; as terras da exploração postas à disposição de um trabalhador agrícola como forma de pagamento desde que o trabalhador não utilize os seus próprios meios de produção; a parcela que um ascendente reservou para si, quando entregou a exploração que possuía a um sucessor, é integrada na exploração deste como «conta própria», desde que seja cultivada em conjunto com a exploração (utiliza a mesma mão-de-obra e os mesmos meios de produção) e o ascendente não se reconheça como um produtor independente”. Por sua vez, sob o epíteto de *outras formas* contempla-se na publicação relativa aos resultados do RGA89 a “Forma de exploração da SAU que não seja conta própria ou arrendamento (cedida gratuitamente, explorada mediante licença de cultura, etc.)”, mas no suporte dos *Dados comparativos RGA1989-99* já se elucida: *As terras cedidas gratuitamente para cultivar, salvo as provenientes de membros da família do produtor (estas são incluídas em “conta própria”) e as superfícies que os produtores exploram mediante licença de cultura (contrato: habitualmente dura um ano agrícola)*; entendimento que se mantém no *IEEA2005*, no qual, em *outras formas* se veio a apurar – ao contrário do procedimento seguido nas operações censitárias anteriores – o “arrendamento de parceria”.

(vi) A informação – que é sustentada no RGA99 (INE) – relativa à classificação dos grupos de agentes económicos conjugada com os tipos de exploração segundo a dimensão económica tem origem no trabalho do GPP/MADRP (GPPAA, 2002).

(vii) A informação sobre os programas de desenvolvimento rural (PDR 2007-13) da UE27 foi acolhida de Ramos Real et al. (2009) – cf., também: Gobierno de Cantabria (Abril 2008); MADRP (ProderC, Agosto 2009). Revela-se que: (a) A importância financeira do PDR português resultou de: $((4.996,30 \times 10^6 \text{ €/6, E. R. Real et al.}) / (2109,6 \times 10^6 \text{ €, VABpb agrícola} + 624,6 \times 10^6 \text{ €, VABpb silvícola, no ano de 2007, INE, 2009, “Contas Económicas da Agricultura”})) \times 100$; e (b) o exemplo retido de “intervensões integradas”, em referência à floresta, reporta-se às medidas 221, 222 e 223 do Anexo II do Reg. (CE) n.º 1974/2006 (cf. MADRP, ProderC: 342).

(viii) Alguns elementos adicionais ao que se escreve nas Notas reflexivas: em primeiro lugar, regista-se que o Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SINERGIC) foi criado em 2007 pelo Decreto-Lei n.º 224/2007, de 31 de Maio; em segundo lugar, anota-se em relação ao Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro a que se alude nas Notas reflexivas: “Secção II - Interesses públicos com expressão territorial ... Artigo 10.º Identificação dos recursos

territoriais - Os instrumentos de gestão territorial identificam: a) As áreas afectas à defesa nacional, segurança e protecção civil; b) Os recursos e valores naturais; c) As áreas agrícolas e florestais; d) A estrutura ecológica; e) O património arquitectónico e arqueológico; f) As redes de acessibilidades; g) As redes de infra-estruturas e equipamentos colectivos; h) O sistema urbano; i) A localização e a distribuição das actividades económicas. ... Artigo 12.º Recursos e valores naturais - 1 — Os instrumentos de gestão territorial identificam os recursos e valores naturais, os sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território, bem como estabelecem as medidas básicas e os limiares de utilização que garantem a renovação e valorização do património natural. ... Artigo 13.º Áreas agrícolas e florestais - 1 — Os instrumentos de gestão territorial identificam as áreas afectas a usos agro-florestais, bem como as áreas fundamentais para a valorização da diversidade paisagística, designadamente as áreas de reserva agrícola.... Artigo 14.º Estrutura ecológica - 1 — Os instrumentos de gestão territorial identificam as áreas, valores e sistemas fundamentais para a protecção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos, designadamente as áreas de reserva ecológica.... Subsecção II Planos municipais de ordenamento do território, ... Artigo 71.º Regime de uso do solo - 1 — O regime de uso do solo é definido nos planos municipais de ordenamento do território através da classificação e da qualificação do solo.... Artigo 72.º Classificação - 1 — A classificação do solo determina o destino básico dos terrenos, assentando na distinção fundamental entre solo rural e solo urbano. 2 — Para os efeitos do presente diploma, entende-se por: a) Solo rural, aquele para o qual é reconhecida vocação para as actividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais, assim como o que integra os espaços naturais de protecção ou de lazer, ou que seja ocupado por infra-estruturas que não lhe confirmem o estatuto de solo urbano; ... Artigo 73.º Qualificação - 1 — A qualificação do solo, atenta a sua classificação básica, regula o aproveitamento do mesmo em função da utilização dominante que nele pode ser instalada ou desenvolvida, fixando os respectivos uso e, quando admissível, edificabilidade. 2 — A qualificação do solo rural processa-se através da integração nas seguintes categorias: a) Espaços agrícolas ou florestais afectos à produção ou à conservação; b) Espaços de exploração mineira; c) Espaços afectos a actividades industriais directamente ligadas às utilizações referidas nas alíneas anteriores; d) Espaços naturais; e) Espaços destinados a infra-estruturas ou a outros tipos de ocupação humana que não impliquem a classificação como solo urbano, designadamente permitindo usos múltiplos em actividades compatíveis com espaços agrícolas, florestais ou naturais...”; por fim, cabe acrescentar no tocante à sugestão de redefinição das categorias de solo rural: em matéria da classificação/nomenclatura CORINE Land Cover (cf. www.igeo.pt/gdr/projectos/clc2000/) seria de fixar o nível 3 no que se refere a “áreas agrícolas” (com especial pertinência, no que respeita ao nível 2 “áreas agrícolas heterogéneas”) e “florestas e meios semi-naturais” (com especial pertinência, no que respeita ao nível 2 “vegetação arbustiva e herbácea” e “zonas descobertas e com pouca vegetação”); quanto ao tipo de bem originado, ou seja, no que se refere ao critério *output* oriundo dos diferentes usos/ocupações do solo cf. INE, *MetaInformação*, Versão V0009 CNBS [“Classificação Nacional de Bens e Serviços”] 2002 e Versão V001128 [“Lista Nacional de Matérias-Primas 2007”].

Bibliografia

- AA.VV (Dimas, B. - Coord.) (2001), *Panorama Agricultura 2000*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar, GPPAA, MADRP, p. 18.
- AA.VV (Proença, M. - Coord.) (2006), *Portugal no espaço europeu. Investimento Empresarial no Sector Transaccionável*. Departamento de Prospectiva e Planeamento [DPP].
- AA.VV (Mateus, A. - Coord. geral) (2006), *Competitividade Territorial e Coesão Social*. Ed. Observatório do QCA III. Vol. I, Parte I: 56-7.
- AA.VV (2006), “Evolução Macroeconómica 1995-2005: Diagnóstico Prospectivo”, *Prospectiva e Planeamento*, nº 13. DPP.
- AA.VV (Ribeiro, J. F. e Proença, M. - Coord.) (2007), *Ambiente, Inovação e Competitividade da Economia*. Ed. Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais [DPPRI], Anexo D.
- AA.VV (Ribeiro, J. F. - Coord.) (2009), *Territórios em Transformação – Alentejo 2030*. DPPRI, pp. 29-30 e Anexo I.

- Ad Urbem (2009), *Livro Verde sobre a Coesão Territorial. Contributo da Ad Urbem para o debate público*. Ad Urbem, Associação para o Desenvolvimento do Direito do Urbanismo e da Construção, in www.dgotdu.pt.
- Avillez, F.; Jorge, M. N.; Trindade, C. P.; Pereira, N.; Serrano, P. e Ribeiro I. (2004), *Rendimento e competitividade agrícolas em Portugal. Evolução recente, situação actual e perspectivas futuras*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Alvarenga, A. (Org.) (2008), "Crescimento Sustentado e Carteira de Actividades" (doc. de trabalho; Março), *DPP Portugal Profiles*, 3. DPPRI/MAOTDR.
- Baptista, F. O. (2001), *Agriculturas e Territórios*. Oeiras: Celta Editora.
- (2003), "Um rural sem território", in AA.VV (Portela, J. e C. Caldas, J. - Orgs.), *Portugal chão*. Oeiras: Celta Editora.
- (2005), "A questão da terra", in AA.VV (Baptista, F. O. - Org.), *Terra e Tecnologia: Século e Meio de Debates e Políticas de Emparcelamento*. Oeiras: Celta Editora pp. 193-220.
- (2006), "O Rural depois da Agricultura" in AA.VV (Fonseca, M.^a L. - Coord.), *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-agrícolas e Novos Lugares de Turismo e de Lazer. Homenagem à Professora Doutora Carminda Cavaco*. Lisboa: Ed. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, pp. 85-105.
- (2010), *O Espaço Rural. Declínio da Agricultura*. Oeiras, Celta Editora.
- (2010a), A transição rural. Inédito.
- e Arnalte Alegre, E. (2007), «Producción agraria, gestión ambiental y transición rural. Tres dimensiones de la "cuestión rural" en la Península Ibérica», *VI Congreso de Economía Agraria "De la Economía Agraria a la Economía Rural y Agroalimentaria"*, Albacete, 19-21 de Septiembre de 2007.
- Behar, D. (2004), *Economie Résidentielle et Stratégies d'Action Publique*, DATAR, www.diact.gouv.fr/IMG/File/Datar_Present20oct2004_Economieresidentielle....pdf; 19 p.
- Calzada, C. e Le Blanc, F. (2006), "Attractivité résidentielle: les résidences secondaires allemandes in Lorraine". INSEE-Lorraine, *Économie Lorraine*, n.º 49, avril 2006, www.insee.fr/fr/themes/document.asp?..., 8 p.
- Ceña, F. (1993), *apud*. Correa, E. P. (2002), "Lo Rural y la Nueva Ruralidad" in AA.VV (Pérez Correa, E. e Maria Sumpsi, J. - Coords.), *Políticas, Instrumentos y Experiencias de Desarrollo Rural en America Latina y Europa*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, pp. 15-32.
- COM (2008), *Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia. Tirar Partido da Diversidade Territorial*. Comissão das Comunidades Europeias [COM], Bruxelas, SEC (2008) 2550, 6.10.2008, in ec.europa.eu/regional_policy/consultation/terco/paper_terco_pt.pdf.
- Cordovil, F. C. (1991), *Estratégias Produtivas e Rendimentos Agrícolas*. ISEG/UTL, Vol. III.
- Costa, J. S. et al. (2002): "A teoria da base económica" in J. Silva Costa (Coord.), *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra, Ed. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, pp. 793-801.
- Davezies, L. (2001), "Revenu et territoires", in AA.VV (Guigou, J.-L. et al.) *Aménagement du territoire*. Rapport du Conseil d'analyse économique, n.º 31, Paris: La Documentation française, www.cae.gouv.fr/rapports/dl/31.pdf, pp. 173-192.
- (2002), "Inégalités et solidarités spatiales, le pot de fer contre le pot de terre?" in Serge Wachter et al., *L'aménagement durable: défis et politiques*. Éd. de l'aube datar, pp. 83-107.
- (2003), "Temps de la production et temps de la consommation, les nouveaux aménageurs des territoires?" publ. em *Futuribles*, mars 2004, n.º 295, pp. 43-56
www.ihedate.com/generated/objects/documents/davezies_Futurible.doc.
- (2005), "Vers une macroéconomie locale. Le développement local entre économie productive et présenteielle", Août 2005,
DATAR, www.wepapers.com/Papers/31323/files/swf/30001To35000/31323.swf
- (2008), *La République et ses territoires. La circulation invisible des richesses*. Éd. du Seuil et La République des Idées, 112 p.
- DETEFP/MSST (2003), *Quadros de Pessoal. Base de Dados SISED* [Sistema de Informação sobre Salários, Emprego e Duração do Trabalho]. Departamento de Estatística do Trabalho,

Emprego e Formação Profissional [DETEFP] do Ministério da Segurança Social e do Trabalho (apuramento de informação não publicada para os concelhos do Continente, ano 2000).

DGRF, *Inventário Florestal 1995/98* [DGF (2001) – *AreaStat – Aplicação para estimativa de áreas de ocupação do solo*. Moreira, J. (Programação) e Sousa Uva, J. (Coord.). Direcção Geral das Florestas (DGF) /D. S. Planeamento e Estatística/Div. Inventário e Estatísticas Florestais] e *Resultados do IFN 2005/06* [no sítio da Direcção-Geral dos Recursos Florestais, DGRF, na web];

Figueiredo, A. M. (2002), "As políticas e o planeamento do desenvolvimento regional" in AA.VV (Costa, J. S. - Coord.), *Compêndio de Economia Regional*. Coimbra: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional [APDR], "Colecção APDR".

François, D. (2001) "11 km autour de Lunel, Mini atlas de Lunel et sa périphérie", *Repères pour l'économie du Languedoc-Roussillon, Synthèse*, INSEE Languedoc-Roussillon, n.º 6, avril 2001, 6 p., www.insee.fr/fr/themes/document.asp?...

Fricotteau, E. (2007), "Sud-Drôme: une économie de plus en plus résidentielle", INSEE-Rhône-Alpes, *La Lettre Analyses*, n.º 82, nov. 2007, www.insee.fr/fr/insee_regions/rhonealpes/themes/syntheses/lettre_analyses/....pdf, 4 p.

Fu, Q. e Calzada, C. (2007), "Mutations économiques des villes françaises depuis 1962 : retour sur le système des villes lorraines" INSEE-Lorraine, *Économie Lorraine*, n.º 93-94, juillet 2007, www.insee.fr/fr/themes/document.asp?..., 18 p.

Gobierno de Cantabria (Abril 2008), *Programas de Desarrollo Rural 2007-2013 Programación inicial*. Servicio de Asesoramiento y Control de Fondos Comunitarios Consejería de Desarrollo Rural, Ganadería, Pesca y Biodiversidad Gobierno de Cantabria 35 p.

GPPAA (2002), *Portugal Rural: territórios e dinâmicas*. MA/Gabinete de Planeamento e Políticas Agro-Alimentares [GPPAA].

Harrous, V. (2008), *L'économie résidentielle en Provence-Alpes-Côte d'Azur*, INSEE - Région Provence-Alpes-Côte d'Azur, "Rapport d'Étude", n.º 15 Mars 2008, www.insee.fr/fr/themes/document.asp?..., 51 p.

INE, *Censos da População 1981 e 1991*.

----, *Recenseamento Geral da Agricultura 1999* [INE (2001) – *Recenseamentos Gerais da Agricultura. Dados comparativos 1989-1999* (CD – ROM), RGA89/99] e *Inquéritos à Estrutura das Explorações Agrícolas [IEEA] 2005 e 2007* [no sítio do INE na web].

---- (2001), *Análise de Resultados do RGA99*.

----, *Contas Económicas da Agricultura* (CEA, base 2000), anos de 2003 a 2007 [no sítio do INE na web].

---- (2002), *Inquérito aos Orçamentos Familiares 2000*. Lisboa: INE [IOF2000 - no sítio do INE na web e CD-R com os micro-dados].

---- (2002a), *XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação. Censos 2001* [Censos 2001 - no sítio do INE na web; CD-R por concelhos; e apuramentos específicos].

---- (2002b), *Anuário Estatístico da Região [NUT II] - 2001* (no sítio do INE na web).

---- (2004), *Contas Regionais 1995-2001 (Base 1995)* [no sítio do INE na web; cap. "Metodologia, conceitos e nomenclaturas": www.ine.pt/prodserv/quadros/quadro.asp, 34 p.; Id.: *Contas Regionais - Contas das Famílias (Base 1995) - NUTS 2002 e 1989 - 1995 - 2002 e Contas Regionais 2005*].

---- (2009), "Contas Económicas da Agricultura", in *Anuário Estatístico de Portugal 2008*.

IREPP (2004), *Repenser les dynamiques territoriales*. Institut de Recherches et de Prospective Postales, IREPP, Direction de la Stratégie, "Note de synthèse MR/03/04 décembre 04", www.irepp.com/IMG/pdf/Notedesyntheseterritoires.pdf, 3 p.

Jean, P. (2008), "Économie résidentielle ou productive: les choix des territoires", *Le Quatre Pages*, INSEE – Aquitaine, n.º 175, mars 2008, www.insee.fr/fr/insee_regions/aquitaine/themes/4pages/ia17508.pdf;

Lainé, F. e Tillard, S. (1999), "Intégrer l'économie spatiale dans les études régionales", Institut National de la Statistique et des Études Économiques, INSEE, *Courrier des statistiques* n.º 90 juin 1999, pp. 59-63, www.insee.fr/fr/ffc/docs_ffc/cs90l.pdf juin 1999.

Lopes, A. S. (2003), "Retomando a questão rural" in AA.VV (Portela, J. e C. Caldas, J. - Orgs.), *Portugal chã*. Oeiras: Celta Editora, pp. 281-299.

- MADRP (2006), *Divulgação dos Pagamentos das Ajudas, Prémios e Subsídios (no período de 01.03.2005 a 14.02.2006)*, www.min-agricultura.pt.
- MADRP (Nov. 2007 - Rev. 5, Agosto 2009), *Programa de Desenvolvimento Rural, Continente 2007-2013* (ProderC).
- Mahé, L.-P. e Ortalo-Magné, F. (2001), *Politique agricole: un modèle européen*. Groupe d'Économie Mondiale. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 235 p.
- MAOTDR (2007), *Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território*, PNPOT, 1.ª ed.
- OCDE (2001), *Perspectives territoriales de l'OCDE. Économie Territoriale*, browse.oecdbookshop.org/oecd/pdfs/browseit/0401052E.PDF, 311 p.
- Plihon, D. (2004), *o novo capitalismo* [trad. de Rodrigues, J. de *Le Nouveau Capitalisme*, ed. de 2003], Lisboa: Campo da Comunicação, 163 p.
- Ramos Real, E. e Gallardo Cobos, R. (2009), *El futuro de la PAC tras 2013: la reforma de la política de desarrollo rural*. Nota. Parlamento Europeo (IP/B/AGRI/IC/2009_60; PE 431.574), Dirección General de Políticas Interiores de la Unión Departamento Temático B: Políticas Estructurales y de Cohesión Agricultura y Desarrollo Rural, 64 p.
- Reis, J. (2002), *A Economia Portuguesa: Entre Espanha e as Finanças Transnacionais*. Coimbra: Oficina do CES [Centro de Estudos Sociais], n.º 176 [in www.ces.fe.uc.pt], 22 p.
- Ribeiro, J. F. (2003), "A Internacionalização da Economia Portuguesa na década de 90", *Prospectiva e Planeamento*, 9 (nº especial). DPP.
- Rodrigues, C. F. (2007), *Distribuição do Rendimento, Desigualdade e Pobreza: Portugal nos Anos 90*. Coimbra: Edições Almedina, SA, "Col. Económicas", N.º 5, 362 p.
- Rodrigues, O. I. A. (2000), *Utilização do Território e Propriedade Fundiária*. Lisboa: ISA/UTL, dissertação para obtenção do grau de doutor em Engenharia Agronómica, 452 p.
- Rolo, J. A. C. e Cardoso, F. M. V. (1985), *Estimativa do Produto Agrícola Bruto do Continente (Média do triénio 1979-1980-1981)*. Metodologias de Regionalização. Proj. CEAPR, doc. n.º 2. MAPA/INIAER/DEESA.
- Rolo, J. C. (1996), "Imagens de meio século da agricultura portuguesa" in AA.VV (Pais de Brito, J.; Baptista, F. O. e Pereira, B. - Coords.), *O voo do arado*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, pp. 77-157;
- (2003), *Para uma monografia dos espaços do rural: informação sobre a socioeconomia e agriculturas do rural (e concelhos) do Continente Português no final do século XX*. Lisboa: Doc. de Trabalho n.º 4 do Proj. Agro n.º 62 "As Dinâmicas Socioeconómicas...", ISA/DEASR-INIAP/EAN/DEEESA-ANIMAR, 135 p..
- (2006), *Rendimentos: terra e valores acrescentados das actividades agro-rurais - quantificações e dinâmicas espaciais*. Oeiras: INIAP/EAN/ Departamento de Estatística Experimental, Economia e Sociologia Agrárias (DEEESA).
- (2006a), *Uma aproximação à avaliação do impacte da agricultura (CAE AA) na actividade económica (CAEs) dos concelhos do Continente*. Doc. do Proj. Agro N.º 62 (não div.).
- (2007), "Nota metodológica sobre a utilização do espaço" in *agricultura e desenvolvimento rural* - PROTCentro (doc. trab., não div.).
- (2009), "Da exploração agrícola ao empreendedor do território rural" (Notas não publicadas de intervenção no Working group 1: "Farming/legal and institutional framework" - *Workshop How to revitalise farming and agricultural land use? European options for the future* (DGADR/MADRP Portugal, rede FARLAND, em colaboração com a FAO; Oeiras, 16-18/09/2009).
- Santos, B. S. (1998), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento, 3.ª ed. [1.ª ed. de 1990] 266 p.
- Santos, José L. (2009), "Serviços dos ecossistemas florestais: produção, valoração e valorização" in AA.VV (Baptista, F. O.; Jacinto, R. e Mendes, T. - Coord.), *Floresta Viva, Património de Futuro*. Ed. C. M. de Proença-a-Nova/Centro de Ciência Viva da Floresta: 19-32.
- Stiglitz, J. E. et al. (AA.VV, 2009), *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*, www.stiglitz-sen-fitoussi.fr, PDF, 291 p.